

Avante!



CGTP promove hoje acções
em todo o País

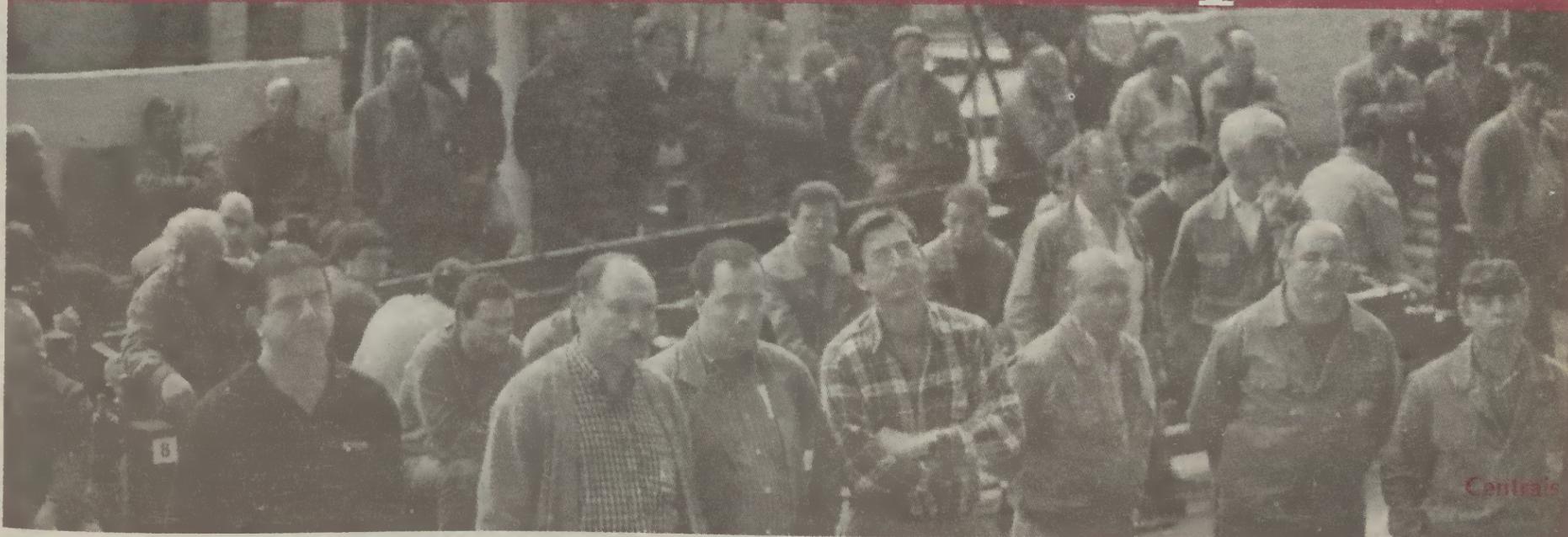
Protesto com razões

Plenários, greves, concentrações e manifestações de trabalhadores estão marcados para diversos sectores e empresas, convergindo para Lisboa, Porto e outras capitais de distrito. A CGTP exige melhores salários, combate ao emprego precário e clandestino, trabalho com direitos e «uma nova política para quem trabalha».

Pág. 5

Reunião nacional sobre organização e intervenção do Partido junto dos trabalhadores

Mais Partido nas empresas



Assembleia da República

Que rumo para a Europa?

Críticas à situação económica nacional e ao rumo da União Europeia, em vésperas de alargamento, marcaram o debate mensal do Primeiro-Ministro com a Assembleia da República.

Pág. 15

Domínio francês

Assalto às eléctricas

A Comissão Europeia anunciou a abertura de um inquérito aprofundado à entrada da francesa EDF na eléctrica espanhola Hidrocontábrico, através da sua participação na alemã EnBW.

Pág. 21

«Avante!»

Por ser feriado nacional no dia 14, o próximo número do nosso jornal sairá com um dia de antecedência e será distribuído na Quarta-feira, dia 13 de Junho.

Avante!
Proletários de todos os países
UNE-VOS!

PROPRIEDADE
Partido Comunista Português
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO
Editorial «Avante!», SA
Av. Almirante Reis, 90,
7.ª-A, - 1169-161 Lisboa.
Capital social:
15 000 000\$00.
CRC matrícula: 47058.
NIF - 500 090 440

DIRECÇÃO E REDACÇÃO
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 71 90/91
Fax: 21 781 71 93
E-mail:
avante.pcp@mail.telepac.pt
Web:
http://www.pcp.pt

Director
José Casanova

Chefe de Redacção
Leandro Martins

Chefe Adjunto
Anabela Fino

Redactores
Carlos Nabais
Domingos Mealha
Henrique Custódio
Isabel Araújo Branco
João Chasqueira
Lúcia Calapez
Margarida Folque

Crafismo
José Araújo

Fotografia
Jorge Caria
Sérgio Morais

Secretaria da Redacção
Ivone Dias Lourenço
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial Avante!
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

Alterações de remessa
Até às 17 horas
de cada sexta-feira:
Tel. 218 429 836

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS
Delegação Lisboa:
Tapada Nova - Capa Rota
Linhó - 2710 Sintra
Tel. 21 923 99 21
Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia
Tel. 22 941 76 70

ASSINATURAS
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

TABELA DE ASSINATURAS*
(IVA e portes incluídos)

PORTUGAL
(Continente e Regiões
Autónomas)
50 números: 9 000\$00
25 números: 4 600\$00
EUROPA
50 números: 23 000\$00
EXTRA-EUROPA
50 números: 33 000\$00

*Enviar para
Editorial «Avante!»
nome, morada
com código Postal
e telefone
a acompanhar cheque
ou vale de correio.

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85



Resumo

30
Quarta-feira

O STAL agenda uma greve nacional para o dia 11 de Junho criticando a falta de resposta governamental para os problemas profissionais. Os alunos da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria manifestam-se contra a falta de um novo edifício de ensino e de uma nova biblioteca, exigindo ao Governo o início das obras já aprovadas. O parlamento indonésio decide convocar para Agosto uma sessão especial da Assembleia Consultiva do Povo para destituir o presidente Abdurrahman Wahid. O senador brasileiro António Carlos Magalhães demite-se, escapando assim à abertura de um processo de destituição.

31
Quinta-feira

Os trabalhadores da Renova, de Torres Vedras, decidem paralisar durante os próximos dias 7 e 8 em protesto por a administração da empresa não responder às reivindicações de aumentos salariais. Centenas de apoiantes do presidente indonésio, Abdurrahman Wahid, exigem a dissolução do parlamento, que aprovou a destituição de Wahid. A Assembleia Nacional francesa aprova um projecto de lei que alarga de 10 para 12 semanas o prazo legal para interrupção voluntária da gravidez. Faisal Hussein, o principal dirigente da OLP em Jerusalém, morre, de ataque cardíaco, durante uma visita ao Kuwait.

1
Sexta-feira

A Assembleia da República discute uma petição assinada por 7093 subscritores que exigem a suspensão imediata da revisão curricular do ensino secundário. Os representantes dos trabalhadores da REFER lançam um apelo à opinião pública contra o encerramento dos infantários da empresa, por considerarem tratar-se da perda de um importante direito adquirido. Portugal, Espanha e Grécia levantam as reservas que tinham manifestado à aprovação da posição comum dos Quinze sobre a livre circulação de trabalhadores de Leste na União Europeia. Nkosi Johnson, a criança sul-africana que se tornou um grande símbolo mundial da luta contra a SIDA, morre na casa da sua mãe adoptiva, em Joanesburgo.

2
Sábado

Reunião nacional de quadros sobre a organização e intervenção do PCP nas empresas e locais de trabalho. Dez pessoas morrem e 32 ficam feridas no Estado indiano da Caxemira, onde separatistas e muçulmanos reivindicam a independência ou uma associação ao vizinho Paquistão. O príncipe herdeiro

do Nepal, que matou 12 membros da sua família e tentou suicidar-se, é proclamado rei, apesar de estar em coma. Os rebeldes muçulmanos do grupo Abu Sayyaf fazem mais de 200 reféns no sul das Filipinas para protegerem a sua fuga face aos ataques do Exército filipino. Uma doente, de 43 anos, foi submetida ao primeiro transplante de um pulmão numa intervenção inédita da medicina portuguesa.

3
Domingo

Cerca de meia centena de elementos da CDU de Setúbal participam numa visita ao centro histórico da cidade, tendo por objectivo efectuar uma avaliação do estado em que se encontra o património cultural da cidade. Os peruanos vão às urnas para escolher um novo presidente, opondo Alejandro Toledo a Alan Garcia. O governo colombiano e os rebeldes das FARC assinam um acordo inédito para a libertação de prisioneiros, no primeiro avanço substancial registado no processo de paz iniciado em Janeiro de 1999. O actor Anthony Quinn morre aos 86 anos nos Estados Unidos.

4
Segunda-feira

Os três arguidos acusados do crime de abate clandestino de touros nas festas populares realizadas em Setembro de 1999 nas freguesias da Luz, Granja e Monsaraz são absolvidos pelo Tribunal Judicial de Reguengos de Monsaraz. Os maquinistas da CP que trabalham em parques de material e linhas de resguardo entram em greve exigindo que a CP cumpra as condições de higiene e segurança no trabalho. O economista peruano Alejandro Toledo vence a segunda volta das eleições presidenciais com 51,9 por cento dos votos contra 48,1 por cento de Garcia. O Hamas e uma facção armada da Fatah, o partido de Yasser Arafat na OLP, anunciam uma trégua desde que Israel se retire dos territórios ocupados.

5
Terça-feira

O PCP e o BE querem que o PS submeta à aprovação em plenário alterações à lei da família por uma questão de legitimidade política. Cerca de 70 ambientalistas concentram-se em Lisboa acusando o ministro do Ambiente de estar vendido a interesses imobiliários. A Federação Nacional dos Médicos realiza uma conferência de imprensa garantindo que a greve dos médicos afectos à estrutura irá realizar nos dias 11, 12 e 13 de Junho. As autoridades nepalesas decidem impor o recolher obrigatório na capital devido a confrontos entre a polícia e manifestantes, que exigem uma investigação sobre o massacre da família real.

Aconteceu

Nkosi morreu no Dia da Criança

Nkosi Johnson, o menino seropositivo sul-africano, símbolo da luta contra a SIDA, morreu no dia 1 de Junho, com 12 anos de idade. Nkosi tinha recebido o vírus HIV, por via uterina, tendo a mãe morrido quando ele tinha apenas dois anos de idade.

A sua mãe adoptiva dirige uma associação de protecção às crianças com SIDA, chamada «Paraíso Nkosi».

No ano passado, numa intervenção emotiva na Conferência Internacional sobre SIDA em Durban, transmitida por diversas cadeias internacionais de televisão, Nkosi pediu a centenas de delegados que fornecessem medicamentos retrovirais a mulheres grávidas seropositivas, para evitar a transmissão da doença aos filhos, como aconteceu com ele. Um apelo que teve especial impacto na África do Sul.

O antigo presidente sul-africano Nelson Mandela homenageou Nkosi, afirmando que o menino «tocou os corações e inspirou milhões de pessoas» e foi um «símbolo da luta pela vida».

De salientar que 70 por cento dos casos de SIDA em todo o mundo são africanos e 90 por cento das crianças com SIDA são africanas.

Morreu Carlos Gil



A Direcção do Sindicato dos Jornalistas (SJ) manifestou, em nota de imprensa, o seu profundo desgosto pela morte do fotopermalista Carlos Gil.

Em breve apontamento biográfico, a nota do sindicato sintetiza o percurso de Carlos Gil que iniciou a profissão em 1969, no jornal «A Capital» e trabalhou no extinto «Novidades» e nas revistas, igualmente desaparecidas, «Flama» e «Mais». Como freelancer «realizou variadas reportagens em cenários dramáticos, algumas das quais deram lugar a belos livros de reportagem».

A nota da Direcção do SJ lembra Carlos Gil como um «homem apaixonado pela sua profissão e profissional apaixonado». No momento em que «a doença o assaltou, era formador no Centro Protocolar de Formação de Jornalistas (Cenfor) e orientava cursos de iniciação ao jornalismo em organizações não governamentais para a juventude».



Terra vai ter «boletim de saúde»

Por ocasião do Dia Mundial do Ambiente, as Nações Unidas lançaram um programa que vai inventariar os recursos do planeta, como pradarias, florestas, cursos de água, terras agrícolas e oceanos. Este «boletim de saúde» do planeta deverá facultar conhecimentos científicos sólidos sobre o estado dos ecossistemas. Os ecossistemas são sensíveis às actividades humanas e a sua degradação (desflorestação, seca, inundações ou poluição) compromete a sobrevivência do Homem e das espécies.

O estudo, intitulado «Avaliação dos Ecossistemas para o Novo Milénio», vai distribuir-se por quatro anos, envolvendo cerca

de 1.500 cientistas do mundo inteiro. Os trabalhos já se iniciaram para a África Austral, Sudeste Asiático, América Central, Oeste da China e Noruega. A nível local, os estudos arrancaram na Índia e na Suécia.

Na sua mensagem, o secretário-geral da ONU, Kofi Annan, sublinhou, como pontos

preciosos recursos da Terra e cada um de nós tem um papel a desempenhar na sua preservação», lembrou Annan. «Já temos tecnologias avançadas para evitar a destruição. E temos ideias e competências para tornar as nossas economias mais sustentáveis. É altura de trazer essas ideias para



principais, a partilha dos ecossistemas, os recursos do planeta Terra e o papel a desempenhar na sua preservação.

Todos nós temos de partilhar os frágeis ecossistemas e

fora das bibliotecas e de trazer essas competências para fora dos laboratórios. Chegou o momento de as pormos em prática», sublinhou o secretário-geral da ONU.

FAO alerta

As grandes cidades do Terceiro Mundo enfrentam o risco de um aumento importante da desnutrição dos seus habitantes, alertou a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO).

Num apelo lançado em Roma, peritos da FAO referem que o aumento da concentração de pobres nas grandes cidades dos países em vias de desenvolvimento e a penúria alimentar em que vivem converteu-se num problema social que requer uma intervenção urgente.

Segundo a FAO, cerca de 50 por

cento da população urbana africana e de 40 por cento da latino-americana vive em condições de pobreza. Em algumas metrópoles, como São Paulo (Brasil), a percentagem atinge entre 60 a 70 por cento da população.

Segundo as previsões da ONU, em 2015, pelo menos 26 cidades no mundo superarão os dez milhões de habitantes, a maioria das quais em países em vias de desenvolvimento, com extensos bairros de lata, um alarmante índice de pobreza e problemas sanitários e ambientais.

Crónica Internacional

• Albano Nunes

A Europa aqui tão perto...

A situação internacional é de tal modo rica de acontecimentos marcantes que a dificuldade não está em encontrar um tema mas em seleccioná-lo. Há tanta situação imprevista reclamando enquadramento de fundo, tanta «notícia» exigindo desmontagem com suporte na realidade dos factos, tanta resistência e tanta luta merecendo ser notícia grande de primeira página, que a escolha se torna por vezes um embaraço.

Por que não uma vez mais a **Palestina**, quando toda a indignação do mundo é pouca perante os medonhos crimes praticados contra um povo cujo único crime é aspirar a ser livre na sua própria pátria? Ou a **Etiópia**, onde o regime pró-americano em crise reprime com a maior violência corajosas lutas estudantis? Ou o **Japão**, onde crise económica, nacionalismo e militarismo se misturam perigosamente no discurso do novo primeiro-ministro? Ou a **Eslováquia**, onde o assalto capitalista tornou a vida do seu povo, e

O que se perfila no horizonte é deveras inquietante

da minoria rom (ciganos), num autêntico inferno? Ou a **África do Sul**, de onde nos chegam imagens sobre a morte anunciada do pequeno Nkosi Johnson, exemplares da forma hipócrita como o imperialismo lida com o gravíssimo problema da SIDA? Ou a **Argentina**, para chamar a atenção para a violenta acusação ao sistema e

às políticas do FMI/BM que a manifestação das crianças filhas de desempregados constituiu? Ou **Chipre**, onde o extraordinário sucesso eleitoral dos nossos camaradas do AKEL (36%, o partido mais votado) confirma que os partidos comunistas não só não estão em «declínio irreversível» como são necessários à luta libertadora dos trabalhadores? Ou...

... a «**Europa**», agora que Jospin deu finalmente «resposta» ao discurso de Schröder e se clarificam as posições de partida das grandes potências na corrida do «pós-Nice» sobre o futuro da União Europeia. Ainda o Tratado de Nice não foi ratificado em nenhum dos países subscritores, e já se desenham novos e arrojados cenários de «salto em frente», o que diz tanto sobre o «apego à democracia» da classe dominante como da instabilidade, incertezas e contradições que se manifestam no processo de «construção» europeia.

Se há um problema de dimensão internacional que mexe em profundidade com Portugal e os portugueses, com a sua condição material e espiritual, com o seu destino histórico como nação, esse problema é a União Europeia. Ora o que se perfila no horizonte é deveras inquietante em matéria de dependência económica, política, diplomática e militar. Já

duramente atingidas, a soberania e a independência de Portugal correm novos perigos com o «aprofundamento» da integração associado às perspectivas de alargamento da UE. Por isso precisamos, com urgência, de um profundo debate sobre a problemática da «Europa». Não a mistificação com que na semana passada o Primeiro-Ministro brindou a Assembleia da República. Não o debate das cúpulas

governamentais «europeias» em torno de simples variantes de uma mesma orientação de fundo. Nem o debate das «élites» serventuárias, comprometidas ou rendidas ao grande capital. Mas um autêntico debate institucional, democrático e popular no qual nem o PS e o governo de Guterres nem o PSD e a direita em geral estão interessados. Pela razão simples de que concordam quanto ao fundo e se vergam diante das orientações federalistas, supranacionais, militaristas, de domínio das grandes potências que, com reais divergências e contradições embora, estruturam o discurso dominante.

É bonito ver o Presidente da República no Canadá com uma criança ao colo agitando a bandeira nacional, ou ver na primeira página de (quase) todos os jornais do passado domingo Figo beijando a camisola da selecção nacional de futebol. Mas importa não esquecer que o destino de tudo o que de melhor representa a bandeira de Portugal se decide noutro lado e que o patriotismo verdadeiro passa pela resistência à «Europa» que nos querem impor - seja ele na variante Schröder, Jospin, Blair ou (em breve) Berlusconi - e pela luta por uma Europa de países e povos soberanos e iguais em direitos. Como uma vez mais sublinhámos no nosso XVI Congresso, «a soberania nacional é uma questão fundamental e central para o País».

Editorial

AVANÇAR E CRESCER

O Governo do engenheiro Guterres está nervoso, inquieto, inseguro. Sentindo-se deslizar pela rampa sem retorno do descrédito e do estado de desgraça, entrou em pânico e lançou-se numa campanha de auto-valorização na qual, a avaliar pelo histerismo de que se reveste, nem ele próprio acredita. Em busca da imagem perdida, o primeiro-ministro fez-se à estrada procurando vender a ideia de que o seu Governo é um modelo de eficácia, de capacidades e de potencialidades. Partindo do princípio, exaustivamente repetido, de que as pessoas não podem deixar de estar contentes com os resultados da política do seu Governo, Guterres não acredita nem aceita os sinais de sentido contrário, por mais evidentes que eles sejam. E a veemência com que explica aos descontentes que só têm motivos para estar satisfeitos, fá-lo assemelhar-se àquele escuteiro que, pressionado pela necessidade de fazer a sua boa acção diária, obrigou a velhinha a atravessar a rua...

Paralelamente a este desesperado salto em frente do seu Governo, o PS, dando mostras de igual desespero, anuncia que *já ganhou*, nas eleições autárquicas que terão lugar em Dezembro, uma quantidade enorme de presidências de câmara. Esta afirmação repetida dos desejos apresentando-os como se realida-

que, se o PS ganhar a presidência da Câmara, o Governo mandará dinheiro para o Concelho; se não, não... E estes frenéticos, modernos e democráticos governantes *rosa* complementaram esta operação de chantagem - à qual, como a todas as anteriores, o Presidente da República dedicou um total e profundo silêncio - com os tradicionais «ataques ao PCP, partido que quase todos os oradores da noite acusaram de «cinzentismo» e «imobilismo»». Não se pode dizer que tais acusações constituam um modelo de originalidade, mas a verdade é que, vindas de quem vêm, só podem ser encaradas como um elogio que se agradece.

Mas outros e vários são os sinais dos tempos eleitorais que vivemos. Atentemos, por exemplo, no caso da Câmara da Amadora, onde se sucedem os escândalos e os atropelos democráticos e em que o Governo recusa fazer qualquer inspecção alegando falta de meios humanos; ou no caso da condenação da camarada Jacinta Ricardo, ex-presidente da Câmara do Montijo, pelo facto de ter retido cerca de 30 mil contos do IRS para pagar os salários aos trabalhadores da autarquia: se é óbvio que o procedimento da ex-presidente não é legal, não é menos evidente que tal procedimento tem sido praticado em dezenas de autarquias sem que, até hoje, qualquer dos respectivos presidentes tenha sido condenado por essa razão. Porquê, então, neste caso, a abertura de uma excepção? Porquê, igualmente, a invulgar celeridade com que todo este processo se desenvolveu em contraste com a morosidade de outros bem mais graves e que, nalguns casos, correm mesmo o risco de prescrever (caso, por exemplo, do processo da UGT, que envolve dirigentes do PS e no qual está em causa a forma como foram utilizados centenas de milhares de contos dos fundos comunitários)? Porquê a divulgação da sentença a poucos meses da realização das eleições? Não é verdade que a condenação da ex-presidente do Montijo «configura claramente uma condenação política? Eis algumas das pertinentes perguntas feitas pelo Secretariado da Direcção da Organização Regional de Setúbal do PCP, em comunicado distribuído em conferência de imprensa.

Face a tudo isto, a CDU prepara-se para uma forte e séria intervenção eleitoral e, mais uma vez, marca a diferença no que toca à seriedade dos métodos que utiliza, ao respeito pela inteligência, pela sensibilidade e pelos direitos dos eleitores. Mais uma vez, o projecto autárquico da Coligação Democrática Unitária confirma a sua superioridade no que respeita aos conceitos e práticas de exercício do poder, de democracia participativa, de obra feita em benefício das populações, enfim, de trabalho, honestidade e competência.

Trata-se de uma batalha difícil, sem dúvida - como o são, aliás, todas as batalhas de quem existe e age com um objectivo inovador e transformador. Mas trata-se, apesar disso ou por isso mesmo, de uma batalha para travar com confiança e determinação, de uma batalha que, envolvendo todos os militantes comunistas e restantes activistas da CDU, é para avançar e crescer.

“A CDU prepara-se para uma forte e séria intervenção eleitoral”

de fossem, não traria grande mal ao mundo - e seria até motivo de divertimento - se não se fizesse acompanhar de um arsenal de métodos e práticas que põem seriamente em causa a democraticidade do próximo acto eleitoral.

Com efeito, se há uns meses era difícil conceber que o Governo ousasse utilizar o aparelho de Estado da forma como o tem vindo a fazer, a partir de agora não há razão para espantos nem surpresas: o «vale tudo» instalou-se em definitivo, o despudor é rei e senhor, a desvergonha e a desfaçatez tomaram o poder. Da cavalgada eleitoralista do Governo do PS pode dizer-se que só não ultrapassou todos os limites porque... estes governantes não conhecem limites. Funcionando como um grupo de jograis, o executivo do engenheiro Guterres, sob a batuta pesada e rude do coordenador permanente do PS - sempre presente mesmo quando está ausente... -, comporta-se como se fosse uma comissão eleitoral do partido do Governo.

Exemplo concreto disso é o que, segundo o «Público», se passou no domingo no Barreiro, por ocasião da apresentação do cabeça de lista do PS: António Costa, José Sócrates e Paulo Pedroso, cada um à sua maneira e todos devidamente comandados por Jorge Coelho, cumpriram exemplarmente a tarefa de deixar claro



Actual Mais do mesmo, não obrigado!

• Jorge Cordeiro

«Que não haja dúvidas que isto é entre mim e o Dr. Capucho»
(José Lamego, DN 31/05/01)

É conhecido o recurso ao truque da bipolarização mais artificial para dissimular o que é idêntico, desanimar a mobilização em torno de soluções diferentes e esmorecer a construção de alternativas. Quando a imaginação não dá para mais este recurso dá sempre jeito. É o que fez José Lamego ao afirmar, a propósito da eleição para a Câmara de Cascais para a qual foi atirado como candidato, que aquela disputa era entre ele e o doutor Capucho. A frase está, no que respeita ao nível do rigor e seriedade política, proporcional à imensa ignorância que carrega em matéria de conhecimento dos problemas do concelho e das suas populações.

Lamego ignora, talvez porque ainda não tenha tido tempo para o saber, que as autarquias são bem mais que um órgão unipessoal e que a escolha, mais do que uma disputa entre estrelas mais ou menos impantes, é sobre projectos e propostas que assegurem as melhores respostas aos problemas das populações e ao desenvolvimento local.

Lamego finge não conhecer que a gestão do PS no município de Cascais nos últimos oito anos não só não trouxe nada de substancialmente novo como rivalizou, ombro com ombro, ao que de pior a gestão do PSD fez anteriormente em matéria de especulação urbanística. Lamego prefere ignorar que com o PS à frente do município vigorou o mais descarado favorecimento a empreiteiros, as repetidas violações ao PDM, a permissividade assumida no desrespeito pelos índices de construção a pretexto de contrapartidas (no melhor estilo do truque usado por Abecasis em Lisboa quando tolerava a violação das regras urbanísticas por troca de umas "mais-valias"), a descaracterização do litoral do concelho e o abandono das zonas do interior.

Dividido entre a ambição e o desespero, Lamego terá confundido que o que

está em causa não é saber quem está melhor colocado pode fazer mais do mesmo mas sim quem está em condições de fazer diferente, melhor e o que é preciso para requalificar o concelho e servir a população. E que não é o recurso a campanhas milionárias como aquela que já dá mostra de ir realizar, e que legítima a dúvida sobre os interesses que a suportam, que lhe dará a si e ao PS a credibilidade perdida pela gestão recente do município de Cascais.

É possível, certo até, que haja coisas que são entre eles e com eles. Seguramente que não são as coisas que interessam ao concelho e às suas populações. Essas estão com a CDU, os seus candidatos, as suas propostas e o seu reconhecido trabalho em defesa dos interesses locais, da melhoria das condições de vida e do desenvolvimento equilibrado do concelho.



«Tudo na mesma...»

• Carlos Gonçalves

Segundo o *Diário de Notícias* deste domingo, Guterres, na qualidade de Secretário-geral do PS, terá dito numa reunião em Lisboa que as medidas tomadas recentemente pelo seu Governo comprovariam que após o Congresso «não ficou tudo na mesma».

Não é por embirração mas penso exactamente o contrário.

Depois do Congresso, quanto às políticas prosseguidas, ao Governo, à natureza da sua direcção, à ética política de certos dirigentes e ao respectivo desempenho, o PS/Guterres está «cada vez mais na mesma».

Mais na mesma quanto ao essencial das políticas económicas, estando em andamento o próximo aperto do cinto dos trabalhadores e dos sectores sociais com menos rendimentos, encarregando-se o ministro Moura das medidas orçamentais e o governador Constâncio da «explicação» tecnocrática das negociações salariais bianuais, para «estabilidade» dos senhores da CIP.

Mais na mesma quanto ao Governo de que se mantém o perfil e a «performance», em que a maior actividade anunciada não passa de ainda maior ênfase nas inaugurações e entregas de cheques e cuja «remodelação» ficou para «salva-vidas» da próxima crise.

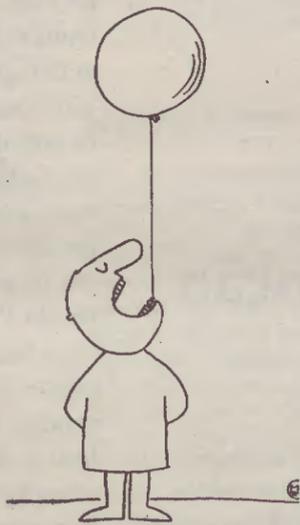
Mais na mesma quanto ao PS saído do Congresso. Uma Comissão Nacional mastodónica, que segundo o «site» do PS, entre

effectivos e suplentes, tem não 300 mas 535 nomes. Aliás, como em todas as Convenções e Congressos do PS de Guterres, o alargamento dos órgãos partidários foi instrumento do acerto de contas entre *lobbies* e clientelas e, apesar das faroncas do «Coordenador», a Comissão Política tem agora 71 elementos, o Secretariado 50 e a Comissão Permanente 22. Quanto ao Secretário-geral, esse dispõe de poderes quase absolutos e a Comissão Nacional tem competência para alterar os Estatutos. Tudo paradigmas de genuína «democracia participativa».

Mais na mesma quanto à ética política de muitos dos seus dirigentes: de Jorge Coelho que «em boa hora» saiu do Governo, mais por interesseirismo que por ética de serviço público; de Armando Vara que transferiu o «know how» dos negócios do Governo e do PS para os negócios dos futebóis e do PS; ou do «traidor» Fernando Gomes, a que «Roma» pagou copiosamente.

E mais na mesma até quanto às coreografias, encenações e *marketing* político, há meses às voltas com velhas *reprises* do «novo fôlego». Aliás, foi talvez por isso que correu o boato, entretanto não confirmado, duma próxima contratação da «Ediberto Lima Produções».

Este PS/Guterres está de facto «cada vez mais na mesma - como a lesma».



É verdade: o PCP dá lucro

• Aurélio Santos

Uma vez mais, com a publicação no anterior número do «Avante!» das contas do PCP, apareceram nos jornais os disparatados títulos «Final o PCP dá lucros!».

É evidente que chamar «lucro» ao saldo que o PCP apresenta nas suas contas anuais é completo dislate, só explicável por obsessiva aplicação de critérios mercantilistas.

Somos naturalmente levados a suspeitar que reduzindo a notícia sobre as contas do PCP à sensacional referência do seu «lucro» se deixa no silêncio o que nessas contas há de real e séria importância noticiosa: por exemplo, que o PCP é o único partido que anualmente apresenta as suas contas segundo as exigências da lei; que é um partido que tem as suas receitas provenientes essencialmente das cotizações dos seus militantes, das contribuições dos seus eleitos em cargos públicos (que entregam ao Partido o excedente do que ganham

como deputados ou autarcas em relação aos vencimentos das suas profissões) e das iniciativas, donativos e campanhas de fundos dos seus militantes e apoiantes. Garante assim a sua plena independência em relação aos detentores do poder económico. Quando no mundo (e em Portugal...) se multiplicam os escândalos de financiamentos aos partidos políticos (de que os casos Kolh e Dumas são boa ilustração) isso sim, é notícia que interessaria apresentar à opinião pública...



Mas já agora (aplicando a linguagem mercantilista tão cara à cultura neoliberal em moda) podemos mesmo afirmar que afinal, sim, o PCP dá lucro. Dá lucro aos que nele investem, aos que participam nas suas acções, aos que se associam aos seus empreendimentos. Quem investe nele, quem o apoia e vota nele, não fica desiludido nem defraudado: o PCP cumpre os seus compromissos, não faz falsas promessas, não diz uma coisa fazendo outra. No

quadro da bolsa de valores políticos portugueses ele é sem dúvida o mais seguro e sólido investimento.

Um investimento com dividendos a curto prazo: numa conjuntura em que as ofensivas contra os direitos dos trabalhadores e as condições de vida da população se agravam, quando assistimos a uma campanha de denegrimiento da própria democracia, o reforço do PCP constitui segura premissa para um novo rumo na vida política portuguesa. E num mundo em que os «berlusconis» espreitam a oportunidade para uma ocupação fascizante do poder político, aproveitando o descrédito lançado sobre os regimes democráticos pelos partidos que dizendo-se de «esquerda» praticam no governo políticas de direita, o investimento político num partido como o PCP é um sólido depósito a prazo para que o futuro não traga de regresso sinistras sombras do passado.

Por tudo isto (e muito mais) podemos concluir: investir no PCP é o que dá lucro. Político, pois claro...

Frases

«Notáveis socialistas à conquista do Barreiro/ Três ministros e outros governantes no Barreiro para deixar claro que o Governo saberá recompensar uma vitória no «bastião vermelho»»

(Título e abertura no *Público*, 05.06.01)

«É vital para a humanidade o investimento na cultura e a preservação desta. A morte da cultura não pode deixar de ser a morte do homem»

(Manuel Ferreira Patrício, *Jornal de Notícias*, 04.06.01)

«Comigo não há derrapagens»

(José Lello, ministro do Desporto, *Visão* 31/05.01)

«A estes (...) socialistas (...) vai provavelmente ficar associada nos livros de História a vigência de um paradoxo interessante, em que um governo intitulado de esquerda quando deita as unhas à economia vai por aí fora numa febre neoliberal tão assanhada que no seu segundo mandato consecutivo a bem dizer já só lhe falta privatizar a Caixa Geral de Depósitos»

(Clara Pinto Correia, *idem*)

«O número dois do Partido Socialista acusa as grandes empresas portuguesas de fugirem ao Fisco como quem convida um amigo para tomar café (...) O ex-ministro que tutelava o futebol há apenas três meses, passa a dirigente de uma Sociedade Anónima Desportiva, com a mesma calma com que o tal amigo aceita a bica»

(Pedro Camacho, *idem*)

«O mercado imobiliário está a ser alvo de pressões brutais, se não mesmo de manobras de branqueamento de dinheiro (...) Muitos empreendimentos são revendidos sem chegarem a ser ocupados, num processo crescente de multiplicação de dinheiro»

(Helena Roseta, *idem*)

«A vasta maioria dos universitários sempre foi uma mistura de impostores, atrasados mentais, preconceituosos e líderes de claque»

(Harold Bloom, *idem*)

«O Banco de Portugal não se cansa nos apelos à moderação do consumo (no Governo, é caso sério), mas longe estão os dias em que poderá dizer, como o banco central dos EUA, que a inflação não é um risco, porque as empresas estão a absorver o aumento dos custos, afectando margens de lucro. Temos muito a aprender»

(Francisco Azevedo Silva, *Diário de Notícias*, 05.06.01)

«Paraísos fiscais são fortalezas do crime»

(Maria José Morgado, directora-adjunta da Polícia Judiciária, *Público*, 04.06.01)

«Os off-shores estão essencialmente ligados ao branqueamento de capitais e este crime surge intimamente associado à corrupção, à fraude financeira internacional e ao contrabando organizado»

(*idem, ibidem*)

«Não se admite que um indivíduo que todos os anos declare prejuízos e tenha bens de milhões, carros de topo de gama, passe fim-de-semana no estrangeiro constantemente e seja titular de contas fabulosas»

(*idem, ibidem*)

«Devia ser permitido o acesso directo da PJ à informação bancária e às contas dos arguidos. É um mecanismo que existe no Código Penal da Alemanha, que é um Estado de Direito consolidado»

(*idem, ibidem*)



CGTP promove hoje acções em todo o País

Protesto com razões

Plenários, greves, concentrações e manifestações de trabalhadores estão marcados para diversos sectores e empresas, com manifestações em Lisboa, no Porto, Braga, Coimbra, Aveiro e Santarém, para exigir melhores salários, combate ao emprego precário e clandestino, respeito pelos direitos e «uma nova política para quem trabalha».

A Intersindical Nacional, no folheto em que apela à participação na jornada de hoje, considera esgotado o modelo económico que assenta em salários baixos, baixa qualificação e muita precariedade.

As teses que defendem moderação salarial e mais desregulamentação são, para a central, «uma verdadeira declaração de guerra aos trabalhadores e um atentado à inteligência dos portugueses». Contra tal pressão, alimentada por declarações de responsáveis da UE, do FMI, do Banco de Portugal e do Governo, que alinham com as intenções dos representantes patronais, a CGTP

recorda que os salários dos portugueses «são três vezes inferiores aos da média europeia e menos de metade dos praticados em Espanha»; enquanto o salário mínimo de 67 contos é «de longe» o mais baixo da UE, no nosso país verifica-se «a mais escandalosa ostentação da riqueza».

No ano corrente, os salários negociados «já foram ou serão comidos só pelo aumento da inflação», tal como sucede com as pensões.

A situação é agravada pela elevada precariedade – que afecta mais de 750 mil trabalhadores, sobretudo jovens e mulheres –, por uma «afrentosa» injustiça

fiscal (um trabalhador por conta de outrem paga em média 30 vezes mais IRS do que um empregado).

A carga horária no País é «uma das mais elevadas» e «há um abuso desmedido das horas extraordinárias, muitas vezes sem qualquer compensação financeira ou de tempo». A CGTP recorda que também se regista um «aumento injustificado do trabalho por turnos nocturnos, só para fazer crescer os lucros».

Nas reivindicações apontadas pela Inter, neste contexto, assume especial destaque um aumento salarial intercalar de, pelo menos, 3 mil escudos na Administração Pública, e correcções dos salários em todos os casos em que não esteja assegurada, no mínimo, a manutenção do poder de compra.

Na linha das resoluções aprovadas no 1.º de Maio, a central exige também a redução progressiva dos horários de trabalho, de modo a atingir o limite máximo legal de 35 horas semanais, sem redução dos salários, o aumento do período de férias para 25 dias úteis, uma melhoria significativa as pensões de reforma, maior justiça fiscal. Pretende ainda que a regulamentação da Lei de Bases da Segurança Social seja feita de acordo com os objectivos e princípios definidos e que seja garantida uma escola pública de qualidade.

Nos sectores, empresas e regiões avolumam-se razões específicas para milhares de trabalhadores expressarem hoje o seu protesto público.

O Sindicato Nacional dos

Trabalhadores da Administração Local – que anunciou uma greve nacional para dia 11, segunda-feira – condena o «inqualificável comportamento do Governo em torno da regulamentação do suplemento de risco» e denuncia

«a forte degradação do poder de compra dos trabalhadores». Na greve, tal como na jornada de hoje, têm acrescidos motivos para participarem os trabalhadores dos transportes colectivos municipais, cujas reivindicações, relativas ao regime de carreiras, levaram já à realização de greve, em Março e Maio. O STAL expressou sérias discordâncias quanto ao conteúdo do projecto que, na sequência das lutas, o secretário de Estado da tutela acabou por apresentar, uma vez que o documento constitui «autêntica provocação» e revela «uma profunda falta de seriedade negocial».

Nos sectores da metalurgia e indústria automóvel, refere a Fequimetal, as associações patronais pretendem eliminar ou reduzir direitos, calcular o horário em médias anuais (e não semanais) e legalizar o sábado como dia normal de trabalho, não pagar o trabalho nocturno e desqualificar as profissões – o que suscitou indignação de «trabalhadores de centenas de empresas, reunidos em plenários ou através de abaixo-assinados».

A mesma federação refere que na indústria farmacêutica «o patronato fugiu da mesa de negociações» e «há empresas que ainda não deram aumentos este ano»; na química houve aumentos muito baixos e

há perigosas intenções patronais na revisão do clausulado. O comunicado aos trabalhadores deste sector refere ainda motivos para a luta na Petrolgas, na Gás de Portugal, na Unalbol, Plasquisa, Sonuma, Plásticos Nema, CUF Têxteis e outras empresas.

Os mineiros de Aljustrel, em plenário, decidiram deslocar-se hoje a Beja,

que procura manter baixos salários e impor um controlo da alcoolemia sem garantias de isenção, enquanto não toma medidas para combater o aumento da sinistralidade e a elevada precariedade. A federação sindical do sector refere ainda a recusa de negociação pelo patronato da indústria de madeiras.

Expressão pública

Com a jornada de hoje, a CGTP pretende que as várias lutas de trabalhadores, com fortes objectivos comuns, confluem para manifestações e concentrações, de modo a obterem maior impacto público.

De tarde, realizam-se concentrações em Lisboa (abrangendo também o distrito de Setúbal), Porto, Aveiro, Braga, Covilhã, Coimbra, Faro, Funchal, Portalegre, Entroncamento, Viana do Castelo e Viseu. Em Beja, a concentração está marcada para as 9.30 horas.

Para permitir a participação nas acções da CGTP, foram apresentados pré-avisos de greve. Estão também marcados plenários, que nalguns casos poderão deslocar-se para o exterior das instalações das empresas ou serviços. Na Auto Europa, por exemplo, estará Carvalho da Silva, que intervém, depois, no final da acção em Lisboa.

para se integrarem na concentração da CGTP e exigir a retoma da extracção (cumprindo o acordo de 1995) e a justa actualização dos salários.

No sector dos transportes, o destaque vai para a greve de dois dias, marcada para hoje e amanhã, abrangendo as empresas privadas de transporte pesado de passageiros, reclamando aumentos salariais justos.

Na construção civil e obras públicas é condenada o rompimento das negociações do contrato colectivo por parte do patronato,

A CT da Portugal Telecom também apelou à participação na jornada, apontando o contraste entre a actualização salarial, «aquém dos valores justos», e os mais de 108 milhões de contos de lucros apresentados pela empresa.

Na Brisa, os sindicatos apontam a necessidade de reagir contra a intenção de avançar com a privatização e o processo de reestruturação anunciado, que ameaçam os postos de trabalho, os direitos e até o fundo complementar de pensões.

Apelo aos imigrantes

A desregulamentação das relações de trabalho e o seu nivelamento por baixo são denunciados pela CGTP como objectivos dos que mantêm milhares de imigrantes a trabalhar no nosso país «sem quaisquer direitos e com salários de miséria».

O Sindicato da Construção do Sul, sector onde há um grande número de trabalhadores estrangeiros ferozmente explorados por empreiteiros, subempreiteiros e donos de obra, emitiu um comunicado em russo apelando à participação dos imigrantes nas acções de hoje e apontando a luta, em unidade, como «o único meio para melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores e alcançar os níveis salariais médios da Europa».

Como motivos para a participação na luta ao lado dos portugueses, o sindicato refere a melhoria dos salários, o fim do trabalho ilegal, o direito a trabalho com qualidade, o cumprimento das leis sobre imigração, a celebração de contratos de trabalho e concessão de autorização de residência para todos.

GNR duplica

O Serviço de Protecção da Natureza da GNR vem provocar a «duplicação de atribuições e competências» nas áreas de vigilância e fiscalização, afirmou antontem a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública. Paulo Trindade, em conferência de imprensa, criticou a falta de investimento governamental para dotar os vigilantes da natureza (antigos guarda-rios) de meios técnicos e de formação que lhes permita exercer adequadamente as suas funções. «Ao mesmo tempo que o Governo diz não ter dinheiro para dotar os vigilantes da natureza dos meios que necessitam, proporciona-se à GNR verbas e meios para criarem um serviço especial de vigilância e fiscalização da natureza e do ambiente para o qual a corporação não está minimamente vocacionada», afirmou o dirigente sindical, citado pela Lusa. Disse também que a criação deste serviço especial da GNR pretende dar a falsa ideia de que não havia nenhum organismo que realizasse este trabalho, assegurado pelos guarda-rios (hoje vigilantes da natureza) desde 1891. O Governo, defende a FNSFP/CGTP, deve canalizar verbas e meios que permitam aos vigilantes da natureza não só desempenharem de forma eficaz as suas funções mas também terem acesso a acções de formação.

Sardinha com licença

Aos pescadores da Costa de Caparica estão a ser exigidas licenças para a pesca da sardinha. O Sindicato dos Trabalhadores da Pesca do Sul contestou esta decisão da Direcção-Geral das Pescas e reclamou do Governo medidas de excepção. O coordenador do sindicato considerou uma injustiça o facto de a Direcção-Geral estar a exigir, pela primeira vez, aos pescadores daquela vila do concelho de Almada licenças para a pesca da sardinha, uma arte à qual os profissionais recorrem a título excepcional. «Este ano foi particularmente difícil, porque o Inverno foi rigoroso. Há pescadores com dificuldades económicas. Não se entende por que razão se exige agora licenças para a pesca da sardinha, uma arte excepcional», sublinhou antontem Josué Tavares Marques, em declarações à Lusa. Reivindicando a isenção de licenças para este tipo de pesca, o sindicato solicitou, entretanto, uma audiência ao secretário de Estado das Pescas, José Apolinário, para discutir esta matéria. Os pescadores da Costa de Caparica, inconformados, estão dispostos a não pagar as licenças nem as multas caso sejam notificados pelas autoridades marítimas, acrescentou o dirigente.

O atraso do Governo favorece os interesses das seguradoras

Cálculos com direitos

Multiplicam-se as notícias sobre a alteração do método de cálculo das pensões de reforma, muitas vezes pondo em causas direitos adquiridos, mas o executivo deixa alastrar a inquietação.

Esta situação levou a CGTP a fazer publicamente um alerta, chamando o Governo à responsabilidade, tomando uma posição clara e firme e apresentando as propostas que, do ponto de vista sindical, devem ser contempladas na definição do novo quadro legal das pensões e respectivo método de cálculo — matéria que, por exigência legal, deverá estar regulamentada até final de Agosto.

Maria do Carmo Tavares, da Comissão Executiva da central, considerou, segunda-feira, em conferência de imprensa, que a contagem de toda a carreira contributiva para efeitos de reforma pode contribuir para a integração dos trabalhadores no sistema de Segurança Social desde o início da sua actividade, bem como para evitar fugas ao sistema. Mas a CGTP defende que a implementação deste novo método de cálculo das pensões, previsto na actual Lei de Bases da Segurança Social, deve ser feita de forma gradual e de modo a salvaguardar as expectativas e os direitos adquiridos e em formação de todos os trabalhadores.

«Nós estamos preocupados, porque o Governo ainda não apresentou nenhuma proposta de reforma do método de cálculo das pensões e o sector económico está aproveitar-se disso», disse a sindicalista à Agência Lusa, criticando o

facto de o Governo não desmentir os vários cenários que têm surgido nos jornais e que estão a criar descrédito e desconfiança.

A CGTP propõe regras claras que garantam o direito a pensões dignas

Desta forma, faz-se com que os trabalhadores penssem que as suas pensões vão diminuir, o que é do interesse das seguradoras, que assim encontram terreno mais favorável para venderem produtos complementa-

res de reforma, denunciou Maria do Carmo Tavares.

À partida, devem ser respeitados os princípios relativos a direitos adquiridos e em formação, garantindo, nomeadamente, a protecção dos beneficiários que já se encontram no período de formação da pensão e uma aplicação gradual das novas regras aos restantes, conforme a fase de formação da pensão.

A central defende que todas as remunerações consideradas para efeitos de cálculo das pensões devem ser revalorizadas de acordo com coeficientes anualmente estabelecidos para o efeito. Para a *Inter* é importante que as novas regras de cálculo

das pensões não impliquem qualquer alteração na duração dos períodos de garantia considerados necessários para aquisição do direito à pensão - 15 anos para a pensão de velhice, cinco para a de invalidez e 36 meses para a de sobrevivência - porque considera estes prazos já bastante elevados. Considerando que o novo método de cálculo das pensões implica uma maior responsabilização dos trabalhadores na construção da sua carreira contributiva, a CGTP defende também uma responsabilização acrescida dos patrões pelo incumprimento das suas obrigações perante a Segurança Social.



Pensões devem aumentar ainda em 2001

O aumento intercalar das pensões de reforma foi defendido pela Inter-Reformados, que realizou, dia 31 de Maio, um debate público na Praça do Comércio. A estrutura de reformados da União dos Sindicatos de Lisboa pretendeu assim chamar a atenção para a situação difícil em que se encontram os pensionistas, que auferem reformas muito

baixas e já viram a actualização do início do ano absorvida pelo aumento dos preços, designadamente no que toca a bens de primeira necessidade. Entretanto, a situação de degradação, concessão e privatização de serviços públicos tem provocado também o respectivo encarecimento, a par da pior qualidade do atendimento.

Dívidas sem justiça

Cerca de mil operários da zona da Covilhã aguardam uma decisão do Tribunal e das Finanças para o pagamento dos seus créditos, em processos de falência ou de execução fiscal relativos às empresas onde trabalhavam.

O caso foi denunciado na semana passada pela União dos Sindicatos do Distrito de Castelo Branco. Segundo Luís Garra, coordenador da estrutura distrital da CGTP, a situação constitui «um verdadeiro escândalo», que «faz desesperar quem, após uma longa vida de trabalho, se vê atirado para o desemprego sem receber os salários em atraso e as indemnizações a que tem direito».

Os sindicatos e os seus serviços jurídicos «fizeram

tudo o que tinham a fazer» para encontrar uma solução para o problema, nomeadamente reclamando os créditos dos seus associados dentro dos prazos legais, acompanhando os processos de vendas de bens das empresas e diligenciando junto dos tribunais e das Finanças para que as acções fossem rápidas e eficazes, referiu o sindicalista, recordando que a União «já escreveu ao Governo e fez vários abaixo-assinados», mas até hoje «continua à espera de respostas».

No Porto, também dia 30 de Maio, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção do Norte e Viseu propôs a substituição dos administradores da

massa falida por *Tribunais de Falência*. Numa conferência de imprensa convocada para denunciar a situação, Albano Ribeiro disse que «a justiça portuguesa é lenta e penalizadora para os trabalhadores nos casos das falências de empresas». Recordou, citado pela Lusa, que «processos arrastam-se quase há 20 anos e acontece muitas vezes que parte dos trabalhadores faleceram entretanto, sem receberem salários em atraso e as respectivas indemnizações».

Albano Ribeiro apontou como grandes beneficiários desta situação os liquidatários, também denominados administradores da massa falida, que durante o processo recebem «chorudos

salários», enquanto os trabalhadores «vêm fugir todos os dias os seus direitos, dado que o património existente vai desaparecendo». O dirigente sindical afirmou que «os administradores da massa falida ganham hoje em dia vencimentos de centenas de contos, havendo casos em que auferem mais de 1500 contos por mês», motivo por que «não há grande interesse em resolver rapidamente os processos».

Para resolver esta situação, Albano Ribeiro propôs que se acabe com a figura dos administradores da massa falida fora dos quadros judiciais, criando em sua substituição um Tribunal de Falências em cada concelho.

Creches para fechar

A Refer anunciou que pretende encerrar, no final do próximo ano lectivo, os infantários de Santa Apolónia e Campanhã, que são frequentados, no conjunto, por mais de uma centena de crianças filhas de ferroviários. A denúncia foi feita, em comunicado conjunto, pelas comissões de trabalhadores da CP, Refer e Emef e pelo Sindicato Nacional do Sector Ferroviário. Notando que o anúncio foi feito nas vésperas do Dia Mundial da Criança, referem que a creche e o jardim de infância, em Lisboa, e o infantário, no Porto, fazem parte «do património social da CP que, ao longo dos anos, beneficiou milhares de ferroviários, mas que tem vindo a ser desmantelado, nos últimos seis anos, precisamente sob a batuta de um governo que diz dar mais valor às pessoas do que aos números». CTs e sindicato rejeitam ainda a «moeda de troca» oferecida pela administração da Refer aos trabalhadores afectados pelo encerramento dos infantários: um subsídio de 10 ou 15 contos, pago apenas durante onze meses por ano, é um valor «irrisório», enquanto persistem os problemas resultantes da falta de alternativas por deficiências da rede de apoio às crianças em idade pré-escolar.

TWA

Sem assumir responsabilidades no pagamento de salários e indemnizações aos seus trabalhadores e a outros credores em Portugal, entre os quais se encontra o próprio Estado, a TWA decidiu encerrar a 31 de Maio as suas instalações em Lisboa. Com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores da Aviação e Aeroportos, o pessoal da transportadora aérea (adquirida pela American Airlines, considerada co-responsável pelo Sitava) tem desenvolvido várias diligências, procurando denunciar «esta autêntica burla». Na semana passada, uma delegação dos trabalhadores deslocou-se ao Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Marks & Spencer

A intenção de despedir os cerca de 130 trabalhadores das lojas Marks & Spencer em Portugal foi confirmada à comissão sindical do CESP/CGTP pela responsável da multinacional para a Península Ibérica. O sindicato, reafirmando que «nenhum dos trabalhadores está despedido», apresentou antontem à empresa uma proposta em que exige o direito de opção dos trabalhadores, em caso de transmissão dos estabelecimentos, uma indemnização por despedimento que tenha em conta todo o tempo de trabalho para a firma e a reposição das categorias profissionais. Nicole Hwugens e Ana do Vale assumiram o compromisso de que a Marks & Spencer cumprirá a legislação em vigor.

Renova parada

Foi convocada greve para hoje e amanhã, na Renova – Fábrica de Papel do Almonda, uma vez que a administração da empresa de Torres Novas não respondeu às reivindicações apresentadas pelos trabalhadores nem se disponibilizou para negociar com os seus representantes. A decisão, recorda-se num comunicado do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa, foi tomada em plenário, dia 9 de Maio; na altura, foi dado um prazo, até dia 25, para que fosse alterada a posição da administração relativamente à actualização salarial, redução de uma hora na semana de trabalho, aumento do período de férias para 25 dias úteis, melhorias no subsídio de trabalho nocturno, nas diuturnidades e promoções e o fim dos abusos na contratação a prazo – reivindicações aprovadas em Janeiro mas que, desde então, os responsáveis da Renova se têm recusado a negociar. O sindicato contesta a atitude da empresa, pois esta justifica-se com o alinhamento pelas posições da associação patronal Fapapel, que está «em tendencial decadência, face a movimentações e reestruturações empresariais na indústria do papel e que se tem distinguido, no âmbito social, por um boicote à contratação colectiva na última dezena de anos». As reivindicações apresentadas na Renova, contrapõe o sindicato, estão ao alcance da capacidade económica de uma das mais importantes unidades de fabricação de papel, com 750 trabalhadores.

Combustíveis

Apesar do «garrote» imposto pelas empresas distribuidoras de combustíveis, os revendedores têm condições económicas para suportar a actualização salarial de 5,5 por cento, reclamada pelo CESP/CGTP, defende o sindicato, salientando que as conclusões de um estudo do Ministério do Trabalho refere que o sector está estável, em desenvolvimento e sem preocupações quanto a qualquer perda de emprego no futuro. As gasolineras, representadas pela Anarec, têm recusado proceder a qualquer aumento dos salários ou de cláusulas de ordem pecuniária, enquanto as margens de comercialização no sector não forem revistas. Os salários, segundo o sindicato, cifram-se em cerca de 80 contos; para além de mais 5,5 por cento na remuneração normal, a proposta reivindicativa apresentada em Outubro inclui mais cem escudos no subsídio de refeição e uma actualização do limite do seguro de risco. «Os trabalhadores não estão dispostos a ser vítimas da “guerra” entre patrões e têm razões para desencadear formas de luta superiores, inclusive a greve», avisa o sindicato.

Concentração amanhã e greves a 18 e 21

Fenprof insiste na luta

Todas as acções aprovadas no recente congresso foram concretizadas «com assinalável êxito», nomeadamente a greve de 30 de Março e as concentrações das quartas-feiras durante Maio.

O Conselho Nacional da Fenprof congratulou-se com este resultado, ao analisar, na semana passada, a evolução das negociações com o Ministério da Educação nas suas múltiplas vertentes, designadamente nas que decorrem do Protocolo de 24 de Maio de 2000 e outras «igualmente importantes», como o horário dos docentes que trabalharão em tempos de 45 minutos ou períodos de 90 minutos; o reordenamento da rede escolar; as ilegalidades e irregularidades verificadas nos concursos de docentes.

Nas conclusões da reunião (que podem ser consultadas detalhadamente na Internet, em <www.fenprof.pt>), referem-se como «insuficientes, e muito aquém das exigências» da federação e dos professores, os passos dados pelo ME quanto à estabilidade de emprego, avançando algumas condições prévias para a aceitação do adiamento das negociações até Setembro.

A federação assume posições muito críticas relativa-

mente à posição do Ministério de Santos Silva quanto a várias outras matérias.

Admitindo «especificidades próprias de cada sector de ensino e de educação», a Fenprof contesta a discriminação de que a **Educação Pré-Escolar** vem sendo

alvo no calendário escolar, defendendo que deve ser semelhante ao dos ensinos básico e secundário. Com este objectivo, o Conselho Nacional «reforça a necessidade de mobilização» para a concentração marcada para amanhã, junto ao ME.

Uma vez que «não só não foram solucionados os pro-

blemas que mais preocupavam os educadores e professores portugueses, como surgiram novos problemas», a federação considera que se mantêm os motivos que levaram o VII Congresso a aprovar um calendário de acções e de lutas, que prevê a reali-

zação de greves nos dias 18 e 21 de Junho.

A federação e os sindicatos vão agora avançar com reuniões nas escolas



O sucesso das acções realizadas confirma a importância da luta em unidade

Mais 5 por cento no Alqueva

Os representantes dos trabalhadores da barragem do Alqueva e o empreiteiro geral da obra chegaram a acordo em matéria salarial, o que fez cancelar a greve marcada para amanhã. Casimiro Santos explicou que o Agrupamento Complementar de Empresas «concordou com as reivindicações que ainda estavam pendentes na negociação».

«Os trabalhadores vão ter um aumento de cinco por cento, no salário-base, e de 25 escudos no valor da hora

de trabalho, tendo também garantido que nenhum dos operários vai receber menos do que esse valor, mesmo com descontos», disse à Agência Lusa aquele dirigente da União de Sindicatos do Distrito de Beja, que classificou o acordo como «razoável e aceitável».

O acordo vai ser submetido à aprovação dos trabalhadores em plenário a realizar amanhã, entre as 13 e as 15 horas, no estaleiro do Alqueva, informou ainda o sindicalista.

As negociações iniciaram-se em Janeiro e abarcavam não só questões salariais (como o aumento do valor da hora de trabalho e o fim da discriminação salarial entre trabalhadores com a mesma tarefa) mas também socioeconómicas.

«As negociações ao início foram complicadas mas o ACE e a Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva compreenderam as nossas reivindicações», congratulou-se Casimi-

ro Santos, frisando que as medidas acordadas vão agora ser transmitidas ao IDICT para que acompanhe a sua implementação.

Nas frentes de obra de construção da barragem do Alqueva, segundo números fornecidos pela EDIA, estão envolvidos actualmente 1.055 trabalhadores, dos quais 30 por cento são mão-de-obra local, 30 por cento estrangeira e 40 por cento proveniente de outras regiões do País.

Adesão «esmagadora» nos serviços consulares

O Sindicato dos Trabalhadores Consulares e das Missões Diplomáticas classificou como «esmagadora» e «grandiosa» a adesão à greve de 30 de Maio, pela aplicação do Estatuto Profissional, aprovado há mais de um ano.

Um comunicado do STCDE refere que «a fortíssima adesão dos trabalhadores à greve, em muitos postos total, conduziu ao encerramento puro e simples de serviços consulares», como sucedeu em Espanha, Bélgica, Reino Unido, Suíça, Luxemburgo, Holanda, Itália, Moçambique, Luanda, Joanesburgo, Durban, Macau, Chile, Áustria, Israel. Encerraram também 16 dos 17 consula-

dos em França (apenas abriu o mais pequeno, em Reims), os 4 maiores na Alemanha, os 2 do Canadá (só 2 trabalhadores asseguram a secção em Ottawa) e 6 dos 7 serviços nos EUA (a excepção verificou-se em New Bedford), bem como os do Rio, São Paulo e mais 3 serviços dos consulados no Brasil e Caracas.

Ressalvando que «não dispomos de informação completa», o sindicato informou ainda que houve greves parciais noutros consulados no Brasil, na Alemanha, em Valência (Venezuela), e houve embaixadas e missões em greve total ou parcial, nomeadamente Paris, Conselho da Europa, ONU, Del-

nato, Reper, Londres, Roma, Luanda, Maputo, Viena, Washington, Santiago, Montevideo.

O sindicato considera que «os trabalhadores consulares e das missões diplomáticas mostraram à evidência que não aceitam o adiamento consecutivo do usufruto dos seus direitos, que estão cansados de aguardar assinaturas ministeriais, que estão fartos de burocracia, que não querem mais prejuízos, que reclamam segurança na saúde retroactiva a 1 de Janeiro, que precisam urgentemente de mais colegas nos postos, que querem o direito à carreira».

Foi com perplexidade que

a Comissão Executiva do sindicato comentou as únicas reacções conhecidas, depois de saber, pela Lusa, que o porta-voz oficial do Ministério dos Negócios Estrangeiros declarou que o diploma de aplicação do Estatuto do Pessoal do Serviço Externo do MNE «encontra-se tecnicamente pronto para ser aprovado em Conselho de Ministros», mas disse também desconhecer «a data exacta em que o diploma segue para discussão».

Estão em causa os interesses de cerca de 1800 funcionários de 150 embaixadas, consulados e missões diplomáticas em mais de 60 países.

Médicos mantêm greve de 3 dias

A Federação Nacional dos Médicos reafirmou anteontem a greve marcada para os próximos dias 11, 12 e 13, justificando o protesto por nenhum dos problemas que motivaram a convocação da paralisação se encontrar resolvido.

Em conferência de imprensa, o presidente da FNAM afirmou que a marcação da greve corresponde «ao elevado grau de insatisfação e indignação da grande maioria dos médicos». Tal insatisfação, prosseguiu Cílio Correia, citado pela Lusa, «está a criar evidentes sintomas de nervosismo à ministra da Saúde».

A FNAM justificou esta conclusão com as reuniões que a tutela está a efectuar «com estruturas que não emitiram qualquer pré-aviso de greve», o que é interpretado como uma referência ao Sindicato Independente dos Médicos.

O SIM afirmou, durante a apresentação da Lei de Bases da Saúde, que o documento iria provocar na classe médica «o maior protesto de sempre», mas abandonou a ideia de uma greve quando Manuela Arcanjo retrocedeu na intenção de obrigar os médicos a solicitarem autorização da tutela para acumular funções no serviço público e no sector privado. «Este tipo de atitudes», afirmou Cílio Correia, visa «tentar criar alguma confusão quanto à efectiva realização da greve» e «demonstra que a ministra irá recorrer a vários expedientes para interferir no exercício constitucional do direito à greve».

Lamentando «a discriminação de parceiros sociais no efectivo exercício do diálogo e negociação institucionais», a FNAM acusa a tutela de subverter o que está estipulado no quadro constitucional da sociedade democrática. A federação afirma não estar disponível para «alimentar quaisquer campanhas do poder político que visem denegrir e desprestigiar a nobre e insubstituível actividade sindical médica». Esta paralisação foi decidida pela FNAM em Abril, como forma de protesto contra a possibilidade, contida no anteprojecto de Lei de Bases da Saúde, de os médicos do Serviço Nacional de Saúde serem admitidos através de contratos individuais de trabalho, o que iria estrangular as carreiras e abrir caminho à instrumentalização dos médicos. A FNAM critica também a não implementação de reformas no SNS, que prejudica profissionais e utentes.

7ª Assembleia de Castelo Branco Combater desertificação

Sob o lema «Um PCP activo por um concelho mais desenvolvido», realizou-se, no sábado passado, a 7.ª Assembleia da Organização Concelhia de Castelo Branco.

A Assembleia - marcada por vivas intervenções sobre temas como educação, movimento sindical, autarquias, agricultura e mundo rural, organização concelhia - fez o balanço da actividade do Partido no concelho, aprovou a Resolução Política que orientará o trabalho nos próximos tempos e elegeu a nova Comissão Concelhia.

A Resolução Política aprovada faz, por sua vez, um levantamento dos principais problemas do concelho, entre os quais o da interioridade, desertificação e envelhecimento da população, devido à morte do mundo rural como resultado da PAC e das políticas «seguidistas e mal estruturadas» de sucessivos Governos, e o da falta de vias rodoviárias essenciais para o desenvolvimento.

O balanço da actividade passou pela realização de diversas iniciativas do Partido no âmbito dos mais diversos problemas e, ainda, pela actividade dos eleitos da CDU nos órgãos municipais e de freguesia que, apesar de serem em número reduzido, realizaram um bom trabalho, nomeadamente com apresentação de propostas válidas para o desenvolvimento do concelho e para a melhoria das condições de vida das populações.

Recrutar e envolver

A Assembleia traçou, por fim, as linhas de orientação para o trabalho do Partido no concelho, entre as quais se destacam o fortalecimento do Partido, através do recrutamento e do envolvimento de todo os militantes na actividade do Partido; o incremento dos contactos com os membros do Partido eleitos e candidatos nas listas da CDU nas diversas freguesias; a constituição de organismos de empresa e serviços; o reforço do trabalho com a juventude (onde existem muitas potencialidades); maior atenção à divulgação e distribuição da imprensa do Partido.

Entretanto, as eleições autárquicas foram também definidas como uma prioridade do trabalho, tendo sido apontada a necessidade de dar continuidade ao bom trabalho desenvolvido, que é reconhecido pela população em geral e deve ser capitalizado em votos como forma de contribuir para uma maior representação da CDU, para a resolução dos problemas da população e para o desenvolvimento integrado do concelho.

Encerraram-se os trabalhos com a intervenção de Armindo Miranda, membro da Comissão Política.

Viana do Castelo

Urge descentralizar

No âmbito dos debates Poder Local 2001, o PCP realizou, no dia 26 de Maio, em Viana do Castelo, um amplo debate subordinado ao tema «Viana, que futuro».

Depois da abertura dos trabalhos, a cargo de Alberto Midões, candidato à Câmara de Viana, deu-se início ao debate que, de manhã, incidiu sobre temas como «Os diversos modos de olhar uma cidade», introduzido por Carlos Silva, sociólogo da Universidade do Minho; «Relações entre espaços do município - papel da Câmara e das Juntas de Freguesia»; introduzido por Daniel Branco, do Comité Central e da Comissão Nacional de Autarquias do PCP, e, ainda, «Apostar no Desporto - o movimento associativo», que teve a intervenção prévia de Carlos Rabaçal, também do CC e técnico superior da Câmara do Seixal.

«Educação, ensino e autarquias - desenvolvimento e dependências», «Educação, uma aposta municipal» e «A

renovação urbana - o caso Polis» foram os temas abordados na parte da tarde, respectivamente com a participação de Paulo Sucena, secretário-geral da Fenprof, Gabriela Freire, técnica superior da Câmara de Loures, e Lino Paulo, vereador da Câmara de Sintra.

Falta mais CDU

A questão da descentralização foi uma das ideias que, ao longo do debate, surgiu como questão essencial, pois os comunistas rejeitam a existência autarquias de primeira, a Câmara, e de segunda, as freguesias, «dependentes do que a Câmara pensa e manda» em relação aos seus problemas e prioridades e sujeitas a verbas financeiras que dependem em grande medida do poder discricionário do Presidente da Câmara.

«O conceito de cidade não se pode circunscrever ao conceito de Polis e muito

Entusiasmo, camaradagem e patriotismo são as palavras que melhor caracterizam o ambiente em que decorreu a já tradicional Festa Nacional promovida pela organização dos comunistas portugueses emigrados na Suíça no aprazível espaço de Valeyres-Sous-Rences, no cantão de Yverdon.

Uma Festa que juntou cerca de quatrocentas pessoas, vindas de todos os pontos, desde o cantão de Valais, Genève, Lausanne e Thun a Zurique e St.Gallen e mesmo de Mulhouse, França. De destacar ainda a presença

de uma delegação do Partido Suíço do Trabalho, composta pela sua presidente, Catherine Jaquet, e por Anjuska Weil, do Comité Directivo, com a qual Carlos Carvalho se encontrou durante a manhã, assim como dos escritores Carmindo Carvalho, Manuel Bernardo e Adelino Sá, radicados neste país, para apresentação dos seus livros.

O convívio abriu às 10h com jogos tradicionais portugueses, prosseguindo, depois, à volta da sardinhada e da febra na brasa, regado com vinho verde ou maduro proveniente de várias regiões de Portugal. A animação musical esteve a cargo do Rancho Folclórico Rosas de Portugal da Associação dos Trabalhadores Portugueses de La Chaux de Fonds e do grupo Tropical 90.

Na saudação que dirigiu aos presentes, Manuel Alho, mem-

bro do Organismo de Direcção Nacional do PCP na Suíça a expressou o desejo dos comunistas de que todos se sentissem bem naquele espaço de fraternidade, mesmo aqueles que perfilham outras opiniões

políticas, referindo, depois, a importância que tem para a concretização das reivindicações dos emigrantes o facto de os comunistas por-

Carlos Carvalho criticou a política do PS de concentração da riqueza



Carlos Carvalho teve, na Suíça, um intenso programa de contactos com a comunidade portuguesa

tugueses na emigração não abdicaram de estar sempre presentes na luta.

Todos podem ajudar

Na sua intervenção, Carlos Carvalho abordou a situação política nacional, dirigindo fortes críticas à governação do PS que muito tem feito para alargar o fosso entre os 10% mais ricos e os 10% mais pobres. Uma política que tem vindo a acentuar as desigualdades e a concentração da riqueza.

As eleições autárquicas foi um tema também abordado pelo secretário-geral do PCP,

Carlos Carvalho contacta com a comunidade portuguesa na Suíça

Mais verbas para o ensino de português

que sublinhou a confiança com que o PCP e a CDU estão nesta batalha e que resulta do facto de o trabalho de os eleitos comunistas e seus aliados ser reconhecido no plano nacional e até apontado como exemplo.

Lembrando que toda ajuda é necessária, e que os emigrantes podem também contribuir para o reforço eleitoral da CDU nas próximas eleições, através dos contactos que mantém com os seus familiares e amigos em Portugal, Carlos Carvalho, a comprovar a atenção que o PCP dá aos problemas dos emigrantes, referiu a iniciativa legislativa do PCP que visa facilitar a inscrição nos cadernos eleitorais, sobre a qual todas as outras forças políticas estão de acordo, prevendo-se, por isso, a sua aprovação por unanimidade, na próxima semana.

Outro exemplo dessa atenção está nas propostas do PCP relativas ao ensino de português no estrangeiro e para o aumento de verbas no Orçamento de Estado (sucessivamente chumbadas pelo PS). Em discussão na Assembleia da República encontra-se, aliás, sobre esta matéria uma proposta de Resolução que tem por objectivo melhorar e alargar a rede do ensino da língua e cultura portuguesas no estrangeiro.

Por fim, Carlos Carvalho manifestou a total solidariedade do PCP com a luta dos trabalhadores consulares, que foram obrigados a ir para a greve pelo facto do Governo não respeitar os compromissos assumidos com a estrutura sindical representativa destes trabalhadores.

Um intenso calendário

Na sua deslocação à Suíça, Carlos Carvalho, acompanhado de João Armando, do Comité Central, e de Manuel Alho, da Organização do PCP neste país, participou durante o dia de sábado num intenso programa de contactos com a comunidade portuguesa. Assim, foi recebido e almoçou no Sporting Clube de Geneve; participou nos programas da rádio Cité «Hora Lusitano» e da rádio Zones; esteve no Café Pessoa, onde participou num debate muito animado sobre questões de actualidade política e social; foi recebido na Associação Democrática dos Trabalhadores Portugueses, em Geneve; participou num jantar-convívio promovido pela Associação Portuguesa de Lausanne e, por último, esteve na festa organizada pela Comissão de pais da escola portuguesa em Yverdon, onde teve a oportunidade de dirigir uma saudação às várias centenas de pessoas presentes.

Editorial «Avante!» na Feira do Livro

Milhares de visitantes já passaram este ano pelo pavilhão da Editorial «Avante!» na Feira do Livro, a decorrer desde o dia 28 de Junho em Lisboa e Porto. Muitos desses visitantes não faltaram às sessões de autógrafos que aí se realizaram e que prosseguem até ao fim da Feira.

O «Avante!» volta, pois, a informar os interessados sobre a comparência de alguns autores no pavilhão, para sessões de autógrafos. A saber:

Lisboa

Carlos Costa
08 de Junho, sexta-feira, às 18h00

Jaime Serra
10 de Junho, domingo, às 17h00

Porto

Carlos Costa
07 de Junho, quinta-feira, às 17h00

Jaime Serra
09 de Junho, sábado, às 17h00

António Gervásio
07 de Junho, quinta-feira, às 17h00

Lino de Carvalho
09 de Junho, sábado, às 17h00

Sérgio Ribeiro
15 de Junho, sexta-feira, às 18h00

Fernando Correia
16 de Junho, sábado, às 17h00

OURÉM

O primeiro Centro de Trabalho

O secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, participou, na terça-feira passada, na abertura do primeiro Centro de Trabalho do PCP e sede da CDU em Ourém. Visitou, ainda, o centro histórico da cidade e contactou com a Sociedade Filarmónica Ourense, onde teve oportunidade de conhecer as diversas actividades, particularmente o ensino da música a jovens.

ALMADA

Impõe-se demissão

A Comissão Concelhia de Almada do PCP quer que o Governo, como detentor da maioria do capital do Fundo Margueira, «demita imediatamente» a administração do Fundo, considerando uma «provocação» a sua nova proposta, desta vez corporizada por uma torre de 500 metros de altura.

«O que está em causa é o respeito pelos princípios de ordenamento do território e da qualidade ambiental», insiste o PCP, reiterando o seu inteiro apoio à iniciativa da Câmara Municipal de Almada de lançamento de um concurso público internacional para a avaliação da contaminação dos solos e seu estudo geológico e geotécnico e para a elaboração de um Plano de Urbanização para a Frente Ribeirinha Nascente da Cidade de Almada, abrangendo a área da Margueira/Lisnave e a zona envolvente da Margueira Velha, da Mutela e do Caramujo/Romeira.

SETÚBAL

FIT tem de cumprir

Os produtores de tomate da Península de Setúbal exigem que a FIT lhes pague o que, em 1992, lhes foi tirado sob a ameaça de encerramento, numa altura em que o produto se encontrava já para entrega.

Foi-lhes, então, prometido que desconto feito ser-lhes-ia devolvido logo que a situação da empresa o permitisse mas a FIT, depois de ter utilizado os 130 mil contos entregues, nega-se a cumprir o compromisso anteriormente assumido, «escudando-se» na venda da empresa à ITALAGRO.

A denúncia cabe à Comissão de Agricultura da Direcção da Organização Regional de Setúbal do PCP que, solidária com a reivindicação dos produtores de tomate, compromete-se a tudo fazer, nomeadamente junto do Grupo Parlamentar do PCP, para que a FIT devolva aos produtores o que lhes é devido.

ÉVORA

Os tentáculos do PS

A Direcção da Organização Regional de Évora do PCP, no último balanço ao trabalho desenvolvido pelos eleitos da CDU, concluiu que, pelo «volume da obra realizada», as «enormes restrições» impostas pelo Poder Central e a «falta dos meios prometidos pelo Governo», é uma «evidência» a grande contribuição que o Poder Local tem dado para a melhoria da qualidade de vida das populações.

Debruçando-se, depois, sobre a actividade das outras forças políticas, a DOREV afirma que hoje, «toda a estrutura desconcentrada do Estado está transformada em Comissão Eleitoral do PS», desde o Governo Civil à CCRA. Aliás, os comunistas responsabilizam o Presidente da CCRA pela demora das decisões relacionadas com a aprovação de projectos do III QCA e consideram «particularmente grave» que, pela primeira vez, um QCA tenha «uma tão baixa taxa de projectos aprovados». O que, em sua opinião, se deve ao facto de a CCRA avançar com a aprovação de projectos «em função de critérios políticos».



Pai ou filho: eis a questão

A partir do próximo dia de Santo António, a Escola Americana de Lisboa passará a chamar-se Escola Frank Carlucci. Trata-se de uma homenagem ao homem que a CIA enviou para Portugal, depois do 25 de Abril, com a missão especial de organizar a contra-revolução.



José Casanova
Membro da Comissão Política

Para assinalar o evento, a dita Escola promoveu um colóquio sobre a estadia em Portugal do seu novo patrono e convidou para intervir quem merecia ser convidado: Mário Soares e João Carlos Espada. Diz-nos o «Público» que Soares e Espada «convergiaram» no elogio ao «papel» desempenhado pelo enviado especial da CIA na «instauração da democracia em Portugal». O elogio é justo, justíssimo. Aliás, quando Carlucci chegou a Portugal ele já era já um especialista em «instauração de democracias»: provara-o com o seu «papel» no assassinato do dirigente congolês Patrice Lumumba e, quatro anos depois, no golpe fascista

uma excelente oportunidade de, pondo os pontos nos i's, sublinhar que os seus compatriotas Walters e Carlucci são, no mínimo, tão «pais da democracia em Portugal» quanto o é Mário Soares.

A dado momento do colóquio, depois de Soares, em discurso directo, ter lembrado algumas das suas conversas com Carlucci, demonstrativas do elevada estatura democrática dos dois intervenientes, Espada desembainhou-se à sua maneira numa confusa elucubração sobre Igreja Católica e anticomunismo. Soares, também à sua maneira, interrompeu-o: «se me dão licença vou dar um exemplo para se perceber o que ele quer dizer» («ele» é, obviamente, Espada). Eis, em resumo, o «exemplo» dado por Soares: «os comunistas organizaram uma manifestação para assaltar o Patriarcado (...) Nós organizámos uma contramanifestação para evitar que o Patriarcado fosse invadido». Depois

«São muitos os «pais da democracia em Portugal» e... também os filhos»

no Brasil. Há-de ter sido esse seu saber de experiência feito que levou Vernon Walters, então subdirector da CIA, a despachá-lo para Lisboa com instruções muito precisas: Walters, que visitara Portugal em Agosto de 1974, concluíra então que «o êxito da democracia em Portugal» passava pela liderança do processo contra-revolucionário pelo PS...

No referido colóquio, o actual embaixador dos EUA apresentou Mário Soares como «o pai da democracia em Portugal» - perdendo assim

que o conduziram à invejável condição de «pai da democracia».

Maneiras de ver...

À pergunta sobre se Carlucci «contribuiu também para a democracia portuguesa através de financiamentos ao PS», Mário Soares jurou que não: «nunca financiou nada com um tostão (...) não deu nem nós receberíamos». Passo a explicar o que ele quer dizer («ele» é, obviamente, Mário Soares): os milhões de dólares, de libras, de marcos, de coroas, etc., que entraram nos cofres do PS... não eram para o PS. Explicando melhor: está escrito e publicado que, em 1975, os chefes da Internacional Socialista reuniram-se em Estocolmo para analisar a situação em Portugal e definir orientações. O projecto de documento que viria a ser aprovado nessa cimeira definia um conjunto de «actividades práticas» a levar a cabo as quais necessitavam de suporte financeiro, na medida em que sem «bago» não há contra-revolução que tenha êxito. Nesse sentido, propunha-se, então, o lançamento de uma série de «campanhas de angariação de fundos para o PS». Soares rejeitou a proposta. E é legítimo presumir que o fez com grande veemência, género: «nem um tostão», «nem nós receberíamos»... Depois, explicando aos seus incrédulos pares a essência do seu pensamento, clarificou as coisas: em vez de «campanhas de angariação de fundos para o PS» deveria escrever-se «campanhas de angariação de fundos para a democracia».

Muitos são, como se vê, os «pais da democracia em Portugal». E muitos não-de ser também os filhos da dita, embora pouco deles se fale. Assim sendo, por que não simplificar e singularizar as coisas, fazendo justiça e dando o seu a seu dono? Por que não passar a designar Carlucci como «o pai da democracia» e atribuir a Soares a não menos honrosa designação de «filho» dela?

Açores Radar na Terceira?

Notícias recentemente divulgadas sobre a possibilidade da Base das Lajes vir a ser incluída no sistema de defesa antimís-sil dos Estados Unidos da América levaram o Grupo Parlamentar do PCP/Açores a apresentar um requerimento ao Governo Regional.

As notícias avançavam, ainda, a possibilidade de instalação na Terceira de um Radar de Banda X - segundo os especialistas, o primeiro alvo a abater em caso de conflito nuclear -, e davam como provável a deslocação a Portugal de três altos funcionários do Departamento de Estado norte-americano para dar a conhecer aspectos relacionados com aquele sistema.

Face a estas notícias, os deputados do PCP/Açores pretendem saber se o Governo Regional tem delas qualquer conhecimento oficial e, em caso afirmativo, se tem a intenção de proceder a estudos sobre o impacto ambiental resultante da instalação de estruturas daquele tipo.

O PCP quer, ainda, saber se o Governo Regional, tendo em conta o aumento de risco e/ou deterioração do ecossistema da ilha, pensa consultar a população local sobre o problema ou se, como declarou o representante da Região na Comissão Bilateral de Acompanhamento do Acordo da Base das Lajes, «centrará a sua decisão apenas no aumento de contrapartidas».

Direitos iguais

Entretanto, há dias, os comunistas mostraram também a sua solidariedade com a reivindicação dos trabalhadores das Instituições Privadas de Solidariedade Social (IPSS) de serem equiparados aos funcionários públicos em termos de vencimentos, horários e regalias.

José Decq Mota, coordenador do PCP/Açores, diz que se trata de uma aspiração legítima e que se o PS recusar um texto de Resolução que contemple esta equiparação o PCP retomará o debate de um texto que a reconheça.

Quanto à política agrícola regional, para além de «completamente inadequada», e seguidista em relação às tentativas «ilegítimas» da UE de conter e reduzir a principal produção da região - o leite -, é também «irracional» pois atenta contra os interesses da economia regional.

Assim, entre outras medidas de política agrícola, o PCP defende a necessidade de o Governo passar a invocar o Estatuto da Ultraperiferia (que permite alterações às políticas comuns) sempre que sejam postas em causa as produções fundamentais da Região.

Encontro sobre Democracia Cultural
junta técnicos, activistas e autarcas

Trocar experiências

«Autarquias e Democracia Cultural» foi o lema do Encontro promovido pela Direcção da Organização Regional de Lisboa do PCP, no passado sábado, na Biblioteca Municipal Camões, em Lisboa.

No Encontro, encerrado por Jorge Cordeiro, membro da Comissão Política, participaram quadros da Organização Regional de Lisboa, do Sector Intelectual da ORL e técnicos de autarquias envolvidos nesta área de intervenção, activistas e animadores culturais e, ainda, eleitos do PCP e da CDU com responsabilidades nos pelouros da cultura, desporto e da juventude.

Presentes no Encontro estiveram, também, Rosa Rabiais, da Comissão Política, António Abreu, da Comissão Política e vereador da CM de Lisboa, e Manuel Gusmão, professor universitário, escritor e ensaísta, membro do Comité Central e da Direcção do Sector Intelectual de Lisboa, bem como outros dirigentes do distrito de Lisboa do PCP.

Foi um debate participado, onde se procedeu a uma larga reflexão e debate sobre temas como o importante papel das autarquias no trabalho e na luta pela democracia cultural, a centralidade e descentralização cultural, os problemas específicos das cidades próximas da capital ou o impacto da Expo' 98.

Discutidos foram, ainda, o papel das grandes instituições,

como, por exemplo, a Culturgest, o CCB e a FCCG, a situação actual do mecenato, existências e carências de meios e instrumentos, o peso relativo dos gastos no orçamento das autarquias para a cultura.

Ultrapassar dificuldades

A profissionalização da actividade cultural, o papel dos promotores e empresário, o fenómeno da «noite» e o modus

do viver urbano, as culturas geracionais e os públicos a atingir, foram questões que mereceram também a atenção do Encontro que não se esqueceu do importante papel desempenhado nesta área pelo desporto amador e o desporto profissional, as SAD, os clubes e as colectividades.

Destaque foi também dado às questões fundamentais da educação e do ensino que, segundo foi informado, serão matéria de um outro Encontro a realizar em Outubro próximo.

A conclusão final dos participantes foi a de que este

encontro proporcionou «uma larga troca de experiências entre as políticas culturais das diversas autarquias do

distrito; contribuiu para avaliar o papel que vêm assumindo na promoção, organização e financiamento da actividade cultural; identificou as grandes

linhas orientadoras que caracterizam o trabalho dos comunistas e seus aliados na CDU e o das outras forças políticas para esta área; detectou algumas dificuldades e obstáculos e apontou os modos e meios para os ultrapassar».

Em debate estiveram centralidade e descentralização cultural



O Encontro identificou as grandes linhas orientadoras do trabalho dos comunistas e seus aliados

CAMARADAS FALECIDOS

José Daniel Santa Rita

Faleceu, na semana passada, o camarada José Daniel Santa Rita Fernandes. Arquitecto de grande prestígio, com vasta obra (de que são exemplo a urbanização do sítio dos Olivais, a recuperação da Casa dos Bicos e o Museu do Fado e da Guitarra), Santa Rita era também professor, com grande estima por parte dos seus alunos e colegas. Nascido em 1924, aderiu ao MUD Juvenil em 1953, quando estudante de Belas-Artes, sendo alvo de processos e sanções pela sua actividade antifascista. Após o 25 de Abril deu valioso apoio ao PCP em várias áreas da sua actividade, designadamente na Festa do Avante, participando na elaboração dos seus projectos de montagem e na organização de Bienais de Artes Plásticas.

Bruno Alexandre Vilhena Avenida

Faleceu recentemente, vítima de acidente, o camarada Bruno Alexandre Vilhena Avenida, de 17 anos. Natural das Praias do Sado, concelho de Setúbal, era membro da JCP desde Março de 1999. Militava na organização de Praias do Sado.

Dario Bastos

Faleceu, com 98 anos de idade, o camarada Dario Bastos, militante da organização de Campanhã, Porto. Velho militante comunista, foi um exemplo de dedicação ao Partido e às suas lutas. Poeta popular, com vários livros publicados, foi reconhecido na sua terra natal e estimado por todos com quem conviveu em vários pontos do País.

Fruituoso Mateus

Faleceu, no passado dia 28 de Maio, o camarada Fruituoso Mateus. O camarada estava organizado na freguesia de Vialonga, Vila Franca de Xira.

Vicente Fernandes Rodrigues

Faleceu, com 73 anos, o camarada Vicente Fernandes Rodrigues. Militante do Partido desde 1975, estava organizado na freguesia de Alverca do Ribatejo. Foi dirigente associativo na freguesia durante muitos anos, com especial destaque para a Casa do Povo de Arcena.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Inacção no Hospital de Aveiro

O pedido de demissão dos chefes das equipas dos serviços de urgências médicas do Hospital Distrital Infante D. Pedro de Aveiro, em protesto contra as condições em que desenvolvem a sua actividade de atendimento «é dignificante» e deve ser entendida como consequência directa da inacção da Direcção do HDA face às repetidas chamadas de atenção que lhe têm sido dirigidas, diz em comunicado a Comissão Concelhia de Aveiro do PCP.

O facto, porém, de ter decorrido cerca de um mês sem alterações visíveis da situação indicia a eventual aceitação destes pedidos de demissão e a nomeação de outros chefes de equipa de urgências, o que,

segundo o PCP, «não significa nada de bom para os utentes».

Para os comunistas, é preciso resolver os problemas mas, apesar de haver alguns deles que não podem ser resolvidos em 60 dias, designadamente a falta de dignidade das instalações do Serviço de Urgência, a Direcção do Hospital deve reconhecer «a importância relativa do Serviço de Urgência» no conjunto das valências do HDA e na prestação de cuidados de saúde aos habitantes da região de Aveiro, o que, «na prática, deverá passar pela dotação dos Serviços com os imprescindíveis meios financeiros, técnicos e humanos e posterior construção de novas instalações».

É através desta dotação de recursos que parte substancial dos problemas identificados poderão ser resolvidos. São os casos da colocação de mais médicos nas equipas; da contratação de maquiros; da criação de condições para o funcionamento permanente da electrocardiografia; de uma resposta, mais rápida e eficaz na execução de outros meios complementares de diagnóstico.

Os problemas existentes resultam das políticas de direita de esvaziamento do serviço público e de submissão aos grandes interesses privados do Governo PS, diz, ainda, o PCP, chamando a atenção para as indefinições que existem,

nomeadamente no que diz respeito aos financiamentos necessários para realizar o Plano Director do Hospital Infante D. Pedro.

Por fim, a Concelhia do PCP considera que Aveiro «exige e necessita de um novo Hospital Distrital, construído de raiz, ou da profunda remodelação do actual HDA» mas com «outra atitude» por parte da Direcção do HDA e dos responsáveis pela política de saúde - Sub-Região de Saúde de Aveiro, Administração Regional de Saúde do Centro (Coimbra) e Ministério da Saúde - é possível resolver problemas e aplicar soluções que melhorem de imediato a situação do Serviço de Urgência do HDA.

Lisboa prepara Festa



As organizações do Partido encontram-se já a preparar o seu pavilhão na Festa do Avante. É o caso da Organização de Lisboa e do seu Sector de Empresas que, este ano, vai mais uma vez fazer funcionar no espaço da região o Pavilhão do Coleccionador e do «Alfarrabista» e, para isso, lança um apelo aos militantes: que contribuam, da forma que puderem, de forma a que

este espaço continue a ser de visita obrigatória.

Sugerindo alguns materiais que os militantes e amigos poderão fazer chegar ao Centro de Trabalho Vitória (com a indicação de que são para o Pavilhão do Coleccionador - sala 303/306), o Sector de Empresas de Lisboa aponta materiais com o símbolo do Partido, copos com marca, chavenas, pratos, garrafas e canecas, cin-

zeiros, caixas de todos os tipos e tamanhos, relógios antigos, chaves, isqueiros, emblemas, canetas. Outros materiais que costumam enriquecer as colecções dos visitantes são, ainda, os cromos, autocolantes, postais antigos, miniaturas, calendários, medalhas comemorativas, porta-chaves, frascos-miniatura, livros antigos, posters, selos e cartões credifone.

Espinho Afirmar as propostas da CDU

A Comissão Concelhia de Espinho da CDU apresentou esta semana, em conferência de imprensa, o candidato a presidente da Câmara de Espinho, Rui Manuel Figueiredo Abrantes.

Na conferência de imprensa participaram, além do candidato, o cirurgião Moreira da Costa e o pianis-



Rui Abrantes

ta Fausto Neves, a quem coube a apresentação do cabeça de lista da CDU.

Na altura, Rui Abrantes proferiu uma intervenção, em que declarou que se candidatava com a «convicção de que é importante conseguir três objectivos fundamentais: eleger, pelo menos, um vereador da CDU; retirar ao PS a maioria absoluta de que dispõe no Executivo quer na Assembleia Municipal e afirmar a CDU como verdadeira força de esquerda e de oposição, apetrechada com propostas e soluções alternativas».

Considerando o executivo «comodamente instalado atrás de uma maioria acrílica e obediente», o candida-

to acusou-o em seguida de ter «pautado a sua actuação por uma gestão autocrática e autista que ignora a oposição e faz tábua rasa da participação dos cidadãos na vida democrática, no incorrecto entendimento de que esta se esgota no voto e que este tudo legitima».

«Por outro lado, os vereadores do PSD, umas vezes por acção, outras por omissão, não têm constituído uma verdadeira força de oposição sendo que defendem, no essencial, a política seguida pela maioria PS situando-se as diferenças apenas no estilo ou na forma» acusou, ainda, o candidato.

Estas são, para Rui Abrantes, «as razões por que penso ser a candidatura da CDU a única possibilidade de alternativa à actual política da Câmara Municipal de Espinho, ser o reforço da CDU expresso na eleição de vereadores e em mais eleitos na Assembleia Municipal a única via para alterar qualitativamente e para melhor o desempenho da autarquia na resolução dos problemas de Espinho e dos espinhenses».

O candidato da CDU tem 52 anos e é advogado, tendo sido vogal da Assembleia Municipal nos mandatos 89/93 e 97/2001. É membro da Assembleia Metropolitana do Porto e da Comissão Municipal de Turismo entre 1993 e 1997. É presidente da Direcção dos Bombeiros Voluntários Espinhenses e membro da Comissão Concelhia do PCP.

Contra a discriminação

O Gabinete de Imprensa do PCP emitiu no passado dia 1 de Junho uma nota em que dava conta da carta enviada pelo PCP ao Director de Informação da RDP/Antena 1, em que dava conta do seu vivo protesto por aquela estação de rádio «ter organizado e transmitido esta tarde um debate sobre as eleições autárquicas em Cascais apenas com a participação dos anunciados candidatos do PS e do PSD, apesar de não poder deixar de saber que já está também publicamente apresentado o cabeça de lista da CDU para a Câmara Municipal daquele concelho – o major Dinis de Almeida».

Na nota, o Gabinete de Imprensa revela o conteúdo da carta que «salienta que o procedimento e o critério adoptados pela RDP são flagrantemente violadores de elementares regras de equidade e de respeito pelo pluralismo, particularmente chocantes numa estação de serviço público e que objectivamente a alinha de forma subserviente com a concepção expressa pelo Dr. José Lamego segundo a qual “que não haja dúvidas, isto (a eleição em Cascais) é entre mim e o Dr. António Capucho”». Face a isto, o PCP avisou a Direcção de Informação da dita estação que «combaterá vigorosamente, e em todas as instâncias adequadas, a continuidade de critérios discriminatórios na organização de debates sobre as eleições autárquicas», instando a RDP/Antena 1 a encontrar uma forma de «rapidamente reparar a discriminação» feita contra a CDU e contra todos os seus ouvintes, cerceados no seu direito «a terem acesso a confrontos efectivamente pluralistas de opiniões e propostas».

Actual vereador do Desporto candidato a Oeiras Pôr cobro à autocracia

Apresentado anteontem, Arnaldo Pereira, actual vereador do Desporto e dos Centros Históricos, afirmou, na presença do membro da Comissão Política, José Casanova, que a CDU não é permeável às pressões dos grupos económicos.

O candidato referiu, na sua intervenção de apresentação, ocorrida no fim da tarde de terça-feira no Auditório Municipal Amélia Rey Colaço, que, no poder local democrático, «a CDU é, reconhecidamente, um espaço de intervenção com um peso e prestígio indiscutíveis, com um valioso património de obra feita, integridade no exercício dos cargos autárquicos, e de serviço às comunidades locais e ao interesse público», o que concede aos seus eleitos e candidatos uma grande responsabilidade.

O vereador afirmou que é tempo de mudar e «pôr cobro a uma gestão de pendor autocrático, assente num culto da personalidade impróprio de uma democracia, servida por uma dispendiosa máquina de propaganda, mas que se está a revelar incapaz de responder aos problemas e desafios que temos pela frente», dos quais são exemplo o enorme crescimento urbanístico

ocorrido nos últimos quatro anos que já fazem do concelho de Oeiras o terceiro da Área Metropolitana de Lisboa em densidade populacional.

O candidato da CDU acusa a maioria liderada por Isaltino Morais de ter licenciado, no presente mandato, «mais de uma centena de loteamentos sem construir, ou sequer progra-

mar para um horizonte de tempo razoável, as indispensáveis infra-estruturas e equipamentos de suporte, nomeadamente no plano das acessibilidades e dos transportes». Para o vereador, esta situação põe em causa a «política urbanística da Câmara, a única da Área Metropolitana cujo pelouro tem sido sempre da responsabilidade do actual presidente» e dá razão às críticas que a CDU tem vindo a fazer ao modelo de gestão da maioria camarária, considerada pelo candidato como desvalorizadora do «funcionamento colegial do órgão executivo».

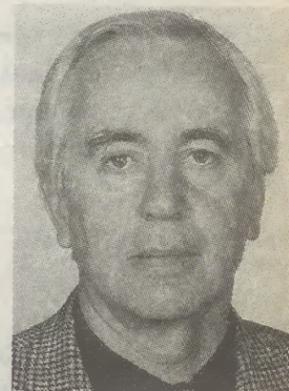
A CDU esteve envolvida em tudo o que de bom foi feito em Oeiras

A melhor alternativa

Arnaldo Pereira, militante do PCP desde 1974 e membro da concelhia de Oeiras, acredita ser a CDU a melhor alternativa à gestão do PSD, porque, desde o 25 de Abril que participa activamente na definição dos «princípios estruturantes da política municipal em áreas fundamentais como a Habitação Social, o Saneamento Básico, o Desporto e a Educação, tem apresentado propostas concretas sobre todas as matérias relevantes para a vida do Município».

«A CDU tem um projecto diferente para Oeiras, e tem experiência, autoridade moral e política, capacidade e competência para o realizar», disse o candidato, que afirmou ser a CDU «impermeável às pressões dos interesses e dos negócios».

Uma política ambiental que promova a reconversão e melhoria da rede de saneamento básico, uma política urbanística de respeito escrupuloso pelo PDM, uma política de habitação social, que não se esgote no realojamento das famílias que vivem em barracas, abrangendo também as muitas que residem em casas degradadas e uma política



Arnaldo Pereira

de reabilitação dos núcleos históricos e áreas urbanas degradadas foram algumas das prioridades avançadas pelo candidato, que também se referiu à importância da criação de emprego, das medidas de inserção social e do combate à toxicod dependência como algumas das causas da candidatura da CDU.

Além da apresentação do cabeça de lista à Câmara, a CDU apresentou também os quatro nomes que se seguem nesta lista – Maria Arlinda Néné, Francisco Carreiro Nunes, Maria da Conceição Alves e Amílcar José da Silva Campos – bem como o cabeça de lista à Assembleia Municipal, José António Tavares da Cruz, e os outros primeiros candidatos a este órgão.

Castelo Branco

Avançar e crescer

Prestar contas do trabalho realizado e preparar as eleições autárquicas de Dezembro próximo foram dois objectivos que presidiram ao Encontro Distrital da CDU realizado no passado dia 26 Maio e que reuniu na Covilhã dezenas de eleitos, de activistas e convidados independentes dos vários concelhos, dando expressão ao trabalho da Coligação num Distrito governado há 25 anos por maiorias rosa e laranja. As consequências desta governação são, para a CDU, o despovoamento e desertificação do território, a ausência de planeamento urbano e ambiental, a concentração da riqueza, a falta de investimento no desporto, na cultura, na protecção do património natural e arquitectónico e a degradação dos sistemas locais de saúde e educação.

O vereador da Câmara Municipal da Covilhã, Vítor Reis Silva, vários eleitos em assembleias municipais e membros de juntas de freguesia sublinharam a marca da gestão CDU, que consideraram democrática, participada e profundamente ligada aos estratos sociais mais frágeis.

O Encontro aprovou ainda uma Resolução, definindo como objectivos eleitorais a necessidade de concorrer a todas as Câmaras e Assembleias Municipais e ao maior número de Assembleias de

Freguesia, para ganhar posições e assim poder imprimir ao serviço das populações uma gestão municipal de esquerda. A Resolução apontou ainda como orientações decisivas a dinamização das estruturas locais da Coligação bem como o envolvimento e contribuição de todos os que se revêm na CDU, na recolha de fundos, indispensáveis à realização de uma activa, independente e bem sucedida campanha eleitoral.

Jorge Cordeiro, membro da Comissão Política do PCP, encerrou o Encontro, denunciando a política do Governo PS bem como a utilização abusiva que este faz dos cargos públicos designadamente em ano de eleições, apelando ao desmascaramento deste tipo de comportamentos que são já ilustrativos da perda de equilíbrio que caracteriza este Governo. Puxando dos indicadores de qualidade de vida como a cobertura de saneamento, Jorge Cordeiro demonstrou a falência do tipo de gestão autárquica praticada pelo PS e PSD no Distrito, apelando ao empenhamento de todos no reforço e dinamização da CDU, condição indispensável para inverter esta política e para melhorar as condições de vida das populações nas freguesias e concelhos, contribuindo também para que a política nacional mude de rumo.

Trofa

«Falta quase tudo»

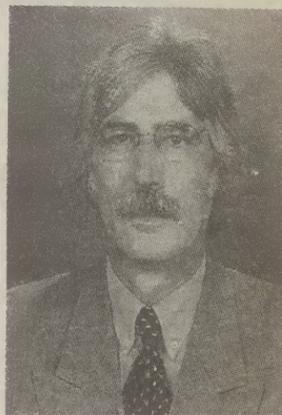
Pela primeira vez, no próximo mês de Dezembro, o povo da Trofa irá eleger o seu próprio executivo camarário, visto o concelho ter sido criado já no decorrer do actual mandato autárquico. Vítor Augusto, candidato da CDU à Câmara Municipal, afirmou que «depois do firme e decisivo percurso do PCP, no processo de criação do concelho da Trofa, não poderíamos deixar de participar activamente no primeiro acto eleitoral que vai eleger, democraticamente, os órgãos autárquicos do nosso concelho». O candidato, membro da Comissão Concelhia local do PCP, lembrou que, logo no dia a seguir à passagem da Trofa a concelho, «se perfilaram os candidatos a donos desta terra, utilizando todos os meios ao seu alcance para se colocarem na melhor posição da grelha de partida que os levasse à conquista do poder», recordando que, tanto o PSD como o PS se opuseram sempre à criação do novo concelho.

É para «prosseguir o trabalho sério e honesto iniciado pelo PCP, defendendo nas mais diversas instâncias, os justos anseios de uma população que tem o direito de querer ver a sua terra crescer e desenvolver-se de uma forma harmoniosa e planeada» que a CDU apresenta a sua candidatura.

Como grandes prioridades, numa terra em que, segundo o

candidato «falta quase tudo, Vítor Augusto apontou o «saneamento básico, a distribuição domiciliária de água de qualidade, os equipamentos desportivos, o ensino e os problemas da juventude e da terceira idade, sem esquecer o terrível problema do trânsito».

O candidato afirmou ainda que a CDU tem de-



Vítor Augusto

monstrado «não só nas autarquias que preside, mas também naquelas em que tem algum poder de decisão, que é uma força que privilegia, acima de tudo, a qualidade de vida das populações», daí apelar ao voto na lista que encabeça.

Na sessão estiveram presentes Paulo Cruz, candidato à Assembleia Municipal, e Agostinho Lopes, da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central, como mandatário.

José Godinho recandidata-se à presidência da Câmara de Aljustrel para continuar a lutar pela causa da valorização do concelho

Continuar a crescer

A CDU de Aljustrel apresentou os seus primeiros candidatos no passado domingo no Salão dos Bombeiros perante a presença de três centenas de apoiantes e de Vítor Dias, membro da Comissão Política.

Iniciando por saudar todos os presentes na iniciativa e com uma especial palavra para o dirigente do Partido presente, José Godinho lembrou que, dentro de seis meses, se cumprirá mais um mandato em que esteve à frente dos destinos do concelho, que considera que «foram mais quatro anos de entrega total, empenhada e desinteressada, à causa da valorização do concelho e da melhoria das condições de vida da população».

Sobre isto, o candidato entende não haver quaisquer dúvidas, bastando «um breve olhar sobre as obras do presente mandato», fruto de uma obra colectiva, «ao serviço de um projecto profundamente

identificado com as aspirações do povo» e do empenho dos autarcas e dos trabalhadores das autarquias que, «desde os escalões mais baixos aos escalões mais altos da hierarquia, sempre souberam compreender o sentido da nossa luta e nos apoiaram com a sua dedicação e o seu trabalho», afirmou o candidato, que foi apresentado juntamente com o independente Luís Bartolomeu, que se candidata à Assembleia Municipal.

Para além desta aliança com os trabalhadores, o presidente da autarquia lembrou também o trabalho feito em conjunto com os outros órgãos municipais, Assem-

bleia Municipal e juntas de Freguesia e com a população, «com quem mantivemos e desenvolvemos as melhores relações».

Não se considerando insubstituível, José Godinho afirma ter perfeita consciência de ser portador de experiências e conhecimentos que «poderão ser extremamente valiosos e úteis para a construção de um futuro melhor» para Aljustrel.

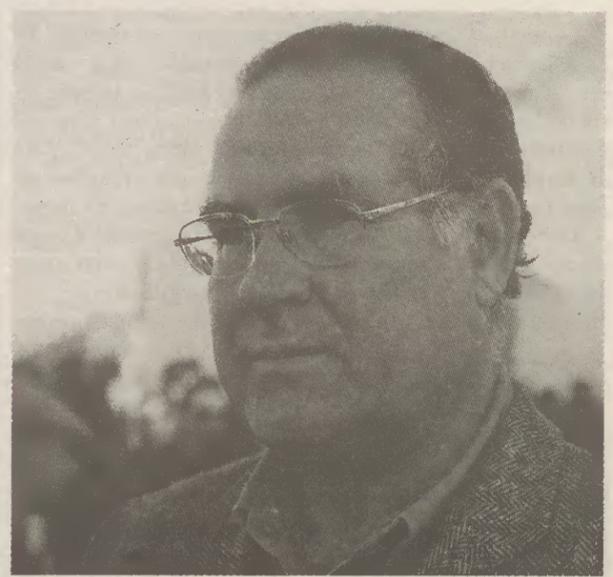
A última oportunidade

«Sabemos que, pela força das circunstâncias, somos aqueles que, à partida, estamos melhor colocados para assegurar, com êxito a sequência de um vasto conjunto de ideias e de projectos em desenvolvimento que poderão ser decisivos para o Município», disse José Godinho alertando para o facto de, em 2006, cessarem os apoios comunitários ao País fazendo deste o último mandato em que Aljustrel beneficiará des-

ses apoios. E lança a pergunta: «Quem, senão nós, estará em condições de o fazer?»

«Connosco o concelho tem vindo sempre a crescer e vai continuar a crescer», disse o presidente da Câmara que assinalou que houve um primeiro ciclo virado para a construção das infra-estruturas básicas, problemas que, lembra, estão por resolver em grande parte do País. Depois, um segundo ciclo foi dedicado aos equipamentos colectivos de cultura, desporto e lazer, cuja qualidade, lembra, «é reconhecida a nível regional e nacional». No presente mandato, «afirmamos o ciclo das infra-estruturas e equipamentos económicos e neste momento, à sua escala, Aljustrel é já um dos municípios mais bem apetrechados, também nesse domínio», disse o candidato da CDU, força política que possui, no concelho, o presidente e três dos quatro vereadores.

Para o mandato que se iniciará no início do próximo ano, José Godinho assume que



José Godinho

«ganharão relevo os projectos e as acções direccionadas para áreas como a qualificação do ambiente urbano, para a esfera do social, da promoção da cultura, do desporto e do lazer, para a habitação e para o desenvolvimento económico sustentável».

É por esta razão que José Godinho afirma candidatar-

-se, «por imperativo de consciência e porque foi essa a determinação dos órgãos do Partido». Uma candidatura que considera não ser contra ninguém, mas apenas «para que os homens, as mulheres e os jovens possam encontrar aqui cada vez melhores condições de vida e de futuro».

Alpiarça Voltar aos índices deixados pela CDU

No domingo foi apresentada a candidatura de Henrique Arraiolos à presidência da Câmara de Alpiarça, no salão, completamente cheio, dos Bombeiros Voluntários locais. A par desta apresentação, foram também dados a conhecer o cabeça de lista à Assembleia Municipal, Isabel Coelho, independente e actual vereadora da CDU na Câmara e o primeiro candidato à freguesia de Alpiarça, Manuel Feliciano, membro da concelhia local do PCP. Na iniciativa estiveram presentes vários dirigentes nacionais e regionais do PCP e dos «Verdes», bem como o camarada Manuel Brandão, presidente da Câmara Municipal de Coruche.

O camarada Jerónimo de Sousa, da Comissão Política, referiu na sua intervenção que a CDU parte para as eleições com confiança na obra realizada durante mais de vinte anos e que o PS, «balanceado para recolher os votos dos descontentes com a política de direita, não alterou, antes prosseguiu o essencial dessa política».

Henrique Arraiolos, actualmente com as funções de membro da Assembleia Municipal, lembrou Alpiarça de 1974, «uma terra terceiro-mundista, herdada dos negros tempos da ditadura salazarista, completamente despida de tudo o que hoje são bens essenciais, sem ruas alcatroadas, sem água canalizada, sem luz eléctrica doméstica e pública, sem esgotos, com um sistema de

recolha de lixo verdadeiramente anedótico, sem jardins de infância oficiais e fraquíssimo em infra-estruturas para o ensino.

O candidato recordou depois todo o esforço de construção de Alpiarça por parte da CDU, das coligações que a antecederam – a FEPU e a APU – e das populações, trabalho que resultou decisivo para que Alpiarça,



Henrique Arraiolos

«já em 1996, se apresentasse como um concelho com um dos maiores índices nacionais de infra-estruturas de saneamento básico e abastecimento de água».

Vencidas as eleições de 1997 pelo Partido Socialista, este interrompeu, segundo o candidato, o bom trabalho da CDU, povoando o concelho de «pequenos dormitórios». «Apesar do exagero de número de fogos que se tem permitido construir, os compradores não aparecem, os prédios não se vendem e as novas largas centenas de moradores não existem.»

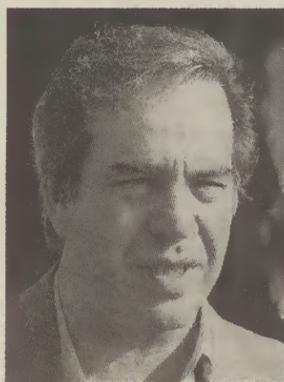
Benavente Mais desenvolvimento melhor futuro

Com a presença de Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, Luísa Araújo, da Comissão Política, vários membros da DORSA e de autarcas da região, foram apresentados publicamente os primeiros candidatos ao município e freguesias de Benavente: António José Ganhão para a Câmara Municipal, Luís Martins para a Assembleia Municipal, Leonor Parracho candidata-se à Junta de Benavente, Rogério Pernes à de Junta de Samora Correia e Maria dos Prazeres avança em Santo Estevão.

Foi num ambiente de entusiasmo e confiança no trabalho desenvolvido e no futuro que António José Ganhão reafirmou os princípios que norteiam o projecto autárquico da CDU. O trabalho ao serviço das populações, com as populações, sempre em prol do incremento da qualidade de vida, sem esperar contrapartidas pessoais, a vontade de construir uma sociedade mais justa, fraterna e solidária, são princípios que, afirmaram, marcam a diferença dos eleitos da CDU a todas as outras forças políticas.

António José Ganhão valorizou, também, a qualidade de se viver no concelho de Benavente, às portas de Lisboa. Uma qualidade de vida demonstrada pelos vários índices que são orgulho de quem ali vive. A qualidade da água, o saneamento básico, a oferta desportiva, cultural e de lazer, o apoio e a solidariedade com as novas gerações e as mais velhas, o ambiente, a

tradição, o património, e o desenvolvimento económico são uma realidade que em breve será enriquecida com um novo centro cultural em Samora Correia, um novo pavilhão gimnodesportivo em Benavente, a recuperação das margens do Sorraia e do Almansor, a restauração do Cine-Teatro de Benavente e a entrada em funcionamento das várias ETAR's. Foi ainda



António José Ganhão

afirmado que o novo mandato a que a CDU se propõe apresenta novos desafios, novas exigências e necessidades.

António José Ganhão, o candidato da CDU é, desde 1980, presidente da Câmara Municipal à qual se recandidata, tendo sido, no primeiro mandato de poder local democrático, de 1976 a 1979, vereador da mesma autarquia. Foi também fundador, vice-presidente e presidente da Associação de Municípios da Lezíria do Tejo e é, actualmente e desde há oito anos, vice-presidente da Associação Nacional de Municípios.

Tomar «É hora de dizer basta!»

Manuel Jorge Godinho, de 64 anos, foi apresentado no sábado como cabeça de lista da CDU à Câmara Municipal de Tomar, no distrito de Santarém. A apresentação decorreu durante um jantar onde esteve presente o camarada Domingos Abrantes, da Comissão Política do Partido, que acentuou a importância de reforçar a CDU para defender o poder local democrático, afirmando que a Coligação se apresenta às próximas eleições com um património ímpar de realizações concretas de grande importância para as populações e que os candidatos conhecem os problemas e são animados por um espírito de servir.

Eleito na Assembleia Municipal de Tomar e destacado militante cultural da região, o candidato lembrou que «Tomar e o seu concelho foi, até há uns anos atrás, o pólo dinamizador desta região entre a lezíria ribatejana e a zona do pinhal» e que «quando o poder autárquico irrompeu com uma pujança que transformou, com a participação das populações, o marasmo implantado em dinâmicas de progresso na construção de um presente melhor e na preparação do futuro, Tomar, como todos sabemos e sentimos, viu-se emaranhado num estranho bailado comandado ora pelo PS ora pelo PSD que se têm entretido em espectáculos de pompa e circunstância ao bom estilo medieval dos grandes aparatos para esconderem as suas incapacidades e incompetências em fazerem o necessário e urgente.

É por esta razão que, segundo o candidato da CDU, «Tomar passou de ponto de atracção e referência da região para uma região de atraso em relação até a pequenos concelhos limítrofes», pelo que a hora é de dizer «basta», sendo por essa razão que «os candidatos da CDU se propõem trabalhar, com a vossa ajuda e com a ajuda de todas as



Manuel Godinho

populações do nosso concelho, para inverter esta tendência fatalista» e arrancar rumo ao progresso, como assinalou o candidato.

Sobre a candidatura de Manuel Godinho, a coordenadora local da CDU lembrou que ela se deve sobretudo aos valores do candidato, profundamente identificados com os da coligação. Estes valores prendem-se sobretudo com a regular prestação de contas do trabalho realizado e a motivação dos trabalhadores da autarquia e das suas organizações representativas e o trabalho em colectivo.

Miguel Boieiro novamente candidato em Alcochete

«Evoluir a um ritmo nunca visto»

Foram apresentados no domingo, num jantar com cerca de duas centenas e meia de pessoas, os candidatos da CDU à Câmara e Assembleia municipais de Alcochete, bem como às freguesias do concelho: Samouco, Alcochete e São Francisco.

Realizado no Centro Náutico do Complexo Alfoz, a apresentação dos candidatos contou com a presença de Jorge Pires, da Comissão Política do Comité Central do PCP, e Álvaro Saraiva, da

Comissão Executiva Nacional do PEV, que realizaram intervenções políticas. Afonso Luz, do PEV, José Capucho e José Caetano, ambos do Comité Central do PCP e da DORS, estiveram

também presentes, para além de outros dirigentes nacionais e regionais dos dois partidos que compõem a CDU.

O jantar, que contou com a participação de pessoas de diferentes camadas e classes sociais e tendências político-partidárias, viveu momentos de grande entusiasmo e animação, como aconteceu durante o

período dedicado à música, com a interpretação do jovem Filipe Narciso.

A CDU aposta num desenvolvimento que combina economia e ambiente

Para além das questões gerais do concelho, foram lembradas na iniciativa as questões mais particulares, bem como o trabalho realizado pela CDU para as resolver, ou não tivessem sido também apresentados os candidatos à presidência das juntas de freguesia do concelho. Na freguesia de Alcochete, a CDU recandidata o actual presidente, José Luís. Para o Samouco, Maria Eugénia Ferreira é novamente candidata ao cargo que já ocupa e, para São Francisco, a CDU apresentou o agricultor e eleito na Assembleia de Freguesia, Raul Duarte.

José Jorge, actual presidente da Assembleia de Freguesia do Samouco, candidato da CDU à presidência da Assembleia Municipal de Alcochete, afirmou, na sua intervenção, que «é por de mais evidente que quem ganha com a vitória da CDU é a população do nosso concelho», estando certo de que «o prestígio granjeado desde que assumimos a direcção do poder local no concelho, ou seja, desde 1980, irá ser consolidado». José Jorge disse ainda que em Alcochete existe qualidade de vida, lembrando ser este o concelho que mais metros quadrados dispõe para a prática

desportiva, avisando os opositores da CDU que, «contra o que está feito e bem feito, não há argumentos».

«Revolucionário e activo»

Considerando-se «revolucionário e activo», contra aqueles, amigos ou opositores, que o queriam ver ces-

no quotidiano», afirmou o presidente da autarquia que considerou este um importante estímulo para o prosseguimento do trabalho de evolução de Alcochete, que «avança a um ritmo veloz, nunca visto».

Como estratégia de desenvolvimento do concelho que dirige há quase vinte anos, o autarca propõe o combinar de dois factores: economia e ambiente. «Se atendermos apenas a aspectos económicos, de que a vertente mais visível é a construção de edifícios sem o atendimento das leis da Natureza, estaremos a agir de forma incompleta e, portanto, erradamente; mas, por outro lado, se apostar-mos no oposito para que a Natureza não corra riscos estaremos a castrar cegamente as perspectivas do nosso desenvolvimento», declarou o candidato, que considerou que é em Alcochete que este dilema é mais saliente e onde é mais necessário agir com clarividência e ponderação.



Miguel Boieiro

sar a sua actividade autárquica de 25 anos – 19 dos quais como presidente da autarquia – Miguel Boieiro afirma que, como é prática corrente na CDU, o trabalho colectivo com os eleitos e as populações continuará a ser uma constante, avisando, porém, que continuará a colaborar e a dialogar «mas nos princípios seremos inquebrantáveis e firmes e não cederemos».

«Alcochete está hoje diferente para melhor, dizem as sondagens de opinião e vemos nós e sentimos nós,

A terminar, o candidato chamou a atenção para a tarefa, sempre inacabada, dos autarcas que, «por cada obra pública terminada, seja um pavilhão gimnodesportivo, uma piscina, uma biblioteca, um jardim, um arranjo paisagístico, uma circular urbana, uma estrada, aparecem centenas a exigir capital e mão-de-obra, sempre insuficientes, para o que queremos e para o que é necessário».

Fafe

Resolver os problemas

Foram apresentados no dia 31 de Maio, num jantar realizado para o efeito, os candidatos, independentes, da CDU ao concelho de Fafe,

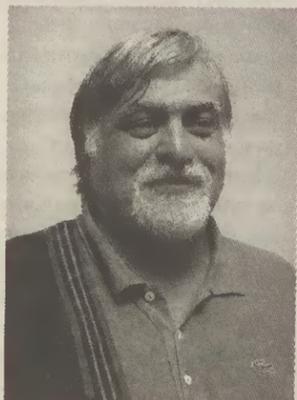
António Antão, médico ortopedista de 46 anos, para a Câmara, e Leonor Castro, de 23 anos e licenciada em Português, para a Assembleia Municipal.

Não sendo um fafense típico, como ele próprio considerou, o candidato à presidência da edilidade lembrou que «mantenho um contacto diário com muita da população mais desfavorecida, o que me proporciona algum à-vontade no abordar de muitas das questões que mais preocupam os fafenses». E, enumerando as principais carências do concelho a que se candidata, António Antão começou por referir as muitas freguesias que ainda não têm saneamento básico, os muitos aglomerados cujos acessos são «manifestamente insuficientes e onde a rede de transportes públicos não chega», continuando a lista, lembrando que existem «muitas habitações onde a rede pública de fornecimento de água potável é ainda um sonho distante» e que há muitas famílias «que vivem em condições extre-

mamente degradadas e para as quais seria necessário desenvolver um plano de habitação social descentralizado, que não as arrancasse às suas origens e hábitos, mas que lhes proporcionasse uma forma de viver condigna».

Outro dos temas que o candidato destacou foi o ambiente, que considerou prioritário, acentuando que os atentados são cometidos, no País e também no concelho de Fafe, com fins lucrativos, sendo a degradação do ambiente «facilmente evitada com medidas simples e sem prejuízo das actividades humanas». «Numa altura em que a saturação das zonas citadinas

torna apetecível a deslocação para zonas rurais de muitas pessoas, Fafe deverá criar condições que atraiam a sua fixação, proporcionando-lhes condições de vida que facilitem a sua fixação», entendeu o candidato, lembrando que «isto implica despoluir rios, proteger zonas de paisagem natural e ecossistemas em perigo, conceder às populações urbanas e rurais condições de desenvolvimento social e cultural semelhantes às dos grandes centros».



António Antão

Cadaval

Acabar com a bipolarização

Foram apresentadas, na quarta-feira, dia 30 de Maio, em conferência de imprensa e com a presença de Jorge Humberto, membro do

Comité Central, e João Couchinho, da DORL, as candidaturas da CDU aos órgãos municipais do Cadaval, concelho do distrito de Lisboa, de maioria PS, em que a CDU não tem qualquer vereador eleito. É com a certeza de que a «candidatura da CDU é e será sempre, uma voz necessária na resolução dos problemas do nosso concelho» que o cabeça de lista da Coligação, João Rodrigues Vieira, se candidata mais uma vez à presidência da autarquia, estando a candidatura à Assembleia Municipal a cargo de Humberto Germano. O candidato tem 61 anos e é dirigente da CNA, Confederação Nacional de Agricultura e presidente da Associação de Agricultores do Distrito de Lisboa.

Como um dos problemas a combater pela CDU, o candidato destaca a necessidade de «afastar correntes de opinião separatistas», o que só será possível com o «desenvolvimento equilibrado das dez freguesias», e, também, de acabar com a bipolarização e alternância

entre PS e PSD que «não conseguiram implementar uma gestão do município capaz de eliminar as barreiras que obstaculizam o seu desenvolvimento».

Para combater o atraso do concelho, João Vieira entende ser necessário afirmar «uma alternativa credível, alicerçada num gigantesco património autárquico reconhecido por muitos mas também num intenso trabalho local através do qual fomos intervindo regularmente», nas Juntas de Freguesia e na Assembleia Municipal.

Como prioridades de intervenção, o candidato destacou «o envolvimento efectivo das populações na definição das principais opções da política autárquica», a luta pelo «desenvolvimento económico do concelho», a promoção da «descentralização e desconcentração de atribuições e competências».

O candidato lembrou ainda a luta por uma «rede viária condigna e indispensável à qualidade de vida das populações, à fixação dos agentes económicos» - como exemplo do que o PCP propôs, a variante ao Cadaval, chumbada pelo PS.



João Rodrigues Vieira

Mora

Cumprir e inovar

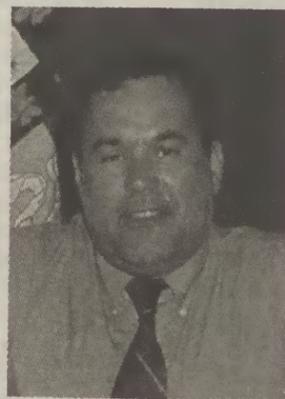
Foi num clima de entusiasmo que decorreu a apresentação dos cabeças de lista à Assembleia Municipal, Câmara Municipal e Juntas de Freguesia do concelho, Brotas, Cabeção, Mora e Pavia, durante o jantar-convívio, realizado no passado sábado, num restaurante da vila.

As mais de duzentas pessoas presentes, com uma significativa participação da juventude, quiseram testemunhar publicamente o seu apoio aos candidatos e à CDU. É também de realçar a presença na iniciativa de figuras locais identificadas, normalmente, com a oposição.

José Sinogas, actual presidente da Câmara Municipal, encabeça novamente a lista de candidatos da CDU a este órgão, acompanhado por Carlos Biléu, candidato à Assembleia Municipal, António Ameixeira Vitorino à Junta de Freguesia de Brotas, Manuela Calado à Junta de Cabeção, Manuel Leão e Joaquim Caetano às juntas de Mora e Pavia, respectivamente.

O mandatário concelhio da

CDU, António Luís Carlos, e a mandatária para a juventude, Inês Pereira, sublinharam,



José Sinogas

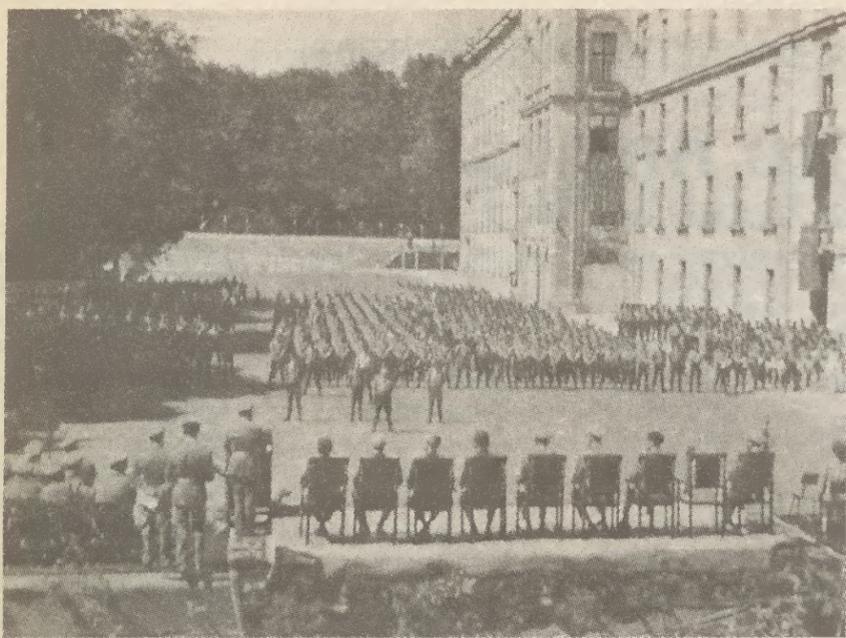
nas suas breves intervenções, a sua total identificação com o projecto da CDU para o concelho de Mora e a plena confiança depositada em José Sinogas para o concretizar.

Falaram depois Manuel Leão, Carlos Biléu, José Sinogas e, por fim, Jorge Cordeiro, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP, presente na iniciativa.

O candidato e actual presidente da autarquia, José Sino-

gas, realçou o cumprimento integral das promessas feitas à população, as medidas, algumas pioneiras a nível nacional, tomadas pela Câmara Municipal, nomeadamente o Cartão Municipal do Idoso – que contém uma série de vantagens tendentes a «melhorar significativa e concretamente», como afirma a nota de imprensa da CDU de Mora de 4 de Junho, a vida de mais de mil e seiscentos reformados do concelho – tendo ainda apelado ao sentido crítico das pessoas para que saibam «distinguir entre aqueles que prometem o que fazem e outros, cuja sede de poder absoluto, os leva a enveredar pelas falsas promessas, pela maledicência e pela demagogia fácil, incapazes de apresentar uma única proposta válida, preocupados que estão em apenas destruir».

A complementar as intervenções, foi apresentado a documento de prestação de contas da CDU que dá conta da obra realizada, comparando-a com o que foi o programa eleitoral.



• João Amaral

Contagem do tempo de serviço militar

E conhecida a manipulação feita com os ex-combatentes por forças de extrema-direita. Os organizadores de algumas movimentações centram-nas no ódio à democracia e nas saudades do império. Criou-se assim para alguns a ideia de que qualquer reclamação de ex-militares, em torno das consequências da guerra colonial, há-de ser, por definição, manipulação daquelas forças políticas. Para mostrar que não é assim, basta pensar na acção da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, em defesa dos que saíram da guerra com deficiências. Os ferimentos provocados no quadro do serviço militar prestado durante a guerra colonial criaram um grave problema a milhares de portugueses. Face a isso, o Estado democrático cumpriu o seu dever de produzir legislação e de criar sistemas de apoio a esses portugueses, que, por sua vez, souberam intervir em defesa dos seus interesses.

Há pouco tempo, a Assembleia produziu legislação para uma outra situação, a do stress de guerra, que tem uma incidência bem maior do que se fez crer. Aprovou-se também legislação sobre os prisioneiros de guerra. O que mostram estes exemplos é que existem problemas reais decorrentes do serviço militar prestado no período de guerra, que o Estado democrático tem o dever de solucionar, na medida das possibilidades do País. Não se trata de discutir os fundamentos da guerra colonial. Sobre isso, o 25 de Abril e o Estado democrático disseram tudo: reconheceram o direito dos povos das ex-colónias e condenaram uma guerra não só injusta mas penalizadora para o próprio País. Do que se trata é de responder a certos problemas que se levantam àqueles a quem a ditadura impôs o serviço militar. Sabe-se como a guerra foi penalizadora da juventude que a ela foi obrigada. O período de serviço prolongava-se por três, quatro e mais anos. A vida profissional era muito dificultada, porque muitos empregadores exigiam o serviço militar cumprido. A vida familiar era profundamente afectada. Mas muitos problemas só vêm a adquirir real expressão muitos anos mais tarde. É o que se está a passar com a contagem do tempo de serviço para efeitos de aposentação e reforma. A guerra decorreu entre 1961 e 1974. Os que foram enviados para as frentes de combate em 1961 rondam hoje os sessenta anos de idade, isto é, começam a reformar-se. Nos próximos anos, serão cada vez mais os que se

encontram nessa situação.

Só que, quando vão pedir a reforma, a maior parte descobre que o tempo de serviço militar não contou. Foram muitos anos de tropa, a que se junta a bonificação de 100% de tempo de serviço para os que foram para as ex-colónias. O efeito da não contagem do tempo sobre a reforma, quer quanto a prazos quer quanto a montantes, é significativa.

Esta situação está a criar um sentimento de revolta. Por exemplo, neste fim-de-semana juntaram-se no Luxemburgo centenas de portugueses, convocados pela central sindical OGB-L, exprimindo o seu protesto e a sua disposição de luta.

Calcula-se em cerca de um milhão e quatrocentos mil o número de convocados para o serviço militar nesses anos. Deduzindo a esse número certas categorias (recrutamento "local" que não veio para Portugal, falecidos, pessoas com a situação resolvida por ter havido contagem de tempo, percentagem admissível de pessoas a quem esta questão não releva, etc.), podemos admitir que o problema afecta cerca de 700 mil ex-militares! Como é óbvio, atrás desta questão estão grandes montantes financeiros.

Aplicando a Legislação em vigor, que permite a contagem do tempo de serviço militar através do pagamento de onerosas quotas calculadas sobre os rendimentos actuais dos requerentes, os sistemas de segurança receberiam qualquer coisa como 450 milhões de contos pagos por esses portugueses! Encontrar uma solução para o problema nunca poderá ser feito à custa da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações. O financiamento destas deve ser assegurado, com os valores acima referidos, como hoje decorre das leis em vigor.

A questão é a de encontrar critérios que desonerem os ex-militares dos altos valores que têm de pagar e que deveria ter sido o Estado, no tempo da guerra, a suportar. Hoje, para o Estado democrático, este encargo, mais um que o fascismo legou, obrigará a um esforço no Orçamento de Estado. O que parece adequado é que o esforço seja partilhado entre o Estado (isto é, o conjunto da comunidade nacional) e os ex-militares. Haverá que definir em que percentagens e também se a contribuição do Estado não deverá ser maior para os que têm rendimentos mais baixos.

O problema existe, afecta muitos portugueses, não nos podemos alhear dele.

Por ferir os interesses dos trabalhadores e do País

Governo alvo de censura

A moção de censura ao Governo apresentada pelo BE foi rejeitada com os votos contra do PS. Este foi o resultado previsível de uma iniciativa em relação à qual o PCP, que a votou favoravelmente, manifestou fortes reservas.

As razões situou-as a bancada comunista no plano da sua oportunidade e utilidade. Não porque não houvesse do ponto de vista político amplas e fundadas razões para censurar o Governo. Essas, como demonstrou o deputado comunista Agostinho Lopes, existem. E por isso o sentido de voto dos deputados comunistas. Mas «nada mais», como ele próprio afirmou. É que o momento de clarificação, para o PCP, será na votação do Orçamento do Estado.

O Governo partiu assim para este debate numa situação em que sabia à partida o seu desfecho. Por isso desvalorizou a moção, que considerou «inconsequente do ponto de vista político», como salientou o ministro da Presidência.

Este estado de relativa tranquilidade do Executivo perante a iniciativa mereceu aliás um comentário de Agostinho Lopes. Considerou-o compreensível e viu mesmo na moção motivos para um agradecimento do Governo, já que, ao menos por uns dias, poderia proporcionar-lhe «uma imagem de solidez parlamentar».

Este estado de relativa tranquilidade do Executivo perante a iniciativa mereceu aliás um comentário de Agostinho Lopes. Considerou-o compreensível e viu mesmo na moção motivos para um agradecimento do Governo, já que, ao menos por uns dias, poderia proporcionar-lhe «uma imagem de solidez parlamentar».

Opções à direita

Uma imagem efémera, está bem de ver, se aferida à luz do que têm sido as grandes orientações e os resultados da política de direita do Governo. Ora foi neste plano que a bancada comunista centrou a sua inter-

venção. E a conclusão, essa, não podia ser mais demolidora. Foi a condenação plena, pela voz de Agostinho Lopes, de uma política que desde 1995 «fere os interesses dos portugueses e os interesses nacionais» e que defraudou «as expectativas dos eleitores portugueses». Mais: «O PS e os governos PS mantiveram a identidade essencial dessas políticas. Os seus eixos estratégicos. As suas opções centrais. E até acabou por macaquear a prática política dos governos de Cavaco Silva.»

Contundente, o deputado do PCP acusou o Governo de não «responder aos défices estruturais do País», de não corrigir a «brutal desigualdade na distribuição do rendimento nacional — mantêm-se os mais baixos salários, as mais baixas pensões, os menores apoios às pequenas e médias empre-

sas», lembrou — de não assegurar serviços públicos de qualidade, «em condições de acesso e tarifas iguais para todos os cidadãos e empresas», de não «assegurar a isenção e a neutralidade da administração central», de não sanear o aparelho do Estado de «vícios centralistas, da burocracia, do nepotismo e favoritismo», de não «recuperar margens de manobra perdidas na União Europeia».

Servir os grandes

Depois de lamentar o facto de o Governo «não olhar para os trabalhadores», Agostinho Lopes demonstrou de seguida como as atenções daquele se dirigem sobretudo para a defesa do «muito grande capital». E referiu a propósito, num país onde a «evolução do PIB e os salários rastejam pouco acima do zero», a existência de pelo menos três sectores económicos «cujos lucros crescem anualmente pela casa das dezenas de pontos percentuais». Referia-se à banca (das mais rentáveis da Europa), ao sector da grande distribuição (com os hipermercados a obterem margens de lucros duas a três vezes superiores aos seus congéneres europeus) e a privatizadas empresas públicas como é o caso da Brisa (em que 50 por cento dos valores pagos pelos utentes nas portagens vão directamente para os bolsos dos accionistas).

Contaminação dos solos da Margueira PCP pede explicações ao Governo

O Grupo Parlamentar do PCP inquiriu o Governo sobre as medidas que este pensa adoptar para descontaminação dos solos onde esteve implantada a Lisnave. Para os deputados Joaquim Matias e Vicente Merendas, autores do requerimento onde solicitam igualmente informações sobre os estudos que esclareçam o grau de contaminação existente nos terrenos da Margueira, a recuperação dos solos é uma medida prévia fundamental para que a Câmara Municipal de Almada possa desenvolver os seus estudos de planeamento urbano.

No texto que dirigem ao Governo, os deputados do PCP recordam que a Margueira está inserida no

município de Almada, pelo que é nesta perspectiva que a «futura utilização do solo terá que ser vista», em obediência a um plano integrado do seu território. Assinalam ainda que é a Câmara Municipal de Almada a entidade com competência legal para elaborar e aprovar um plano face à Lei de Bases do Ordenamento do Território.

Por si sublinhado é ainda o facto, noutra plano, de a actividade industrial exercida durante décadas naquela área ser «fortemente poluente», o que, do seu ponto de vista, impõe como absolutamente necessária a realização de estudos sobre a contaminação dos solos antes de qualquer opera-

ção de reconversão urbanística.

Nessa medida, entendem os deputados comunistas, ao negociar o encerramento da Lisnave, não pôde o Governo deixar de assumir o princípio do poluidor/pagador, como não pôde, ao criar o Fundo Margueira Capital, com maioria de capital público, deixar de determinar a responsabilidade pela descontaminação daquele solo.

Recorde-se que a utilização daqueles terrenos para fins imobiliários, envolvendo projectos megalómanos e especulativos, por iniciativa do Fundo Margueira, com o apoio do Governo, tem suscitado uma forte reacção de repúdio por parte da Câmara Municipal de Almada.

PCP questiona rumo da União Europeia

Europa social, só na retórica

Críticas à situação económica nacional e ao rumo da União Europeia, em vésperas do seu alargamento, marcaram o debate mensal do Primeiro-Ministro com a Assembleia da República.

O tema proposto e que dominou a intervenção inicial de António Guterres, sexta-feira passada, foi pre-

A União Europeia conduzida por uma maioria de governos socialistas tem sido sinónimo de mais liberalização e mais neoliberalismo

cisamente o da situação da União Europeia quando se perfila a breve trecho a adesão de países mais pobres do que Portugal. Este novo enquadramento, para o chefe do Governo, requer uma estratégia nacional que deve ser direccionada em sete frentes, uma das quais, especificou, é a de exigir o avanço das cooperações reforçadas por forma a que o alargamento da União Europeia não dilua as políticas comunitárias. Guterres evidenciou assim a sua adesão à proposta do primeiro-ministro francês, Lionel Jospin, no sentido de ser criado um congresso europeu, congregando representantes dos parlamentos nacionais e de Estrasburgo.

O socialismo de Frei Tomás

E foi para esta estratégia que apelou ao consenso dos partidos da oposição. A ava-

liar pelas críticas, porém, os argumentos aduzidos não convenceram. E uma das razões foi certamente a de

que houve factos que ficaram por explicar. Foi por aí, aliás, que pegou Carlos Carvalhas ao lembrar ao Primeiro-Ministro que há «mistérios» e factos sobre os quais nada adiantou e que, por isso, continuam por deslindar e esclarecer.

Como por exemplo o «mistério» (ou talvez não) de a União Europeia ter uma maioria de governos socialistas, com os respectivos comissários, «em que as propostas da Comissão e a maioria das decisões do Conselho vão sempre no sentido de mais flexibilização, mais liberalização, mais «moderação social», mais neoliberalismo, mais «modelo norte-americano». «É o socialismo de Frei Tomás. Olha para o que eu digo (...). Mais Europa social, no verbo, na retórica», ironizou o dirigente comunista.

Outro mistério para o qual chamou a atenção prende-se com a atitude do Governo português perante o alarga-

mento da União Europeia. O que é incompreensível neste caso é que o Executivo, face a um alargamento do qual Portugal é eventualmente o mais prejudicado, tenha tido primeiro «uma posição passiva, depois critica e só mais tarde de acordo e a reboque em relação à posição do governo espanhol, que afirmou condicionar o alargamento à não diminuição dos fundos comunitários».

O desastre da PAC

Mas o PCP levou mais longe as suas críticas às posições assumidas pelo governo do PS relativamente ao processo de construção europeia. Carlos Carvalhas considerou mesmo existirem em alguns domínios consequências «desastrosas» e deu como exemplo a reforma da Política Agrícola Comum. «Não é verdade que o Governo andou a propagandear como uma grande vitória a reforma da PAC e que hoje é notório que Portugal é o país mais prejudicado» sublinhou o Secretário-Geral do PCP, antes de referir que foi a própria Comissão que veio agora confirmar que o nosso País tem sido contribuinte líquido da PAC desde 1989, com excepção dos anos de 1995 e 1996.

Outra questão para a qual Carlos Carvalhas chamou a atenção, sem que tenha obti-



A PAC não serve os interesses da agricultura e dos agricultores portugueses

do uma resposta cabal, prende-se com a adaptação das normas necessárias para a concretização do III Quadro Comunitário de Apoio. Os grandes atrasos na regulamentação, bem como a confusão e incoerência registadas, têm provocado «perdas de tempo e de energias», correndo-se seriamente o risco, alertou, de se perderem «importantes verbas por falta de capacidade de aproveitamento no 1.º Biénio».

Não ao federalismo

A política dos «factos consumados em sucessivos

passos para o federalismo» foi igualmente verberada pelo dirigente do PCP, que, perante uma tão significativa alteração do «edifício institucional da União Europeia», defendeu a realização de um referendo ao povo português.

Posta em evidência por Carlos Carvalhas foi ainda o que chamou de «posição falsa» e contradição do Governo no que se refere a algumas medidas por si anunciadas e ao modo como admite certas práticas de gestão dos dinheiros públicos. Referia-se às medidas por aquele anunciadas com vista a reduzir

as despesas para se submeter ao pacto de estabilidade e, por outro lado, à forma cúmplice como aceita que a administração do Fundo da Margueira desbarate dinheiros públicos em projectos megalómanos, como o «Manhattan de Cacilhas» ou as torres biónicas de 500 metros. «Isto não é uma vergonha?», interpelou-se Carvalhas, interpellando directamente Guterres, depois de ter lembrado que o ministro José Sócrates disse uma coisa, Pina Moura fez outra e o Primeiro-Ministro «lavou as mãos como Pilatos».

Reforço das Áreas Metropolitanas em projecto de lei do PCP

Planear melhor, para melhor servir

Corrigir as actuais insuficiências e bloqueios que se interpõem ao exercício das suas funções, tal é, em síntese, um dos objectivos inscritos no projecto de lei do PCP que reforça os poderes e meios de actuação das estruturas e funcionamento das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto.

Com esta iniciativa legislativa, entregue na semana transacta no Parlamento, a bancada comunista pretende pôr cobro à actual descoordenação entre os vários departamentos da administração central e das empresas que prestam serviços públicos e preencher o que chama de «insustentável vazio no planeamento e ordenamento do território».

Por outras palavras, trata-se, desde logo, de obter uma mais clara definição de competências e funções centradas no capítulo do planeamento e ordenamento do território, clarificação esta que deseja estender à coordenação da intervenção dos vários níveis da administração e empresas concessionárias dos serviços

públicos e no apoio à acção dos municípios.

Mais poderes

Não menos importante, do ponto de vista do PCP, é que sejam garantidos poderes

efectivos «com capacidade de vincular a acção dos serviços da administração central no âmbito do seu território em matérias fulcrais como o sistema de transportes, rede viária regional, ambiente e recursos hídricos, que devem constituir

domínios obrigatórios de exercício da acção de planeamento e coordenação da instituição metropolitana».

Nesse sentido, no quadro das suas atribuições, as áreas metropolitanas devem assegurar a articulação dos investimentos municipais

que tenham âmbito supra-municipal, bem como a conveniente articulação de serviços com esse âmbito, nomeadamente nos sectores dos transportes colectivos urbanos e suburbanos e das vias de comunicação de âmbito metropolitano.

Componente essencial para uma correcta operacionalidade desta última atribuição é sem dúvida a criação de uma autoridade metropolitana de transportes destinada a garantir essa coordenação e acção integrada entre os vários operadores e os vários níveis da administração.

Vencer bloqueios

Realce merece também o dispositivo que estabelece que as áreas metropolitanas deverão ser obrigatoriamente consultadas sobre os investimentos da administração central, incluindo os co-financiados pela Comunidade europeia.

Para o PCP, com este conjunto de medidas, trata-se, no fundo, de corrigir os problemas decorrentes do actual modelo que configura as

áreas metropolitanas, que apelida de «híbrido» e que, em seu entender, não só não dispõe de «poderes e meios» como tem sido incapaz de «promover a integração das políticas municipais com vista ao eficaz desenvolvimento das respectivas áreas metropolitanas».

Na origem deste quadro, como é recordado na nota preambular do diploma, estão as visões «reduzidas, centralistas, subordinadas a exercícios de calculismo político» que têm impedido que as instituições metropolitanas criadas há dez anos sejam reconhecidas as atribuições e facultados os meios, poderes e competências consentâneos com um exercício pleno e eficaz das suas funções. E esse tem sido um enorme constrangimento, como o é também a recusa em «assumir as áreas metropolitanas com o carácter de autarquia e legitimidade democrática directa», um objectivo de que o PCP não desiste de ver consagrado em lei e que retomará sob a forma de iniciativa legislativa quando tal considerar oportuno.

Novas atribuições e poderes

De acordo com o articulado do diploma comunista, as áreas metropolitanas devem assegurar a articulação da actividade dos municípios e do Estado no domínio das infra-estruturas de saneamento básico, do abastecimento público, de políticas de ambiente e de recursos naturais, dos espaços verdes e da protecção civil.

Compete-lhes ainda, na perspectiva do PCP, acompanhar a elaboração dos planos de ordenamento do território no âmbito municipal ou metropolitano, bem como a sua execução, e, noutro plano, elaborar e aprovar os planos metropolitanos de ordenamento do território, bem como superintender na sua gestão e execução.

Segundo a proposta apresentada pelos deputados comunistas, às áreas metropolitanas cabe também emitir parecer sobre os investimentos da administração central nas respectivas áreas, e, bem assim, dos que

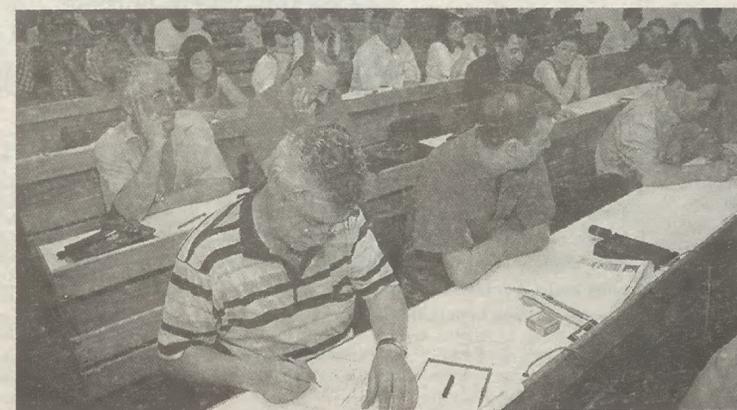
sejam financiados pela Comunidade Europeia.

A participação na promoção do desenvolvimento económico e social, na promoção e dinamização do potencial turístico da área metropolitana e o acompanhamento das grandes obras públicas de infra-estruturas e equipamentos e outras intervenções de impacte supramunicipal constituem outras tantas medidas preconizadas pelo PCP que prevê, ainda, entre as atribuições das áreas metropolitanas, a de organizar e manter em funcionamento serviços técnicos próprios.

As acções de planeamento e coordenação das áreas metropolitanas são obrigatoriamente exercidas, segundo o diploma, em domínios como o do sistema de transportes, rede viária regional, ambiente, recursos hídricos, equipamentos, educação, emprego e segurança.

Reunião Nacional sobre organização e intervenção do Partido junto dos trabalhadores

Mais Partido nas empresas



Algumas decisões

A Reunião Nacional de sábado vem na sequência de uma série de iniciativas tomadas pelas organizações do PCP com vista à concretização das decisões tomadas pelo 16.º Congresso e da Resolução do Comité Central de 20 e 21 de Abril de 2001. Entre estas decisões, destaca-se a que aponta a necessidade de o Partido ter uma estrutura de organizações de base em todas as empresas, locais de trabalho e principais zonas industriais, devendo, para tanto, definir um plano de trabalho que identifique as empresas e locais de trabalho com mais de mil trabalhadores ou que sejam estratégicas e prioritárias em cada região.

Os comunistas querem mais visibilidade para o trabalho do Partido

Outra decisão diz respeito às medidas a tomar em termos de quadros, que deverão ter em exclusivo tarefas ligadas ao acompanhamento desta frente de trabalho, e a criação, em cada Direcção de Organização Regional, de um organismo de coordenação ou direcção que acompanhe e dirija a concretização do plano já estabelecido. Aprofundar o conhecimento da situação económica e financeira e das relações de trabalho das empresas e sectores, de forma a contribuir para a definição de propostas do Partido e facilitar a informação aos trabalhadores sobre a realidade com que se confrontam e a actividade do Partido, é outra linha de orientação que o Congresso e o Comité Central apontam como decisiva para o reforço da intervenção do Partido nas empresas, a par do reforço do contacto com trabalhadores que ainda não são membros do Partido e do recrutamento. Por fim, é necessário fazer o balanço de todo o trabalho, realizando, para isso, reuniões nacionais com os quadros responsáveis pelas empresas e locais de trabalho definidos como prioritários.

«**R**eforçar a intervenção e organização no seio da classe operária e dos trabalhadores» foi o tema em debate na reunião nacional de quadros do PCP que se realizou, no sábado passado, em Lisboa, com a participação de Francisco Lopes e Jerónimo de Sousa, membros da Comissão Política.

Coube a Francisco Lopes iniciar os trabalhos, que tiveram a participação de mais de uma centena de destacados quadros do Partido. Na sua intervenção, Francisco Lopes colocou alguns dos problemas que se levantam à intervenção do Partido nas empresas, apelando à reflexão da reunião sobre os mesmos e a forma de os ultrapassar. O apelo foi correspondido. Mais de trinta intervenções avançaram as principais dificuldades que os sectores encontram na sua

actividade, levantaram questões sobre as quais o Partido deveria debruçar-se mais e sugeriram formas de inovadoras de intervenção. A precariedade e a repressão nas empresas foram, sem dúvida, considerados pela maioria dos participantes como os principais obstáculos que se colocam à intervenção dos comunistas nas empresas e à participação dos trabalhadores, ainda que a situação concreta de algumas empresas - trabalho por turnos, entradas e saídas de camioneta, por exemplo - constituam também entraves à sua organização. Mas o vínculo de trabalho precário, pela insegurança que gera nos trabalhadores - particularmente nas largas camadas de jovens que acedem pela primeira vez ao mundo do trabalho -, propicia a aceitação de condições de trabalho ilegítimas e uma maior exploração. Daí que, muitas vezes, o Partido, tocando embora muitos trabalhadores - através da distribuição de comunicados à porta das empresas, por exemplo - «deixe de fora» muitos outros: os que dentro da empresa continuam a trabalhar, sem horários nem direitos, às vezes assegurando

serviços em tempo de greve. A luta contra a precariedade surge, assim, como uma linha de acção prioritária para as organizações e sectores profissionais do PCP que, segundo alguns participantes, deverá ser concertada com o Grupo Parlamentar. Entretanto, de acordo com outros testemunhos, muitos e muitos são os jovens que respondem à precariedade valorosamente e com maturidade. É o caso, por exemplo, das telecomunicações ou do Arsenal, onde eles estão à frente da luta, trazendo-lhe nova dinâmica. «Até porque não têm nada a perder...»

Mais visibilidade

«É preciso dar mais visibilidade ao trabalho e às propostas do Partido», foi um desabafo que se ouviu várias vezes durante o encontro, que concluiu, ainda, pela necessidade de analisar a «eficácia» do requerimento e de reforçar a ligação e a troca de informação com as estruturas dos trabalhadores. Mas também a questão salarial foi outra questão desde logo considerada central, já que «tem sido

desvalorizada» em favor de outros direitos. «Quando se fala em salários», sublinhou um participante, «é de salários que se fala e não de massa salarial», pois está-se a assistir à tentativa de substituição de conceito de vencimento por complementos vários. Na opinião de outro, esta questão «poderia desenvolver-se juntamente com a organização» e ser um «propósito do Partido para a *rentrée*». A redução do cálculo das pensões e os ataques à segurança social, perpetrados nomeadamente através da passagem para a segurança social de problemas da área judicial; a necessidade de agarrar o projecto de lei do PCP sobre acidentes de trabalho, esclarecendo sobre as suas causas e consequências dramáticas, mesmo em sectores onde estes não se aconteçam, foram outras questões também muito debatidas, sobre as quais é necessário continuar a aprofundar o conhecimento. A discussão estava ainda no princípio... mas o dia estava no fim. Foi, assim, que intervenção de Jerónimo de Sousa encerrou os trabalhos... mas não encerrou a discussão.

Conhecer a realidade

Na sua intervenção, Jerónimo de Sousa considera que o reforço da intervenção, acção e organização do Partido no seio da classe operária e dos trabalhadores em geral «é uma questão que tem sido afirmada e realçada em todos os grandes momentos de decisão da vida do Partido», já que se trata de uma reafirmação «indissociável da natureza e identidade do Partido, do seu projecto e do seu programa». Este reforço exige, porém, saber «em que realidade trabalhamos e intervimos» e não ignorar, por exemplo, a «dimensão e diversificação» que a precariedade hoje atinge, «as alterações na estrutura produtiva» e as «dificuldades que daí decorrem para o trabalho de organização nas empresas». O trabalho deve, entretanto, obedecer a uma planificação mas um plano de trabalho para o reforço da organização e intervenção do Partido não é apenas um «plano de objectivos», é, «acima de tudo, um plano de intervenção política e de estímulo ao esclarecimento, organização, mobilização e luta», às propostas, à «valorização dos ideias e projecto do Partido». Daí que o dirigente comunista aponte três ideias para o desenvolvimento do trabalho. A primeira «que não é inevitável que os

trabalhadores tenham que viver com baixos salários, com direitos atacados, sem segurança nos vínculos de trabalho, com condições de trabalho deterioradas ou endividados», quando «os lucros são o que são e o grande capital não pára de beneficiar do seu aumento». A segunda é que «com a unidade, a organização e a luta» dos trabalhadores «é possível defender direitos e conquistas e avançar com padrões de vida mais elevados». Unidade, organização, luta em que - terceira ideia - o PCP faz assentar a defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores.

Trabalhadores determinam

O PCP «não propõe substituir-se» a essa «força determinante de transformação» que são os trabalhadores, diz Jerónimo de Sousa, mas o reforço das células do PCP nas empresas e locais de trabalho, o aumento da sua força orgânica, política e eleitoral e da sua representação institucional «são essenciais para que os trabalhadores tenham mais força», é condição fundamental «para uma mudança política». Ou seja, o plano de trabalho que o PCP

procura levar à prática, «é um plano de intervenção política que articule o trabalho de reforço da organização, com a elevação da consciência de classe, da organização, da luta dos trabalhadores pela defesa dos seus interesses e da sua participação nas batalhas políticas gerais». Contudo, a linha de intervenção dos comunistas em cada empresa e local de trabalho precisa de estar inserida numa linha global de intervenção e o plano do seu reforço deve estar «sustentado» num programa nacional com objectivos, temas, campanhas, acções... O PCP, informou o dirigente comunista, propõe-se, assim, nos próximos tempos, tratar, entre outros, o problema dos salários e a necessidade do seu aumento, aproveitando a comparação com outros países da UE e desmontando as teses da competitividade; as questões da segurança social e a regulamentação da lei de bases; o problema dos horários de trabalho e a sua redução faseada para as 35 horas semanais; o problema da segurança e sinistralidade no trabalho; o trabalho precário; as carreiras; os problemas dos trabalhadores por turnos, horários, subsídios, compensações, reformas.

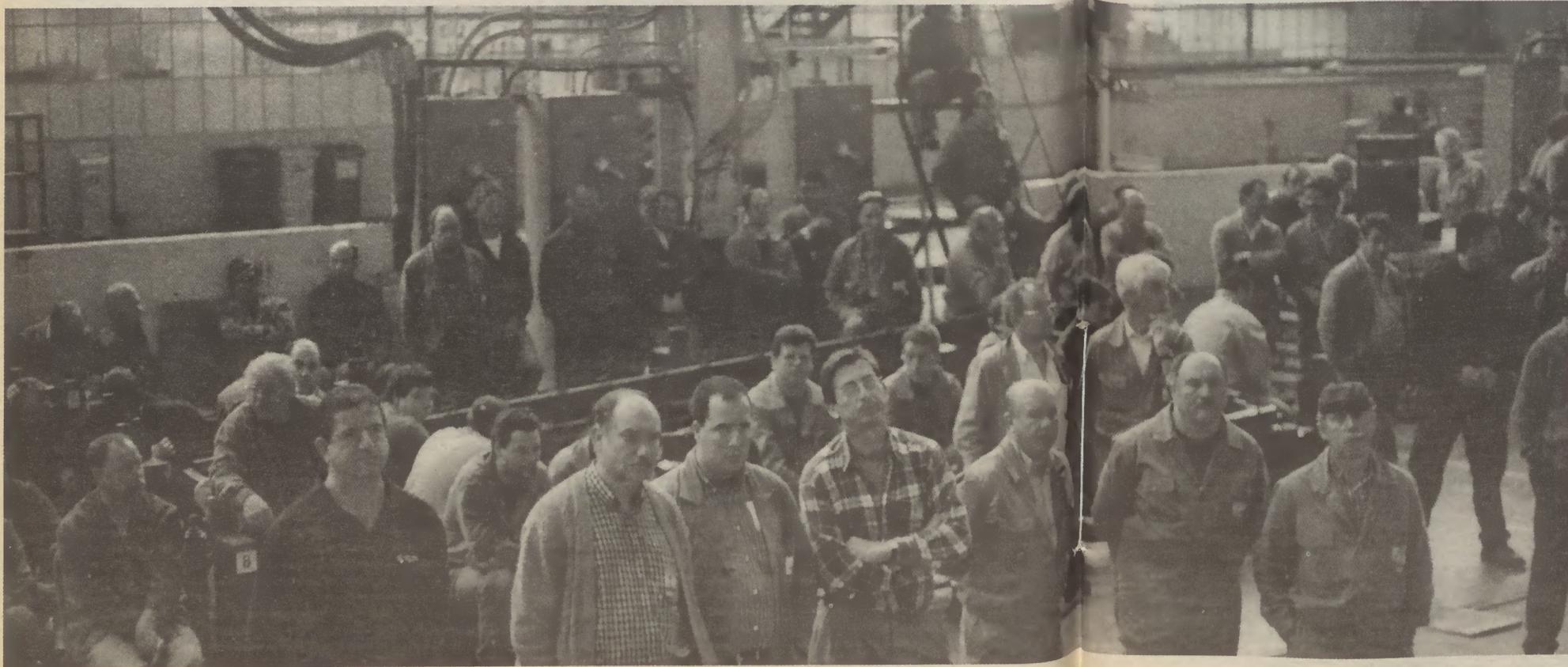
Reforçar influência

Francisco Lopes começou a sua intervenção, lembrando o que significa para o presente e o futuro do Partido o seu «enraizamento» na classe operária e nos trabalhadores em geral: «uma âncora para a ligação às massas e o conhecimento da realidade»; «um pólo de germinação da consciência de classe e política dos trabalhadores, de irradiação da influência e intervenção do Partido nas zonas envolventes das empresas»; «um factor de promoção da unidade, mobilização, luta e organização dos trabalhadores e de reforço dum movimento sindical vinculado aos seus interesses»; «uma fonte de quadros para o Partido, para o seu fortalecimento e renovação de forças». É, pois, a noção da importância deste trabalho que levou o Comité Central a apontar a intervenção junto dos trabalhadores como acção prioritária, ainda que para esta decisão tenha também pesado «a consciência da dimensão dos problemas e insuficiências que existem» e que é preciso superar. Identificando alguns desses problemas, Francisco Lopes refere a existência «de zonas brancas de organização e intervenção em muitas empresas e sectores», em alguns casos de grande dimensão, ou «o risco de criação de novas zonas brancas», resultante do afastamento de muitos trabalhadores das empresas com os processos de reforma e pré-reforma, as reestruturações e as fusões. Há ainda empresas e locais de trabalho onde existem membros do Partido mas onde a intervenção partidária ou é «um deserto» ou é insuficiente no plano

unitário, «faltando as posições e a voz do Partido».

Intensificar acção

O dirigente comunista aponta, a seguir, três questões que, em sua opinião, deverão merecer particular atenção das organizações no desenvolvimento da sua actividade: a questão do aumento dos salários e o combate «contra a chantagem que visa a redução do poder de compra»; o acompanhamento e denúncia da tentativa de alteração da legislação de trabalho, nomeadamente da contratação colectiva; o problema dos acidentes de trabalho, da sua prevenção, da valorização das pensões dos sinistrados. Relativamente a esta última questão, Francisco Lopes informou sobre a apresentação pelo PCP de um projecto de lei na Assembleia da República (ver pág. 32), cuja discussão pública, a decorrer no mês de Junho, deve ser aproveitada para uma importante acção de contacto e esclarecimento dos trabalhadores sobre o problema dos acidentes de trabalho e as propostas do PCP. Por fim, Francisco Lopes enunciou seis aspectos que devem ser tidos em consideração na concretização da Resolução do Comité Central. São eles a definição das empresas e locais de trabalho prioritários em cada região; o destacamento de responsáveis por cada uma dessas unidades; a criação de organismos de coordenação ou direcção deste trabalho em cada DOR; o levantamento dos locais de trabalho dos membros do Partido, de forma a permitir iniciar e/ou reforçar o trabalho em empresas e sectores; o recrutamento, arrancando com a campanha de mais 2000 novos membros até 1 de Maio de 2002; a elaboração (para além da planificação a nível nacional, dos sectores e regiões) de um plano de trabalho para cada empresa e local de trabalho definido como prioritário.



Prémio para Mia Couto

O escritor moçambicano Mia Couto vai receber no próximo dia 12, na Fundação Gulbenkian, em Lisboa, o prémio literário Mário António, com que foi distinguido pela sua obra «O Voo do Flamingo».

O novo galardão literário, evocativo da memória do escritor e poeta angolano Mário António de Oliveira, visa distinguir, de três em três anos, obras de escritores da África lusófona ou de Timor-Leste, publicadas no triénio anterior em prosa de ficção, teatro, ensaio ou poesia. Mia, nome literário de António Emílio Leite Couto, 46 anos, é natural da cidade da Beira e, actualmente, biólogo na reserva natural da Ilha moçambicana da Inhaca.

Considerado um dos nomes mais importantes da nova geração de escritores africanos em língua portuguesa, Mia Couto retrata nas suas obras os problemas e a vida quotidiana de Moçambique contemporâneo. Já galardoado com o Prémio Virgílio Ferreira, pela totalidade da sua obra em língua portuguesa (1999), Grande Prémio da Ficção Narrativa de Moçambique (1990), Prémio Anual de Jornalismo Areosa Pena (1989), Prémio Nacional de Ficção da Associação de Escritores Moçambicanos (1995) e Prémio da Associação dos Críticos de Arte de S. Paulo (Brasil, 1996), Mia Couto tem vasta obra editada.

Loures exige novo hospital

O presidente da Câmara de Loures entregou, sexta-feira passada, à ministra da Saúde, uma petição a exigir a construção de um hospital e de novos centros de saúde do concelho.

Na petição - «Pela melhoria das condições de saúde da população do concelho de Loures» - assinada por mais de uma centena de responsáveis por instituições do concelho, como associações de moradores, juntas de freguesia, colectividades, escolas, bombeiros e centros de saúde, considera-se que as graves carências do concelho impõem uma intervenção do Ministério da Saúde.

A construção do Hospital/Maternidade de Loures e dos centros de saúde em falta, ou em precárias condições de funcionamento, são algumas das exigências apresentadas.

Na petição é ainda referida a necessidade de reforço do número de profissionais de saúde, de forma a dar «uma resposta eficaz às necessidades da população».

O documento lembra que, de acordo com a legislação em vigor, deve existir um hospital para cada 200 mil habitantes, o que não acontece em Loures, concelho onde esse número já foi atingido, mas onde continua a não existir um estabelecimento hospitalar.

Além disso, em todo o concelho de Loures apenas existem dois centros de saúde e muitas das extensões funcionam em casas de habitação sem condições para atender os utentes ou para os profissionais de saúde exercerem as suas funções.

Mouraria A diversidade étnica

A zona comercial da Mouraria, em Lisboa, vai ser alvo de um megaprojecto por parte do gabinete camarário local que quer potenciar a maior riqueza da zona: a diversidade étnica.

Transformar fachadas e lojas, fechar algumas ruas ao trânsito, criar percursos exclusivamente pedonais e pensar em novas formas de organizar o estacionamento, poderão ser algumas das transformações a operar.

Para já, e antes de avançar com qualquer medida, o gabinete técnico da Mouraria começou a pedir a opinião dos moradores e dos cerca de 300 comerciantes indianos, paquistaneses, chineses e africanos que trabalham no bairro.

A ideia-chave é associar as regras arquitectónicas e urbanísticas da Mouraria à diversidade étnica da sua população.

A encosta da Mouraria foi, desde sempre, coabitada por cristãos, mouros e judeus. «É já uma tradição», recorda o vereador António Abreu, acrescentando que «agora, o Gabinete pretende não só conservar o traçado mourisco das ruas mas também dar significado aos edifícios».

O resultado final deste trabalho naturalmente ainda não se conhece. Sabe-se apenas que o edificado na Mouraria será adaptado de forma a agradar às etnias que ali vivem.

Protesto na IC19

A Comissão de Utentes do IC19, via que liga Sintra/Lisboa, vai efectuar sexta-feira, a pé e de carro, o percurso entre Massamá-Norte e aquela via, para demonstrar as dificuldades que os municípios enfrentam diariamente.

A iniciativa visa pressionar o Governo e Câmara de Sintra para a urgente resolução do problema das acessibilidades no concelho.

Os milhares de automobilistas diariamente confrontados com os engarrafamentos no IC19 já participaram em dois buziões (5 Março e 25 de Maio) convocados pela Comissão de Utentes, protestos contra a «falta de acessibilidades a Sintra».

A Comissão de Utentes do IC19 reivindica o alargamento do IC19 até Sintra, a remodelação dos nós de Massamá e Cacém, a ligação do Lido ao N6 do Hospital Amadora-Sintra, a construção do IC16 como alternativa ao IC19, a construção das circulares Nascente e Poente ao Cacém, a construção do IC30 e início e conclusão da remodelação dos interfaces rodoferrviários na Linha de Sintra.

Dia mundial do ambiente
assinalado em Portugal

A quem interessa «tapar o sol com a peneira»?

Como é obrigatório, no dia mundial do ambiente falou-se muito do estado do ambiente e anunciou-se mais medidas avulsas. Em causa estão, entretanto, problemas de fundo, a necessidade de uma política bem definida.

A ausência de uma Estratégia de Conservação da Natureza e de um Plano Nacional de Política de Ambiente (ambos previstos na Lei de Bases do Ambiente, desde 1987) é a primeira crítica de «Os Verdes», na avaliação que fazem sobre a política de ambiente no nosso país.

Em documento divulgado no dia mundial do ambiente, o Partido Ecologista lembra que, com a aprovação da Lei de Bases do Ambiente, em 87, o Governo ficou incumbido de elaborar um Livro Branco do Ambiente, de 3 em 3 anos. O que entretanto ocorreu uma única vez. Há dez anos...

O primeiro obstáculo a uma política de ambiente

está no próprio desconhecimento das realidades, o que leva «Os Verdes» a questionar: «A quem interessa tapar o sol com a peneira, escamotear os indicadores do estado do ambiente em Portugal?»

Assim, a política de ambiente vai-se fazendo ao sabor de sensibilidades, das sondagens, das pressões, da mediatização dos problemas, dos ministros em funções.

Com a mudança de partido no poder, do PSD para o PS, pouca coisa mudou, dizem «Os Verdes».

Nada mudou

O balanço que fazem destes últimos seis anos é signifi-

cativo: «A co-incineração rendeu a incineração, as lixeiras (apesar das promessas) tardam a desaparecer por completo, os aterros construídos à pressa (e em função dos calendários eleitorais, ritmados pelos fundos enviados de Bruxelas) só dão problemas (desde o esgotamento antes dos prazos previstos até ao lixo que anda a boiar...) e não respeitam as minimalistas taxas impostas para a reutilização e reciclagem das várias categorias de resíduos, a qualidade da água é tão boa que nesta época balnear diminuíram as praias com bandeira azul, a poluição atmosférica é tão boa que nas últimas semanas só tem havido alertas por causa dos níveis de ozono, a política energética é tão boa que em três anos triplicou a nossa factura e não se vislumbra forma de cumprirmos as metas vergonhosas do protocolo de Quioto, os Pla-

nos de Ordenamento da Orla Costeira nunca mais estão concluídos nem se vêem os seus efeitos práticos, os Planos de Bacias Hidrográficas também não, as extracções de inertes fazem-se ao sabor do lema *é fartar vilanagem* e vai daí caem pontes e provoca-se a erosão da nossa costa.»

Mesmo a assunção da componente do ordenamento do Território no Ministério do Ambiente - que fez renascer as esperanças - praticamente nada trouxe de positivo. «Não se encontra nada que dê sustentabilidade à política urbana, que combata a desertificação do interior, que respeite uma floresta de uso múltiplo, que ponha cobro à degradação do litoral», denunciam «Os Verdes», com base no trabalho de investigação desenvolvido pelo Conselho Nacional para o Ambiente e o Desenvolvimento Sustentável.



A Arrábida é um exemplo da contradição entre princípios e factos na política de ambiente

Natureza e biodiversidade

A Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade está em discussão pública até ao próximo dia 15 de Junho. Um documento que apresenta melhorias significativas em relação ao anteriormente apresentado, mas encerra ainda, na perspectiva de «Os Verdes», lacunas, insuficiências e defeitos que, a não serem corrigidos, poderão uma vez mais fraudar as expectativas de todos os que se preocupam com o estado do ambiente em Portugal.

Em breve análise deste documento, o Partido Ecologista levanta quer questões de concepção quer de execução.

As implicações da pressão humana no litoral e da desertificação humana no interior do país, estão entre as questões de concepção que «Os Verdes» apontam como insuficientemente estudadas. Os ecologistas criticam também a omissão de questões como as políticas de transportes e acessibilidades e outras, que se colocarão a mais longo prazo, como as

alterações climáticas e respectivos impactes no território nacional.

Consideram, por outro lado, incompreensível, que se apresente um documento desta natureza «sem previamente caracterizar a situação das áreas protegidas e do estado de conservação da natureza em Portugal».

No que se refere à aplicação prática das políticas propostas no documento, «Os Verdes» lembram que «importa quantificar acções, identificar res-

ponsáveis pela sua concretização e estabelecer os respectivos períodos de execução. Nesta mesma perspectiva denunciam, como uma «lacuna imperdoável», o não se referir quais são exactamente as «instituições que deverão ser responsabilizadas pela concretização das medidas propostas».

Uma situação que levanta uma questão de fundo: «Significa tal que ninguém é responsável nem ninguém será responsabilizado pelo que ficar por fazer?»

«Volta a Portugal a Pedalar P'las Pistas»

A «Volta a Portugal a Pedalar P'las Pistas» passou, esta segunda-feira, por Almada.

Esta campanha - promovida por «Os Verdes» - teve início em Lisboa, a 14 de Março, e passou já pelo Porto, Braga, Coimbra, Aveiro, Portalegre, Castelo Branco, Setúbal, Faro, Beja, Évora, Leiria, Covilhã,

Guarda e Vila Real. O seu objectivo é sensibilizar os cidadãos e os órgãos de poder para a necessidade de implementar uma rede nacional de pistas cicláveis e criar um vasto movimento de apoio ao Projecto de Lei apresentado pelo Partido Ecologista.

A campanha inclui iniciati-

vas de rua, com materiais de sensibilização, debates e outras iniciativas e está particularmente dirigida aos jovens.

«Vamos Pedalar P'las Pistas» é uma iniciativa que se insere num programa de combate às alterações climáticas, de que uma das principais causas é a poluição atmosférica.

Na apresentação da campanha, «Os Verdes» sublinham a necessidade de tomar medidas adequadas e imediatas, «nomeadamente a criação de uma rede adequada e integrada de transportes públicos e também o incentivo de outras formas de transportes alternativos, como a bicicleta».



Em defesa dos direitos das crianças

Um dia ou todos os dias?

Apresentar novas propostas em defesa dos direitos das crianças, promover iniciativas várias ou cruzar o jogo infantil com a defesa do ambiente são outras tantas formas de assinalar o Dia da Criança. Que é essencial não restringir a um único dia.

A segurança das crianças foi o tema da conferência de imprensa promovida por «Os Verdes» no Jardim da Estrela, no passado dia 1 de Junho. Em causa estão propostas legislativas a apresentar em diferentes áreas, da segurança nos transportes colectivos de crianças a uma rede nacional de tempos livres, passando pelo levantamento das condições de segurança dos nossos parques infantis.

O Partido Ecologista dirigiu ainda um requerimento ao Governo para que seja feito um levantamento das escolas do ensino básico que dispõem de cantina, tanto

mais que a refeição tomada na escola é, para numerosas crianças, a única refeição completa de que dispõem.

A refeição tomada na escola é, para muitas crianças, a única refeição

As comemorações do Dia da Criança foram aproveitadas pela Associação Portuguesa de Direito do Consumo para reclamar educação para o consumo nas escolas, devido à vulnerabilidade das crianças e jovens. Uma medida que, aliás, já consta da Lei do Consumidor e que se justifica tanto mais quanto, ao nível da publicidade, ninguém cumpre nem faz cumprir as restrições impostas pelo respectivo Código. Pelo que a educação para o consumo é fundamen-

tal para estimular o espírito crítico das crianças e jovens.

Em Santiago do Cacém, 1300 alunos de 25 escolas do concelho participaram no projecto de educação ambiental «Vamos colorir o ambiente» que culminou na Semana do Ambiente, entre 5 e 9 de Junho. Ao longo desta semana, no Parque Municipal de Feiras e Exposições, estão expostos os trabalhos que foram realizados durante o ano lectivo. Sábado irá realizar-se um *Workshop* subordinado ao tema «Educação Ambiental: como alargar?».

No Barreiro, ao longo desta semana, os alunos da Escola de Palhais vão estabelecer contacto, nalguns casos pela primeira vez, com computadores, *software* e formadores da área da informática. Uma iniciativa que se insere no âmbito do projecto «A informática vai ao encontro de crianças em zonas carenciadas» e visa nomeadamente estimular crianças do meio rural para a aprendizagem futura.

Um modelo defeituoso

• José Sarabando

Há dias, o «Público», que se distinguiu na cruzada do *ranking* das escolas, chamava à primeira página a «fantástica» revelação da avaliação oficial dos estabelecimentos de ensino, objectivo pelo qual o PSD tanto se encarniçara. Não se trata de nenhuma proeza jornalística, tantas eram as pessoas e entidades envolvidas no processo e conhecedoras dos resultados. Mas o que importa aqui reter é o argumento principal utilizado pelo seu director para divulgar o que, «pudicamente», era guardado pelo Ministério. Tratar-se-ia, nas suas palavras, de habilitar os pais e as famílias a escolher o melhor estabelecimento de ensino para os filhos – ou seja, a ousadia do «Público» em violar a reserva do Ministério justificava-se pelo dever de assegurar a liberdade de escolha dos cidadãos. Este é, de facto, o mais cínico dos argumentos. Porque a «liberdade» a que José Manuel Fernandes se refere é apenas a «sua liberdade» e de uma parte dos portugueses, mas não é a «liberdade» de todos os portugueses. A liberdade de escolha é, aliás, a consigna das forças mais conservadoras que na Europa procuram obter para o ensino privado, confessional ou meramente comercial, privilégios e recursos financeiros do Estado à custa do sistema público. Aplica-se à Educação, como se aplica à Saúde ou à Segurança Social.

Seguir o modelo anglo-saxónico parece ser o objectivo. Nele são as próprias escolas privadas que escolhem os alunos, em nome da «sua» excelência, procurando reservar para si próprias a qualidade, e para o povo, em geral, lá estão as escolas públicas.

Não estamos perante qualquer procedimento comum a todos os países da União Europeia que, por tal motivo, pudesse ser invocado como sinal de modernidade.

Bases falsas

A classificação das escolas insere-se na doutrina e no conjunto de reformas

inicialmente delineadas pelo antigo ministro Roberto Carneiro e mais recentemente impulsionadas pelo ministro Marçal Grilo, que têm desregulado e enfraquecido o sistema público.

A questão de fundo não reside, no entanto, na divulgação de resultados, como exigia o PSD, mas o facto de a avaliação ordenada pelo governo obedecer a um modelo uniforme; e por isso inadequado para retrair uma realidade tão rica, variada e complexa.

De facto, parte de duas bases visivelmente falsas, mesmo para o mais desprevenido dos cidadãos.

Primeiro, porque compara escolas que não podem nem devem ser comparadas, independentemente do valor e do profissionalismo dos docentes e demais participantes da comunidade educativa. Na verdade, como pode comparar-se uma escola mal equipada ou situada num meio social degradado com outra com muito melhores condições nesse plano?

Segundo, porque os critérios da própria avaliação são inaceitáveis. Nos guiões que operacionalizaram a avaliação foram incluídos itens de natureza quantitativa e outros de natureza qualitativa, e com estes dados, que são incompatíveis entre si, foi elaborada a síntese valorativa.

As bases são, deste modo, incongruentes, e o produto final necessariamente defeituoso, por muito meritório que seja o esforço de quem nele trabalhou.

Um projecto deste tipo obrigaria a uma fase experimental num número restrito de escolas, mas como modelo monolítico é impraticável para todo o País.

A lógica intrínseca do modelo adoptado e imposto pelo Ministério tende a acentuar assimetrias entre escolas e a cristalizar desigualdades sociais, ao mesmo tempo que promove a elitização do ensino.

Malhas que o PS tece...

Teatro no Nordeste Transmontano

«É sempre positivo o sabermos que se está a construir algo para o futuro.» São estas as primeiras palavras do breve texto – *Duas pala-*

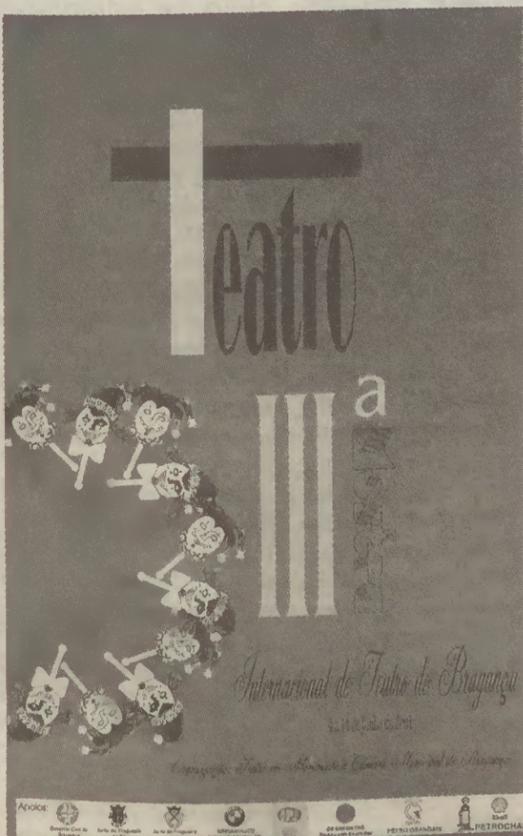
bras para dois momentos – de apresentação de significativas iniciativas na área do teatro no Nordeste Transmontano.

Pelo terceiro ano consecutivo, o Teatro em Movimento e as câmaras municipais de Bragança e Torre de Moncorvo organizam a Mostra Internacional de Teatro de Bragança e o Encontro Internacional de Teatro de Torre de Moncorvo.

Os eventos decorrem entre 4 e 14 de Junho e, este ano, contam com uma participação mais variada e maior número de presenças internacionais.

Participam, nestas iniciativas – a nível nacional – grupos de teatro do Porto (Caixa de Pandora), Lousada (Jangada), Covilhã (Teatro das Beiras), Leiria (Teatro), Beja (Jodocus), Évora (Trulé), Ansiães (Escola Profissional), Bragança (Teatro em Movimento) e Almada (Teatro Extremo). De fora, vêm grupos de Espanha (Huelva e Madrid) e Inglaterra.

Na nota de apresentação – crítica em relação à política implementada nesta área – fica um voto. Que a tenacidade dos que querem fazer algo no campo cultural prevaleça, «mesmo com todo o cansaço e desencanto que possa existir perante o descalabro da cultura existente no nosso país».



O ensino que temos ... e não queremos!

Sandra Pimenta

Maio de 2001. Mês de eleição para milhares de estudantes em

Portugal que aproveitaram mais uma ocasião para festejar a sua condição, quer na chamada «queima das fitas» quer nas famosas semanas académicas organizadas um pouco por todo o país. Assim, todos os motivos foram válidos para as comemorações. Mas se a festa dura alguns dias, já a avaliação do desempenho destes estudantes é mais prolongada. E não se pode dizer que os resultados tenham sido dos mais positivos.

É que na mesma altura em que se cantava e se pulava de contentamento, a Comissão Europeia (CE) não encontrou grandes motivos para pular e cantar com os estudantes, pelo menos, não com os portugueses, ao divulgar um estudo, realizado em 1999, com os mais recentes dados sobre os níveis de escolaridade.

admitindo para quem ainda estiver interessado em ouvir que «Portugal figura atrás da média comunitária em termos de habilitações escolares porque os indicadores não reflectem ainda os avanços em escolarização recentes no conjunto das habilitações académicas dos activos...». Palavras para quê? É um ministro português a falar!!!

E enquanto a CE realizava estudos a nível europeu, o governo português decidiu mandar fazer uma «avaliação integrada» a 329 escolas portuguesas, a que podemos dar o pomposo nome de radiografia pois no fundo é disso mesmo que se trata. Uma radiografia a algo que não está bem!!!

E que o estado da educação em Portugal não está nada bem, isso sabemos nós. Coloquemos então o governo português no papel de um médico que ao aperceber-se (tardamente!) que nem tudo vai bem, manda o paciente, neste caso as escolas, efectuar um exame mais profundo. A tal radiografia!

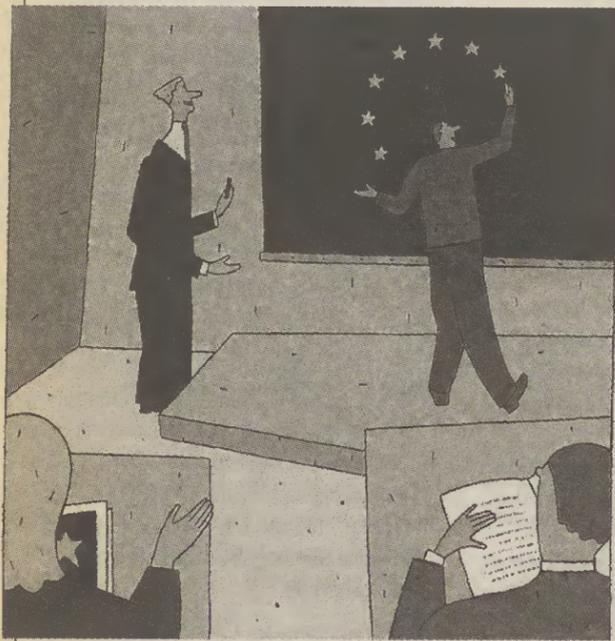
Os menos qualificados

E o que revelou esta fotografia mais cuidada? Entre outros que a qualidade do serviço prestado carece de uma melhoria significativa. Que a taxa de aprovação no ensino básico vai baixando de ciclo para ciclo. Que 57% dos alunos acabam o 9.º ano com negativa a pelo menos uma disciplina e que em cada três alunos aprovados no mesmo ano chumbaram a matemática.

Também os alunos dos cursos gerais mereceram uma análise mais rigorosa, que demonstrou que metade dos alunos chumba no 12.º ano. E nos cursos tecnológicos essa percentagem aumenta para 58%. Querem que continue???

Após esta primeira avaliação o governo faz questão, uma vez mais, pela voz do ministro da Educação, Augusto Santos Silva, de esclarecer possíveis deturpações aos números, fazendo questão de «... sublinhar os riscos: é apenas uma pequena fatia dos estabelecimentos que existem no nosso país», para que aqueles, menos habilitados e habituados a analisar tabelas e a fazer cálculos não se enganem e «possam de uma vez por todas encarar o sistema educativo português com o optimismo e o respeito que ele nos merece». Já muito se escreveu sobre o insucesso dos alunos no nosso país. Analisaram-se números, fizeram-se contas e os resultados nunca foram dos mais animadores. Somos os que deixam a escola mais cedo. Os que menos completam o secundário. Somos os que temos menos diplomados. Basicamente, somos os menos qualificados da UE.

Estes dados são preocupantes e após a leitura e análise destes números está mais que provado que o ensino mudou e a escola não se adaptou, ficou parada no tempo. É necessário e urgente que um debate para reflectir sobre o futuro do ensino em Portugal seja lançado. Cabe-nos a nós, intervenientes da sociedade que nos rodeia, não desistir desse direito que tão justamente nos assiste. Queremos significativas melhorias dos serviços prestados... e já!!!



Portugal, como já vai sendo hábito nestas coisas de estatísticas europeias, está colocado na cauda da Europa. Senão vejamos o que diz a CE: 46% dos jovens entre os 18 e os 24 anos abandonam a escola apenas com a escolaridade obrigatória ou nem sequer isso. A média comunitária é de 21%. Comparações com países como a Finlândia e a Suécia (com 10% e 7% respectivamente) são pura coincidência! Ainda segundo este estudo do Eurostat (Gabinete de estatísticas das Comunidades Europeias), Portugal destaca-se pela negativa, quanto ao número de jovens que completam os estudos secundários, com apenas 35%. A média comunitária é de 71%. No entanto, em termos relativos, o desempenho dos portugueses consegue ser bastante mais animador. Embora Portugal esteja ainda longe de estados-membros como a Finlândia e a Suécia onde 31 e 29% dos cidadãos possuem um diploma universitário, o país atinge a fasquia dos 10% de pessoas que concluíram com sucesso o ensino superior.

Conversa de ministro

Apesar do quadro negro que é apresentado, o Ministério da Educação desdramatiza a situação, afirmando aos quatro ventos que «estes dados são sobejamente conhecidos, mas é necessário fazer uma ressalva, os dados são referentes a 1999, e nem toda a faixa etária estava abrangida pela escolaridade obrigatória de 9 anos...». E não se contentando com estas justificações vai ainda mais longe,

Relatório de socialista português defende aceleração do federalismo na UE

Parlamento maximalista

Da autoria do eurodeputado António José Seguro (PS) e do popular espanhol Méndez de Vigo, o relatório apresenta uma visão crítica do Tratado de Nice considerando-o insuficiente.

A deputada, do PCP, Ilda Figueiredo classificou o relatório de «maximalista» e realçou as contradições entre o texto aprovado e as posições assumidas em Portugal pelo primeiro-ministro António Guterres. É que enquanto que em Portugal, o Governo achou que o Tratado de Nice correspondia ao desejo dos portugueses, no parlamento, os socialistas acharam que não se foi tão longe como se devia.

Numa nota do gabinete de imprensa dos deputados do PCP no PE, os comunistas condenam esta posição salientando que seria melhor para o interesse nacional que o relatório criticasse «os avanços federalistas» de Nice e «as consequências negativas para os estados de menor dimensão».

Entre estes está nomeadamente «a extensão da decisão por maioria qualificada, pondo em causa o

direito de veto por parte de um estado-membro quando esteja em causa a defesa dos seus interesses fundamentais – como nos acordos comerciais e na política estrutural, mesmo que de forma condicionada»

Eurodeputados do PS são mais federalistas que Primeiro-Ministro

O tratado de Nice prevê ainda «a flexibilização do mecanismo das cooperações reforçadas, possibilitando a criação de um núcleo duro e o reforço no poder de decisões das

grandes potências da UE – ao nível da ponderação de votos e bloqueio de decisões no Conselho».

O PCP sublinha ainda que as decisões tomadas no final da presidência francesa apontam para «o fim do princípio da presença de todos os estados membros na Comissão Europeia após o alargamento e o reforço do controlo de um estado-membro pelos restantes».

Por tudo isto, os deputados do PCP não têm dúvi-

das: «O Tratado de Nice, mesmo ficando aquém dos desejos de alguns dos mais fervorosos federalistas, e apesar das contradições evidenciadas, é mais uma etapa no processo de aprofundamento da integração de orientação federal, iniciada em Maastricht, com consequências para soberania nacional.»

O PCP considera igualmente «inaceitável que o relatório critique a decisão, tomada em Nice, de aumentar o número de deputados do PE para permitir uma composição mais pluralista após o alargamento».

Por último, os deputados do PCP observam que «o relatório insiste na aceleração do processo de preparação de um novo tratado, quando o Tratado de Nice nem sequer foi ratificado pelos parlamentos nacionais», facto que consideram «inadmissível», tanto mais que «surge num momento em que são avançadas propostas que apontam para o reforço de orientações federalistas, mas que também salientam contradições existentes – nomeadamente quanto ao ritmo de mudança, ao modelo institucional e à definição da UE».

Por proposta do PCP Frota nacional acede à Gronelândia

A Direcção Regional de Aveiro do PCP congratula-se que, por proposta do PCP, o Parlamento Europeu tenha aprovado uma alteração no protocolo de pescas com a Gronelândia no sentido de garantir que todos os estados-membros tenham acesso às possibilidades de pesca.

Os comunistas recordam que, em Julho do ano passado, a deputada, do PCP, Ilda Figueiredo, numa deslocação ao distrito, teve a oportunidade de discutir com o Sindicato dos Trabalhadores das Pescas do Norte e com a ADAPI – Associação dos Armadores das Pescas Industriais, o processo de negociação do Acordo de Pescas UE/Gronelândia, que na altura decorria.

Deu então conta da posição assumida pelo PCP, de que as quotas de pesca não utilizadas deveriam ser redistribuídas e que Portugal deveria ser considerado nessa redistribuição.

Tal exigência baseava-se no facto de a frota portuguesa de pesca longínqua ter sofrido, desde a década de 90, uma brutal redução de 52 navios-fábrica para os actuais

14, sobretudo devido à falta de quotas de pescada que rentabilizassem este segmento de frota, considerando-se a existência de um défice de 12 mil toneladas de quota, para viabilizar a frota existente.

Deveria ainda ser tido em conta o facto de Portugal, desde os anos 30, sempre ter pescado na Gronelândia, apesar de, por má negociação aquando da sua entrada na UE, a situação se ter alterado ao abrigo do Acordo de Pescas UE/Gronelândia, assinado em 1985, que deu possibilidade de pesca, a algumas frotas da UE, de 140 mil toneladas, das quais 114 mil vão para a Alemanha (80 por cento), sendo o remanescente distribuído pelo Reino Unido, Dinamarca e França, e ainda o facto de a Alemanha não ter capacidade de utilizar a quota existente (só utiliza 12 por cento), permitindo que a Gronelândia revenda a quota não utilizada a outros países, que não pertencem à UE.

Incúria do Governo

Na altura, foi denunciada a incúria do Governo português

dado que, em resposta a uma pergunta de Ilda Figueiredo, o Comissário Franz Fischler, afirmou que estando cientes do desejo de Portugal de «obter uma redistribuição das quotas de captura nas águas da Gronelândia» não recebera «nenhum pedido formal».

Entretanto, o processo continuou. O novo protocolo UE/Gronelândia, para o período 2001 a 2006 diminuiu as possibilidades de pesca (com reduções de mais de 90 por cento no bacalhau, 40 por cento no cantarilho e 50 por cento no verdinho), com o argumento de que se aproxima da realidade da captura efectiva.

No entanto, a questão fundamental de garantir possibilidades de pesca a frotas de outros estados-membros, com capacidade de aproveitar as possibilidades de captura previstas, só foi resolvida mediante uma proposta dos deputados do PCP que foi aprovada na sessão do passado dia 16 de Maio, correspondendo assim às reivindicações do sector em Portugal.

Igualdade no emprego

O Parlamento Europeu aprovou um relatório que vem reforçar as disposições comunitárias sobre a igualdade de tratamento entre homens e mulheres no que se refere ao acesso ao emprego, à formação e promoção profissionais e às condições de trabalho. Durante o debate, os deputados comunistas, que votaram favoravelmente a versão final, apresentaram várias propostas que, como referiu Ilda Figueiredo, «resultaram de reuniões de trabalho em Portugal, com activistas sindicais de sectores de actividade onde predominam mulheres, designadamente do comércio e serviços, das indústrias, vestuário, calçado e material eléctrico e electrónico». Apesar de nem todas as propostas do PCP terem sido aprovadas, o relatório foi considerado positivo ao referir a «necessidade de impedir qualquer discriminação das mulheres trabalhadoras por causa da gravidez e da maternidade, a defesa da necessidade de tomar medidas necessárias para conciliar a vida família e a vida profissional e o aumento das restrições à possibilidade de qualquer discriminação no acesso ao emprego». Ilda Figueiredo salienta ainda o «conjunto de alterações positivas na área do combate ao assédio sexual no local de trabalho e a defesa de medidas de prevenção e de acções positivas na defesa da igualdade enquanto persistir a discriminação».

Segurança do E-mail

A Comissão Parlamentar europeia de inquérito ao sistema de escutas electrónicas Echelon convida os particulares da Europa a encriptarem as mensagens de correio electrónico para evitar que sejam acedidos pelos serviços de espionagem norte-americano, britânico e canadiano. Num projecto de resolução, os membros da Comissão Parlamentar aconselham em particular as empresas a adoptarem esta medida, considerando que «um correio não encriptado assimila-se a uma carta sem envelope». «A segurança das empresas apenas pode ser assegurada se protegerem o conjunto do ambiente de trabalho, assim como todos os meios de comunicações que servem para transmitir informações sensíveis», sublinha o documento. O documento convida, além das instituições europeias, as administrações dos estados-membros a recorrerem também «sistematicamente» à encriptação do correio electrónico. A comissão parlamentar dá ainda como certa a existência de um sistema de interceptação internacional de comunicações, que agrupa os Estados Unidos, o Reino Unido, o Canadá, a Austrália e a Nova Zelândia, designado por Echelon. O documento será submetido no final de Junho ao voto dos membros da comissão parlamentar, antes de ser discutido e votado pelo Parlamento Europeu em sessão plenária em Setembro.



Os processos de privatização e liberalização do mercado eléctrico europeu colocaram à mercê dos gigantes do sector empresas com importância estratégica nacional

França quer dominar sector energético Assalto às eléctricas

A Comissão Europeia anunciou a abertura de um inquérito aprofundado à entrada da francesa EDF na eléctrica espanhola Hidrocantábrico, através da sua participação na alemã EnBW, por suspeitar que possa violar as regras da concorrência.

A EDF (Electricité de France) tem uma participação de 34,5 por cento na EnBW, empresa que, juntamente com a espanhola Ferroatlántica, comprou 60 por cento do capital da Hidroeléctrica del Cantábrico, através de uma oferta pública de aquisição.

A Comissão Europeia teme que, depois de assegurar uma presença significativa no mercado espanhol de electricidade, a EDF deixe de ter interesse em aumentar a capacidade de interconexão entre França e Espanha, que é já bastante limitada, impedindo na prática as importações de outros países europeus.

Actualmente, a EDF é a principal concorrente estrangeira das eléctricas de Espanha. Porém, se for bem sucedida na sua tentativa de se implantar neste país, a empresa vai desejar controlar o mercado usando de todos os meios ao seu dispor e que neste caso específico são enormes. Basta recordar que todas as importações de electricidade (com excepção das provenientes de Portugal) têm de transitar através da rede e das interconexões francesas, propriedade da EDF, que fica assim com a faca e o queijo na mão no que respeita ao mercado ibérico da electricidade.

A limitação da capacidade de interconexão poderá funcionar, também, como um obstáculo para eventuais exportações da Península Ibérica para França.

A ameaça do monopólio

Perante este cenário, o comissário europeu da Con-

corrência, Mário Monti, citado pela Agência Lusa, apressou-se a realçar, na passada sexta-feira, a pronta intervenção do órgão a que pertence.

Comissão Europeia investiga violação da concorrência

Segundo afirmou, «esta decisão demonstra que sempre que existem motivos para intervir e aplicar as regras de concorrência no sector energético, tal como instou o Conselho de Estocolmo, a Comissão está disposta a actuar rapidamente. A incursão da EDF em Espanha, através da sua filial parcial EnBW, suscita sérias preocupações que justificam a decisão, adoptada, de dar início a uma investigação completa», disse.

Mas se o presente episódio (ainda longe do fim, já que a comissão dispõe de quatro meses para tomar uma decisão final) justifica um tal

regozijo da Comissão, fica por explicar a inacção, talvez impotência, face à agressiva política da EDF que, sendo já hoje a maior companhia do sector da Europa e de todo mundo, estabeleceu para si própria o objectivo de ser ainda maior, adquirindo todas as eléctricas privatizadas da Europa.

A estratégia traçada pelo gigante estatal gaulês não é segredo para ninguém. Contrariando impunemente as orientações liberalizadoras da Comissão Europeia, que levaram a maioria dos estados-membros a vender as suas empresas de electricidade e a abrir os respectivos mercados à dita concorrência, o governo francês não só decidiu manter a EDF como empresa estatal como se recusou a abrir mão do monopólio sobre o mercado interno.

Nesta posição vantajosa, a EDF lançou-se à conquista das suas congéneres europeias que se encontravam disponíveis nos mercados bolsistas. Ou seja, protegendo-se dos riscos da liberalização, a França foi lesta em aproveitar as facilidades por esta cria-

das adoptando literalmente a divisa que lhe subjaz: o mais forte fica com tudo.

Foi assim que comprou a britânica London Electricity e entrou no capital da alemã EnBW. No caso desta última, Mario Monti ainda estrebucou, mas o negócio acabou por se concretizar a troco de promessas de aplicação de algumas directivas comunitárias no mercado energético interno, as primeiras que conseguiu arrancar ao governo francês.

Também em Itália, a EDF conseguiu adquirir 20 por cento da holding Montedison, o que provocou no país uma reacção semelhante à que assistimos em Portugal quando da polémica aliança entre o Banco Santander Central Hispano (BSCH) e o grupo financeiro Champalimaud, vetada pelo Governo português, em 1999. A irritação italiana é tanto mais compreensível quanto a EDF adquiriu as acções da Montedison no maior segredo. Tal como o governo espanhol, também Roma decidiu suspender os direitos de voto da EDF na Montedison.

Entre dois fogos

No meio desta autêntica guerra encontra-se a EDP-Electricidade de Portugal que já controla 35 por cento da quarta eléctrica espanhola, em conjunto com a Caja de Aborro de Asturias, e viu os seus direitos suspensos pelo governo espanhol.

Em declarações à agência EFE, o secretário de Estado para os Assuntos Europeus espanhol considerou que «o problema que afecta fundamentalmente a EDP é o de ter capital público». Ramón de Miguel, que esteve no sábado, em Sintra, na primeira sessão plenária do Fórum Luso-Espanhol, disse que o seu governo negou à empresa eléctrica portuguesa os direitos de voto no conselho de administração da Hidrocantábrico, por se tratar de uma empresa estatal estrangeira que entra num mercado nacional liberalizado. De Miguel explicou que esta situação está «tipificada pela regulamentação espanhola que toma precauções para impedir a

penetração no mercado espanhol privatizado e liberalizado de empresas públicas de outros países».

Porém, tudo indica que o «veto» espanhol visa sobretudo opor-se ao expansionismo da eléctrica francesa, tanto mais que a empresa portuguesa, para além de estar praticamente toda privatizada, não tem dimensão para assustar os seus concorrentes de além-fronteira. De resto, a lei aprovada em 1999, que permite a suspensão de direitos de voto, é conhecida com «Ley EDF», o que não deixa margem para dúvidas.

Mas se nesta história não há justos, a verdade é que quem está a pagar é a EDP, cujas cotações bolsistas não dão sinais de recuperação. Pioneira do capitalismo popular em Portugal, a EDP tem vindo a desiludir uma grande massa de pequenos investidores que nela depositou as suas poupanças julgando tratar-se de um valor seguro.

«The Times» vota trabalhista

O conservador diário britânico «The Times» decidiu pedir na edição de terça-feira aos seus leitores que votem no Partido Trabalhista nas eleições gerais que hoje, quinta-feira, se realizam no país. O jornal faz questão de notar que toma «pela primeira vez na sua história», explicando que o executivo trabalhista consolidou muitos aspectos defendidos pela ex primeira-ministra conservadora Margaret Thatcher na década de oitenta. Por seguir essa orientação, prossegue o editorial do jornal, «nestas eleições, o Partido Trabalhista merece o voto dos reformadores», já que «a maioria dos frutos dos anos 80 parecem seguros nas mãos do senhor Blair».

Fraude na União

A fraude e a corrupção nos países da União Europeia causaram no ano passado prejuízos no valor de 400 milhões de contos (dois mil milhões de euros), sendo que a maioria dos casos foram detectados em Itália e na Alemanha. Segundo a Comissão do Orçamento, Michaele Schreyer, um em cada quatro casos documentados de fraude registou-se na Alemanha. A agro-pecuária é o sector mais visado, especialmente por irregularidades nos processos de subvenções, com um total de 940 casos envolvendo cerca de 12,2 milhões de contos (61 milhões de euros). Em Itália, embora a quantidade de fraudes seja menor, o seu valor atingiu um montante superior estimado em cerca de 55 milhões de contos (275 milhões de euros). A comissão, em declarações na terça-feira ao diário «Die Welt», reconhece que estes números pecam por defeito, uma vez que se referem apenas às infracções documentadas, havendo países, como a Grécia, que não comunicaram nenhuma irregularidade na utilização dos fundos comunitários. Em toda a União, no ano passado, foram denunciados cerca de 6.600 casos.

Checos aceitam transição

O vice primeiro-ministro da República Checa, Pavel Rychestsky, afirmou na terça-feira, em Bruxelas, que o seu país aceitará a proposta para o alargamento da UE que estabelece uma moratória para os trabalhadores dos países candidatos de leste. «Queremos ser construtivos. Vamos aceitar os períodos de transição», disse aquele governante, referindo-se à proposta dos Quinze de impedir a livre-circulação durante sete anos, medida que é exigida pela Áustria e pela Alemanha. Por seu lado, a Hungria apresentou uma proposta em que pede reciprocidade dos Quinze; ou seja, só aceitará regimes especiais caso possa aplicá-los também em relação a trabalhadores comunitários.

Irão critica EUA

Em vésperas das eleições presidenciais no Irão, o presidente Mohammad Khatami acusou os EUA de cederem a «certos lobbies», impondo sanções ao Irão que vão contra os interesses nacionais norte-americanos. Khatami, que conta ser reeleito, afirmou que cabe aos EUA mudarem a sua posição a fim de restaurar as relações entre os dois países, suspensas desde 1980. «Os governantes dos Estados Unidos estão sob a influência de certos lobbies e continuam a ignorar os interesses de seu próprio país, de sua economia e de suas empresas. Está muito claro que eles têm que mudar», disse o presidente iraniano.

As sanções norte-americanas ao Irão expiram no próximo mês de Agosto, devendo a sua renovação ser debatida no Congresso.

Médio Oriente

Cinco hectares de terras agrícolas foram destruídos no sector autónomo palestino, no centro da Faixa de Gaza, informou um responsável da segurança palestina. Segundo testemunhas, os israelitas puseram ainda arame farpado junto do colonato judeu que foi alvo de um obus de morteiro sem fazer vítimas. Entretanto, Javier Solana afirmou que é necessário criar condições para um encontro entre o primeiro-ministro israelita e a Autoridade Palestiniana, encontro esse que «só pode acontecer após um período de cessar-fogo».

CNRT extinto

O Conselho Nacional da Resistência Timorense (CNRT) vai ser extinto no dia 9 de Junho, dando lugar a uma associação de Veteranos da Resistência. As cerimónias da extinção do CNRT começaram terça-feira com uma «conferência extraordinária para a dissolução do movimento», onde entrevistaram Xanana Gusmão e o bispo Ximenes Belo. O presidente do CNRT falou sobre a história da libertação do território, enquanto o prémio Nobel da Paz discursou sobre a «visão da igreja no processo do movimento». A cerimónia oficial do encerramento do CNRT faz-se no sábado no Estádio de Dili. Xanana Gusmão, Ximenes Belo e Sérgio Vieira de Mello intervêm nesta cerimónia.

Recolher obrigatório no Nepal

O governo nepalês decretou esta semana o recolher obrigatório na capital, Katmandu, na sequência de violentas manifestações na cidade, que provocaram dois mortos e vários feridos. A decisão foi tornada pública horas depois da coroação do novo rei do Nepal, Gyanendra, que foi declarado rei após a morte do seu irmão, Birendra, e do seu sobrinho, o príncipe herdeiro Dipendra, tido como responsável pelo massacre da família real, na passada sexta-feira. Antes de ser coroado, o novo monarca prometeu esclarecer as circunstâncias da tragédia de sexta-feira passada, no palácio real. Entretanto, atribuiu o sucedido a um acidente causado por «uma arma que, subitamente, explodiu».

Os confrontos iniciados em princípios de Abril na Cabília fizeram nos últimos dias 12 mortes, levando à convocação de marchas pacíficas de protesto

Argelinos contra repressão

Dezenas de milhares de pessoas manifestaram-se pacificamente em Argel em apoio à população de Cabília. No final, provocadores atacaram os manifestantes.

Várias dezenas de milhares de pessoas, segundo a Lusa, concentraram-se, quinta-feira passada, na Praça dos Mártires, em Argel, respondendo ao apelo da Frente das Forças Socialistas (FFS) argelinas, para exigir a criação de uma comissão de inquérito internacional aos incidentes que se registam em Cabília há cerca de um mês e meio.

Gritando palavras de ordem como «poder assassino», «gendarmes terroristas», «não a um Estado policial ou integralista», os manifestantes exigiram o fim da repressão, o levantamento do dispositivo policial, a retirada das brigadas das forças especiais, acusadas de assassinio, o reconhecimento do «tamazight» como língua nacional e oficial, e a anulação do novo código penal adoptado pela Assembleia Nacional Popular.

No final do comércio, quando os milhares de pessoas começavam a dispersar, um grupo de jovens vindos dos velhos bairros populares de «Casbah» começou a agredir os manifestantes.

À cabeça da manifestação estavam os principais dirigentes da FFS de Argel, bem como vários outros do Partido dos Trabalhadores (trotskista) que aderiram à iniciativa.

Jovens manifestantes vieram em defesa dos agredidos e iniciaram-se então confrontos entre os dois grupos, o que levou à intervenção das brigadas antiterror argelinas.

A Coordenadora Nacional da Defesa das Liberdades Democráticas (CDLD) lançou, por sua vez, um apelo aos argelinos, movimentos e associações e a «todas as forças sociais e políticas empenhadas em defender a democracia contra a repressão» para que participem, hoje, numa marcha nacional.

das forças de segurança. A família da vítima recusou esta versão e exigiu uma investigação «rigorosa», bem como a comparência do autor do disparo perante a justiça.

O incidente foi a gota de água que fez transbordar a revolta dos jovens cabílios, que se debatem sem perspectivas de futuro, sobretudo a nível de emprego, situação agravada por práticas de «arbitrariedade repressiva» da parte

das autoridades locais e regionais. A onda de violência na Cabília levou o Conselho da Ordem dos Advogados argelinos a realizar no domingo uma marcha, «pacífica e simbólica», até junto do Senado, em apoio da população da região e das reivindicações de «respeito pelas

liberdades, direitos humanos e Estado de direito» e pela anulação do Código Penal recentemente alterado.

O Conselho Deontológico dos Médicos apelou também para a realização de uma «marcha branca» da classe.

No dia 29 de Maio, milhares de profissionais do sector da Saúde marcharam pacificamente na cidade de Bejaia, segunda cidade de Cabília, «contra a repressão, a injustiça social e a negação da identidade».

No mesmo dia, em Argel, mais de 3000 estudantes manifestaram-se pacificamente em apoio da Cabília.



Integrismo igual a fascismo: manifestação da FFS em Argel

Vaga de protestos no país

Os confrontos na Cabília, que já causaram mais de 80 mortos, começaram a 18 de Abril, na sequência da morte de um jovem numa esquadra da polícia. Segundo a versão oficial, o jovem foi atingido por uma bala disparada «acidentalmente» por um agente

Termina greve dos PM no Brasil

Depois de 12 dias de greve, os cerca de 900 polícias grevistas que acamparam no interior do primeiro Batalhão da Polícia Militar (PMs) em Palmas, capital do Tocantins, decidiram na passada semana pôr um fim à greve que comoveu o Brasil.

Cansados e famintos, os soldados, cabos, sargentos e até oficiais deixaram o quartel sem que nenhuma reivindicação fosse atendida. A redução da jornada de trabalho, reajustes de horas extras e 47 por cento de aumento nos salários eram algumas das exigências dos PMs.

O fim da greve foi decidido após uma reunião entre o comando do exército e a procuradora-geral da Justiça, Jacqueline Adorno.

A presença do general Sérgio Mariano Cordeiro foi fundamental para o desfecho do caso. Falou com os PMs de-

xando a garantia de que não haveria retaliações; no entanto, os 13 dirigentes do movimento foram presos e levados para o Tribunal de Justiça do estado.

Com a desistência dos polícias e a prisão dos líderes, os 800 profissionais amotinados no quartel de Palmas deixaram o local com as suas mulheres e filhos.

O exército foi convocado para dar segurança à cidade enquanto duro o movimento, chegando a estacionar tanques em frente ao batalhão para intimidar os grevistas. Manifestações de solidariedade aos PMs realizaram-se na cidade de Palmas, com a distribuição de rosas e doces à medida que os polícias e as suas famílias saíam do interior do quartel. Soldados da PM de Minas Gerais, que fizeram a primeira greve da classe em 1998, solidarizaram-se com os grevistas.

Faisal Husseini morre no Koweit

Faisal Husseini, alto representante da Organização de Libertação da Palestina, morreu quinta-feira, vítima de ataque cardíaco, durante uma visita oficial ao Koweit.

«A Autoridade Nacional Palestiniana, a Organização de Libertação da Palestina e o Povo Palestino anunciam, com profundo pesar, a morte do herói Faisal Husseini, falecido no Koweit», reportou a estação de rádio Voz Palestiniana.

Husseini, com 61 anos, foi uma influente figura palestina que se distinguiu pelos esforços para dialogar com Israel.

Nos anos 80, depois de passar vários anos em prisões israelitas e sob prisão domiciliar, iniciou uma intensa actividade em prol da coexistência pacífica do seu povo com os israelitas.

Husseini, um autodidacta em hebreu, foi um convidado assíduo em programas de rádio e de televisão israelitas, nos quais explicava o ponto de vista palestino acerca da questão israelo-árabe.

O recente agravamento dos confrontos de Israel com os palestinos levou-o a adoptar uma posição mais dura. Morreu quando participava no Koweit num seminário onde o congelamento da normalização dos laços com Israel cons-

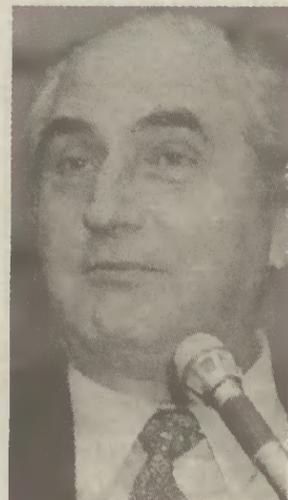
tituía o principal ponto a ser discutido.

Sentida homenagem

O presidente da Autoridade Palestiniana, Yasser Arafat, interrompeu o périplo que efectuava pela Europa e voltou ao Médio Oriente para participar no funeral de Faisal Husseini.

O caixão foi enviado de helicóptero para Ramallah, na Cisjordânia, onde milhares de palestinos se reuniram para prestar as últimas homenagens ao dirigente.

«Vá para o céu, amado mártir», declarou Arafat, na passagem do caixão, que foi carregado por oito oficiais da polícia palestina.



Arafat descreveu como uma perda terrível a morte de Husseini, reconhecido em grande parte do mundo como encarregado das Relações Exteriores dos palestinos.

Mensagem do PCP

O Secretariado do CC do PCP enviou ao Comité Executivo da OLP uma mensagem de «sentidas condolências» pela morte de Faisal Husseini. O texto, que exprime «os sentimentos de solidariedade dos comunistas portugueses», manifesta a convicção de que «a justa causa libertadora do povo palestino, à qual o camarada Faisal Husseini consagrou a sua vida, triunfará».

«Nesta hora de luto, queremos confirmar à OLP e suas componentes a activa solidariedade do PCP para com o povo palestino e a sua heróica luta contra o terror da ocupação sionista, contra o imperialismo, pela edificação do seu próprio Estado independente e soberano em território da Palestina», refere a mensagem dos comunistas portugueses.

Peru

Toledo eleito presidente

Alejandro Toledo venceu domingo a segunda volta das presidenciais, derrotando Alan Garcia, do Partido Aprista Peruano, por cinco por cento dos votos.

Quase sete meses depois da destituição do presidente Fujimori, os peruanos têm um novo presidente para o período de 2001-2006: Alejandro Toledo, de origem indígena, 55 anos, economista. A tomada de posse está marcada para 28 de Julho.

A vitória de Toledo põe fim à longa crise política vivida no Peru desde as fraudulentas eleições presidenciais de 2000, orquestradas pelo antigo presidente Alberto Fujimori.

Toledo liderou então manifestações de protesto contra Fujimori, que acabou por fugir do país, sendo posteriormente destituído, em Novembro do ano passado. Para além da fraude eleitoral, o ex-chefe de Estado hoje refugiado no Japão é acusado de estar envolvido em escândalos de corrupção juntamente com o seu homem forte e também foragido, Vladimiro Montesinos, ex-chefe do serviço de informações.

Toledo herda um país abalado por meses de instabilidade política, escândalos de corrupção e uma grave crise económica: mais da metade dos 26 milhões de peruanos vive com o equivalente a 1,5 dólar por dia.

A economia nacional baixou 2,5 por cento no primeiro trimestre deste ano e a taxa de desemprego nas áreas urbanas atinge os 7,4 por cento.

Durante a campanha eleitoral, Toledo prometeu criar um milhão de empregos, além de aumentar os salários, desenvolver a agricultu-

ra, a indústria e a educação, atrair investimentos estrangeiros e sanear os serviços públicos.

As palavras da vitória

Milhares de peruanos saíram à rua a comemorar a vitória. A sede da campanha eleitoral de Toledo, num hotel de Lima, foi pequena para acolher os que queriam celebrar com o candidato e ouvir a sua primeira intervenção após serem conhecidos os resultados eleitorais.

Toledo dedicou grande parte do seu discurso às Forças Armadas e de segurança, elogiando-as, mas também advertindo-as para que respeitem sempre a ordem constitucional. «Quero estender a minha mão às Forças Armadas e policiais que acreditam nas instituições», disse. «Quero dizer-lhes que sei distinguir o joio do trigo... Que fique claro: nunca permitiremos que os maus fiquem impunes.»

O presidente eleito apelou também a todos os sectores sociais e políticos para ajudarem a formar a unidade nacional «que permita enfrentar os grandes problemas e desafios do país».

Toledo dirigiu-se ainda à comunidade internacional para afirmar com clareza que «o Peru é e será um aliado sólido e sério, para avançar na integração». «Respeitaremos os nossos compromissos internacionais e vamos à procura de uma relação em pé de igualdade», concluiu.



Toledo, de origem quíchua, será o primeiro indígena a governar o país

Perfil do Presidente

Com 55 anos, saído de um meio pobre e filho de pedreiro, Alejandro Toledo efectuou uma surpreendente e rápida ascensão social.

Depois de ter exercido na infância os ofícios de ardina e engraxador nas ruas de Chimbote, conseguiu obter uma bolsa de estudo nos Estados Unidos e doutorou-se em economia pela Universidade de Stanford, São Francisco, tornando-se depois consultor do Banco Mundial.

Denominado «el Cholo», termo que designa os índios quechua e aymara, não hesitou em dar um cariz étnico ao seu discurso durante a campanha eleitoral, incitando os seus detractores a afirmar que ele queria reencarnar sozinho o Império Inca.

Toledo é casado com uma franco-belga, Eliane Karp, e tem uma filha que estuda em França.

Não se deixou intimidar pelos ataques pessoais que lhe foram feitos nos últimos meses. Foi acusado em particular de ter consumido cocaína e de mentir sobre a sua vida privada, recusou uma paternidade extraconjugal e a submeter-se a um teste de ADN.

Foi também posto em causa devido à gestão de uma doação de um milhão de dólares (220 mil contos), que lhe foram entregues pelo financeiro norte-americano George Soros, para apoiar a sua campanha eleitoral do ano passado contra o então presidente Alberto Fujimori.

Toledo desmentiu qualquer fraude e aceitou que fosse levantado o sigilo bancário sobre as suas contas e bens no Peru e no estrangeiro, mas recusou responder aos ataques sobre a sua vida sentimental, que fizeram as primeiras páginas dos jornais peruanos.

Peruanos querem julgar de Fujimori

A extradição de Alberto Fujimori será uma das principais tarefas do presidente eleito Alejandro Toledo, disse segunda-feira o ministro dos Negócios Estrangeiros peruano, Javier Peres de Cuellar, em San José Costa Rica.

Falando à margem da Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), que se realiza na capital costa-riquenha, Peres de Cuellar afirmou que as autoridades peruanas dispõem de inúmeras «provas contra Fujimori e Vladimiro Montesinos, duas pessoas do

mesmo calibre, e Alejandro Toledo deverá continuar a juntar essas provas para convencer o Japão» a extraditar o ex-presidente.

«A delinquência não deve ficar impune», disse o ministro peruano.

Fujimori, acusado de corrupção e de violação dos direitos humanos, possui não só nacionalidade peruana como também nipónica, graças à sua ascendência japonesa. Dado não existir um tratado de extradição entre o Peru e o Japão, as possibilidades de vir a ser extraditado são remotas.

AI apresenta relatório sobre direitos humanos

A Amnistia Internacional (AI) divulgou, na passada semana, o seu quadragésimo relatório anual sobre a situação dos direitos humanos no mundo, concentrando-se nos temas: globalização, tortura e pena de morte.

«O movimento a favor dos direitos humanos cresceu tanto em termos de força

quanto em números e consciência sobre os direitos humanos», afirma, no documento, o secretário-geral da Amnistia, Pierre Sane. «Ainda assim, a repressão, a pobreza e a guerra devastam a vida de muita gente», acrescenta.

O relatório, que documenta as actividades do

grupo durante o ano 2000, afirma que a Amnistia deu início a uma nova campanha para erradicar a tortura no mundo. Segundo o documento, «a pesquisa global da AI, que estudou os padrões da tortura, mostra que as vítimas mais comuns de tortura e maus tratos são criminosos e supostos con-

denados». O grupo, com sede em Londres, defende que os governos não se devem eximir de proteger a igualdade de direitos frente à globalização, que dá mais poder às corporações internacionais e às instituições financeiras.

«Os Estados têm de confrontar a sua cobardia, as suas omissões e os seus esforços para evitar responsabilidades», declarou o grupo. «Eles têm o poder, apesar das pressões externas, de fazer cumprir os direitos humanos, caso tenham vontade política para isso.»

A Amnistia continua entretanto a sua campanha contra a pena de morte.

Aumentam as execuções nos EUA

Indiferente às campanhas internacionais, o estado norte-americano de Oklahoma realizou a semana passada a sua décima terceira execução do ano. Vincent Allen Johnson, de 42 anos, condenado pelo assassinato de uma mulher, a pedido do marido da vítima e de um amigo, foi executado com uma injeção letal. O marido da vítima, Ted Holt, foi absolvido de acusação de homicídio. O amigo, John Crain, nunca foi levado a julgamento. Desde que em 1976 o Supremo Tribunal de Justiça suspendeu a moratória da pena de morte, 716 pessoas foram já executadas nos Estados Unidos,

Eleições no Kosovo

A missão da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) no Kosovo divulgou esta semana as regras que vão presidir às eleições legislativas previstas para 17 de Novembro naquela província sérvia sob administração da ONU.

Segundo o responsável da OSCE, Daan Everts, citado pela Lusa, será aplicado o sistema proporcional a uma volta, sendo o Kosovo considerado como «um único departamento».

O Parlamento a eleger terá 120 lugares, dos quais 20 serão repartidos entre as minorias da província: 10 lugares quatro os sérvios do Kosovo, 4 para os ciganos (romenos, ashkalis e egípcios), 3 para os bósnios, 2 para os turcos e 1 para os gorans (eslavos islâmicos). Os restantes 100 lugares serão disputados pelos partidos albaneses do Kosovo (maioritários na província), bem como pelos candidatos das minorias. Para ser eleito, cada candidato deverá ter pelo menos 10 000 votos.

As formações políticas que desejarem participar no escrutínio terão de se inscrever junto da OSCE entre 22 de Junho e 20 de Julho, enquanto as listas de candidatos de cada partido e as candidaturas de independentes deverão ser entregues durante o mês de Agosto.

Daan Everts informou ainda que para além das assembleias de voto no Kosovo (300), um número ainda não definido de outras deverá funcionar na Sérvia e no Montenegro para que a população que foi forçada a deixar o Kosovo possa votar. Calcula-se que pelo menos 200 000 sérvios e outros não albaneses fugiram do Kosovo desde Junho de 1999, quando a NATO tomou conta do território. A população não albanesa está agora reduzida a 110 000 pessoas.

A grande incógnita neste processo consiste justamente na atitude que os sérvios e as restantes minorias étnicas vão adoptar. Nas anteriores eleições municipais a população não albanesa recusou-se a participar, pondo em causa a legitimidade do escrutínio.

De acordo com Everts, as autoridades de Belgrado apoiam a iniciativa da OSCE, pelo que espera convencer os sérvios a aderirem ao processo. «Ainda não recebemos uma resposta segura sobre a participação dos sérvios nas eleições, mas a sua inscrição, encorajada pelos governos sérvio e federal de Belgrado, representará um passo em frente», disse.

A OSCE convidou já observadores internacionais e Organizações Não-Governamentais jugoslavas para acompanhar o acto eleitoral, e aprovou um orçamento de 22 milhões de euros (4400 milhões de contos) para a organização das eleições.

Relatório da AI denuncia

- Violações dos direitos humanos em 149 países e territórios
- 1457 execuções autorizadas pelos estados em 28 países
- Arábia Saudita, China, EUA, Irão e Iraque responsáveis por 88 por cento das execuções
- Assassinatos políticos em 61 países

- O número dos perseguidos políticos aumentou; em 63 países há presos por delicto de opinião
- Desaparecimentos injustificados registados em menos países
- Tortura e maus tratos de reclusos em mais de 150 países.



2.ª Assembleia

JCP da Amadora reforçada

A Organização Regional da Amadora da JCP sofreu um salto quantitativo importante nos últimos anos. Esta é uma das conclusões da 2.ª Assembleia da organização, que teve lugar no sábado, com a participação de dezenas de pessoas.

Ao longo dos últimos dois anos, foram dados passos significativos no fortalecimento de alguns colectivos e reforçada a intervenção dos jovens comunistas, com a criação de colectivos nas escolas secundárias Seomara da Costa Pinto, da Damaia e da Falagueira.

O secundário é, aliás, a área em que a JCP da Amadora tem maior implementação, não só pelo número de militantes (nomeadamente com novas adesões) como pela ligação ao movimento associativo e as recentes lutas. Actualmente, militantes da JCP estão ligados a todas as associações de estudantes do concelho.

«É notável a recuperação do colectivo do secundário: em poucos meses a Escola Seomara da Costa Pinto passou de quatro camaradas para 15 e a Escola da Amadora de dois camaradas inactivos para dez», sublinha a organização.

Referindo a importância dos colectivos de escolas, a JCP considera que é necessário promover mais actividades, como a organização de debates, a distribuição de propaganda, a promoção de abaixo-assinados e a colocação de faixas.

Apesar da actual situação actual, os jovens comunistas elegem como prioridade o reforço da ligação aos estudantes do secundário, a actividade regular dos colectivos de escola e contribuir para a luta pela construção de pavilhões gimnodesportivos.

Quatro anos de destruição

Nos últimos quatro anos de gestão PS da Câmara Municipal não houve qualquer política de juventude. Os jovens da Amadora viram mesmo os seus problemas agravados, nomeadamente com a destruição de praticamente todas as iniciativas e infra-estruturas que foram criadas ao longo dos mandatos da CDU.

«A nós, jovens comunistas, cabe-nos um papel importante no esclarecimento da juventude, alertando para o actual estado geral da autarquia e para a sua falta de preocupação com os jovens do concelho», lê-se na resolução.

«O Governo tenta criar uma nova geração de trabalhadores sem direitos, agravando a exploração dos novos trabalhadores e transformando-os em mão-de-obra barata ao serviço do patronato», denuncia a JCP.

Neste quadro, a organização da Amadora aponta como objectivos a participação em acções de propaganda nas empresas com um grande número de jovens trabalhadores e o desenvolvimento de uma luta contra as empresas de trabalho temporário, co-responsáveis pela exploração e precarização do emprego.

Bandas de Sintra

A Juventude CDU de Sintra vai realizar um concurso de bandas, no próximo dia 30, em Rio de Mouro. As inscrições devem ser feitas até dia 27 por tel. 21 914 23 36, fax 21 913 13 55 ou na Rua Elias Garcia n.º 60, 2735 Cacém.

O primeiro prémio é a actuação no Palco Juventude da Festa do Avante!, que este ano terá lugar a 7, 8 e 9 de Setembro. No acto de inscrição serão esclarecidas dúvidas e será distribuído o regu-lamento.



Assembleia da República debate petição assinada por milhares de alunos pela suspensão da revisão curricular

Estudantes do secundário exigem demissão de Santos Silva

Cansados de esperar por uma resposta do Governo, os estudantes do secundário exigem a demissão do ministro da Educação. Na semana passada, o Parlamento discutiu uma petição pela suspensão da revisão curricular.

A Delegação Nacional de Associações de Estudantes do Ensino Secundário exige a demissão do ministro da Educação, Augusto Santos Silva. E apresenta razões: «Até agora não conseguiu solucionar os problemas, não conseguiu ouvir os estudantes, os professores, os pais e o Conselho Nacional de Educação, e demonstra não conhecer a realidade das massas, os seus problemas e as suas debilidades.»

Entretanto, na sexta-feira foi discutida na Assembleia da República uma petição subscrita por milhares de estudantes a exigir a suspensão da revisão curricular, a implementação da lei da educação sexual, a progressiva eliminação dos *numerus clausus* no acesso ao superior e a melhoria das condições materiais e humanas das escolas.

Para a Delegação Nacional, mais uma vez ficou patente o isolamento do PS e do ministro da Educação, com todos os partidos da oposição a mostrarem-se favoráveis à suspensão da revisão curricular.

Os estudantes consideram «curioso» que esta discussão tenha sido agendada para o período das provas globais, impossibilitando os estudantes de comparecerem no Parlamento.

A delegação afirma ainda ser «inadmissível» que o

Ministério da Educação não tenha convidado nenhuma associação de estudantes para a apresentação da revisão curricular, agendada para o início desta semana. «Isso demonstra o desinteresse pela audição às associações», comenta.

Todos os partidos da oposição são favoráveis à suspensão da revisão

Braço de ferro

Durante a discussão da petição, a deputada, do PCP, Margarida Botelho acusou o Governo de, com a reforma, pretender desresponsabilizar-se das condições de financiamento, de equipamento e de oferta curricular das escolas, «desistindo do combate às desigualdades sociais e caminhando no sentido da elitização do sistema».

«No fundo, o que o Governo faz é abrir descaradamente a porta a que existam escolas e estudantes de primeira e de segunda», afirmou Margarida Botelho, no hemiciclo.

«É o próprio ministro da Educação quem admite que faltam os currículos, a avaliação, os programas, a organização e as condições materiais das escolas, a maior qualidade e quantidade dos meios humanos, a informação às escolas, aos estudantes e às famílias... Apece pois perguntar: porquê insistir numa reforma depois de um diagnóstico destes?»

Mais cantinas e residências para Trás-os-Montes

O actual modelo de Acção Social Escolar não corrige as assimetrias socioeconómicas do País. Esta é a principal conclusão de um debate sobre o tema, realizado na semana passada em Vila Real, por iniciativa da JCP.

Apenas 30 por cento dos alunos da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) são bolseiros, recebendo em média 22 mil escudos por mês, sendo que a bolsa máxima só é atribuída quando o rendimento do agregado familiar é zero. «A ajuda real para a qual as bolsas são criadas não passa de uma ilusão», acusaram os participantes.

Outra questão abordada no debate é o facto de a UTAD,

apesar de ter pólos em Chaves e Miranda do Douro, não possuir residências nestes locais. Em Chaves nem sequer há cantina. Em Vila Real, uma das residências é considerada de baixa qualidade, situa-se longe da cidade e não tem bar ou cantina.

À semelhança do que acontece noutros pontos do País, as actividades culturais e desportivas de massas praticamente não existem na UTAD. A responsabilidade da sua criação cabe à Acção Social, mas quem de facto toma iniciativa é a Associação Académica. No entanto, devido à falta de verbas e de infra-estruturas, poucas são as actividades promovidas.

Classificando a luta dos estudantes como «uma lição de participação democrática, de reivindicação de direitos e de defesa da educação pública, gratuita e de qualidade», a deputada considerou que «o comportamento do Governo, ao tratar a comunidade educativa como adversária num braço de ferro sem fim, é um bom exemplo do que é nesta área uma política de direita».

«O PCP não poderia estar mais de acordo com o conteúdo da petição», afirmou Margarida Botelho, lembrando que esta foi entregue há mais um ano, antes da publicação dos decretos-leis, exigindo ser ouvidos num processo que directamente lhes diz respeito.

Recordar-se que, em Fevereiro, o grupo parlamentar comunista propôs a suspensão dos decretos-leis da reorganização curricular do básico e da revisão curricular do secundário.

Recordar-se que, em Fevereiro, o grupo parlamentar comunista propôs a suspensão dos decretos-leis da reorganização curricular do básico e da revisão curricular do secundário.



Aveiro

Para quando o Parque Radical?

A JCP de Aveiro denunciou, em conferência de imprensa na sexta-feira, o incumprimento da promessa da Câmara Municipal de construir um Parque Radical, bem como o atraso no pagamento dos apoios às associações juvenis.

Há três anos, o executivo camarário comprometeu-se a pôr de pé um parque dedicado aos *skaters, bikers e in-liners* da cidade, mas estes ainda hoje esperam a sua concretização. A JCP fez circular um abaixo-assinado exigindo que a autarquia justificasse o não cumprimento da promessa e que seja permitido aos praticantes de desportos radicais participarem no projecto.

A Câmara de Aveiro ainda não deu nenhuma resposta nem qualquer sinal que mostrasse que está «empenhada em ir ao encontro dos anseios

e aspirações dos seus jovens munícipes», acusa a JCP.

«Mas, se o silêncio e o alheamento desta entidade em relação à questão do Parque Radical é grave e sintomática, mais grave é o senhor vereador Eduardo Feio afirmar que as promessas feitas aos praticantes foram cumpridas. Se foram, onde está então o Parque Radical? Ou será que para o senhor vereador um parque radical é um campo de futebol, em que as balizas foram substituídas por rampas que actualmente se encontram em avançado estado de degradação?», questionam os jovens comunistas.

Esta questão foi levantada pela JCP na reunião do Conselho Consultivo da Juventude, que teve lugar na sexta-feira, tal como o pagamento dos apoios às associações juvenis, inserido no PMAIJ, em atraso há largos meses.

• Manoel de Lencastre

Perante a Humanidade envergonhada

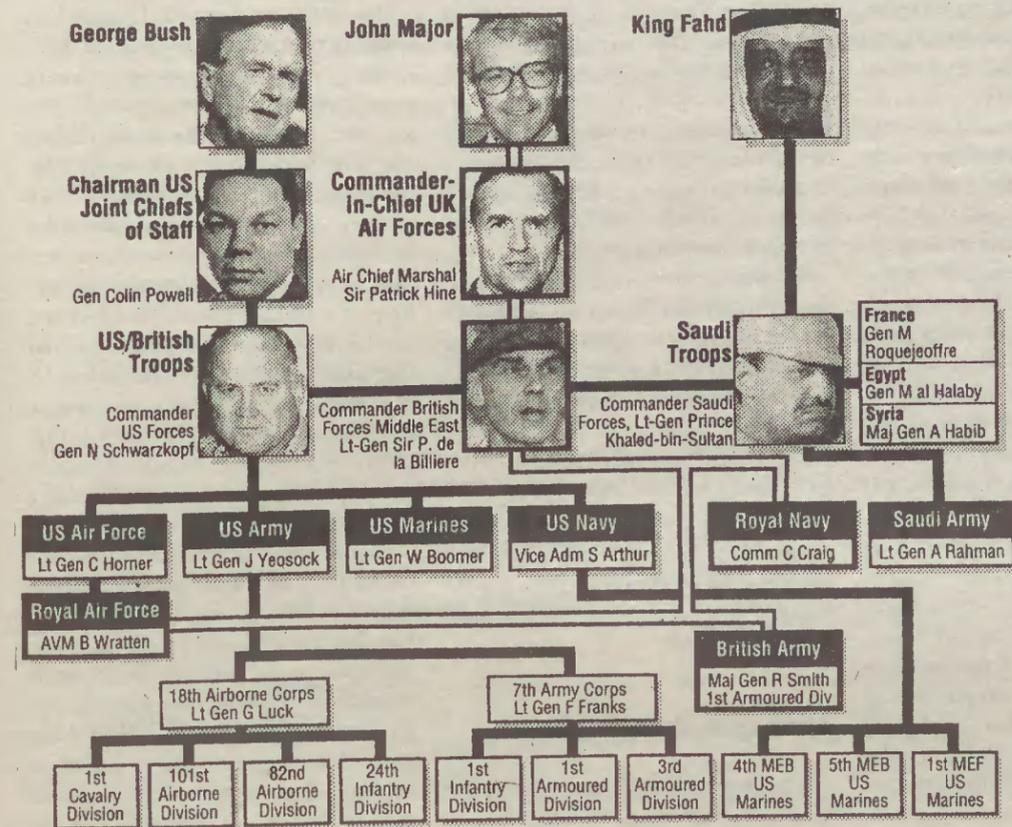
O saque aos vencidos

Dez anos e três meses após a assinatura do acordo de cessar fogo entre o Iraque e a força invasora liderada pelos Estados Unidos na guerra do Golfo, vale a pena recordar alguns factos relacionados com aqueles dias fatais. Tanques, helicópteros de ataque, aviões de combate procediam à destruição do exército iraquiano, no Sul.

As melhores unidades blindadas de Saddam, incluindo duas divisões da Guarda Republicana, estavam sufocadas ainda que algumas tropas tentassem abrir caminho para Bassorá.

negócios milionários nos mercados internacionais.

Numa conferência realizada a 20 de Março último em Bagdad com a presença de cerca de 140 historiadores de arte, arqueólogos e especialistas de História da Antiguidade, foi dito que a conspiração imperialista-sionista estava a proceder ao descarado roubo da herança histórica do povo iraquiano e que a mão de Israel se detectava em todas as investigações feitas. O doutor Donny George, subdirector do Museu do Iraque em Bagdad, salientou: «Fazer do coração ver o que fizeram à sala do trono do imperador da antiga Assíria,



Salvadores da Democracia no Kuwait

Mas, segundo o general americano Norman Schwarzkopf, comandante-em-chefe da operação «Desert Storm», não escapariam. Isto era a 27 e 28 de Fevereiro de 1991. Vinte e nove das quarenta e duas divisões iraquianas no teatro de guerra do Kuwait já tinham sido aniquiladas por um potencial de fogo, incluindo componentes nucleares, nunca visto. Dick Cheney, então secretário da Defesa e actual vice-presidente dos Estados Unidos, disse: «A mãe de todas as batalhas criadas por Saddam transformou-se na mãe de todas as retiradas.»

A pesada mão da História caiu sobre estes trágicos dias. Agora, o Iraque, apesar da coragem demonstrada pelo seu povo, jaz vergado ao peso das sanções criminosas das Nações Unidas servindo o despotismo triunfador dos imperialistas anglo-americanos. E enquanto o país procura sobreviver e, sob constantes e renovadas ameaças, reorganizar-se, seitas de ladrões bem organizadas percorrem-no. Objectivo: tirar partido da pobreza e do precário controlo do governo iraquiano em regiões mais distantes para se apoderarem de antiguidades que vêm de séculos da História do Homem e fazerem

Sennacherib. Descobrimos que muitas peças preciosas roubadas acabaram em Londres, incluídas em colecções particulares. O governo iraquiano está a pressionar o aparelho jurídico internacional para que tais peças não sejam restituídas.»

Esta conferência teve como principal ponto de referência a celebração do «nascimento» da palavra escrita, na Mesopotâmia, cinco mil anos antes da era cristã. Foi a celebração da cultura iraquiana, dez anos após o assalto de que foi vítima por parte dos novos bárbaros «democráticos». Pairava sobre aquela tão significativa comemoração uma atmosfera de revolta. Ao revelarem-se as investidas dos salteadores e contrabandistas idos do mundo das democracias industrializadas para o saque ao espólio cultural-histórico representado por tesouros únicos da arte da Suméria, da Babilónia e da Assíria, os delegados não conseguiram conter a sua perplexidade.

É quase impossível, compreende-se, impedir o funcionamento do mercado de antiguidades. Difícil, também, é provar que determinadas peças encontradas em museus ou colecções particula-

Koweit no mapa

O actual Iraque foi criado pelos imperialistas britânicos após a I Guerra Mundial. Nasceu de três províncias do Império Otomano – Bagdad, Bassorá e Mossul. Faisal, filho do rei Hussein, de Hijaz, e velho companheiro de T. E. Lawrence (1888-1935) nas guerras do deserto, tornou-se rei do moderno Iraque em 1921.

Todavia, no ano seguinte, os imperialistas convocaram uma conferência.

para fazer ver aos iraquianos pegou num lápis e traçou linhas num mapa, dizendo: «De aqui para ali é o Iraque, e de ali para aqui a Arábia Saudita.»

«E eu? Para onde vou eu?», perguntou Ahmad Al-Sabah, xeque do território do Kuwait. «Tu?», perguntou o Alto-Comissário que logo resolveu a questão declarando: «Tu, ficas aqui!» E apontou no mapa o território iraquiano, então sob protectorado britânico, que é o Kuwait dos nossos dias.

O Iraque histórico começou na Suméria, como sabemos, com um mosaico de cidades-estado, cinco mil anos antes de Cristo. Mas, para os imperialistas, esse facto nada representava. Foi na Suméria que se localizaram os chamados Jardins do Paraíso e nasceram alguns elementos básicos da civilização – a divisão do trabalho, a irrigação das terras, códigos jurídicos, a economia fundamentada no uso do dinheiro, a



A finalidade era a definição das fronteiras iraquianas, da Arábia Saudita e do Kuwait. Encontraram-se os representantes dos três países sob a presidência de Sir Percy Cox, Alto-Comissário britânico, numa tenda em Uqair, e o delegado iraquiano declarou: «Desde que Deus criou o mundo e a História começou a ser escrita, o território do Iraque estende-se para Sul até 12 milhas de Riade. A fronteira histórica iraquiana vai de Yanbu, no Mar Vermelho, até ao Qatar, no Golfo Pérsico.»

Ibn Saud, fundador do estado da Arábia Saudita, queria ser rei de tudo o que fosse terra desde o Eufrates. E Cox, pretendendo ser-lhe agradável

literatura, a teologia e até um sistema de matemáticas.

O país incorporava ainda a histórica Babilónia, lugar de uma das sete maravilhas do mundo, os Jardins Suspensos, que Saddam Hussein mandou reconstruir. Um dos mais célebres governantes babilónios foi Nabucodonosor II, que, na Bíblia, é descrito como conquistador da Palestina, destruidor do Templo e guia do povo hebraico para o exílio. Segundo Heródoto, reconstruiu e fortificou a cidade de Babilónia. Entre os dois impérios babilónicos, a Assíria, país de nómadas, floresceu na área de Mossul, e a sua glória verificou-se entre 721 e 627 a.C. quando reinaram Sargão III e Sennacherib.

res (estatuária, baixos-relevos, objectos esculpidos em metal ou pedra) tenham sido roubadas. No caso de baixos-relevos descobertos em Londres e provenientes do palácio de Sennacherib, o Iraque está a processar um conhecido colecionador de antiguidades. Este, contudo, declarou à polícia que tais obras tinham sido adquiridas em boa-fé a um intermediário suíço. E para demonstrar as suas líquidas intenções afirmou-se preparado para emprestá-las ao Museu das Terras Bíblicas, em Jerusalém...

Porém, a prova de que tinham sido roubadas forneceu-a um académico americano, o doutor John Russell. Este, em 1989 e 1990, tinha fotografado meti-

culosamente todos os baixos-relevos e demais objectos considerados importantes que existiam no palácio. Disse o Dr. Russell: «O saque do palácio de Sennacherib equivale, modernamente, ao de Niniva, antiga capital da Assíria, quando os babilónios a fizeram pasto do fogo no ano 612 a.C.»

Já o aventureiro britânico Austen Henry Layard tinha em 1847 procedido à «transferência» de valiosos baixos-relevos «desviados» daquele palácio. Acham-se, presentemente, no Museu Britânico e representam a campanha de Sennacherib contra a Judeia, de acordo com o «Sagrado Livro dos Reis». O negócio das antiguidades, como se vê, tem raízes no tempo.

Apocalipse

A reconstrução da antiguidade que o Iraque pretende confrontou-se em 1991 com a diabólica força multinacional recrutada e comandada por Schwarzkopf, para impor aos iraquianos a supremacia do capitalismo. A 12 de Janeiro, George Bush, presidente dos Estados Unidos, avisava o mundo da calamidade que se aproximava – uma calamidade imposta pelos homens do petróleo, sendo ele próprio um desses homens. As conversações de paz entre Tarik Aziz e James Baker acabavam, como os americanos desejavam, em total colapso.

A operação «Desert Storm» começou no dia 16, às 23.38h TMG, quando a aviação corsária dos «aliados» partiu

para criminosos ataques aéreos contra Bagdad utilizando bombardeiros de combate F15-E baseados na Arábia Saudita e A-6 estacionados nos porta-aviões que a marinha americana tinha deslocado para o Golfo. O ataque à capital iraquiana foi precedido de ondas de mísseis de cruzeiro disparados dos couraçados «Missouri» e «Wisconsin», também estacionados no Golfo. Às 00.47 do dia 17, o Ministério da Defesa britânico anunciou que os bombardeiros de ataque «Tornado» tinham levantado voo do Bahrain e tomado a rota de Bagdad. Minutos antes, a Casa Branca confirmara que a «guerra de libertação» do Kuwait «democrático» começara.

• Zillah
Branco

A ética no Senado

A vida política brasileira atravessa, por vezes, momentos de democracia que confirmam a possibilidade de vigência desse almejado regime. Nos últimos 20 anos, por pressão popular, foi declarado o *impeachment* do presidente Collor acusado de corrupção, e foram cassados os mandatos de vários vereadores, prefeitos, deputados e um senador, acusados pelas CPI (Comissões Parlamentares de Inquérito) por motivos que vão da falta de decoro aos crimes por corrupção, abuso de poder e até homicídios.

Durante o mês de Maio foram denunciados mais dois senadores por falta de decoro parlamentar que renunciaram aos seus cargos, antes da condenação, para não sofrerem o desgaste de um longo processo que é divulgado pela televisão, e a proibição por 8 anos de ocuparem cargos políticos.

Os dois senadores foram responsabilizados pela violação do painel electrónico que garantiria o secretismo do voto, pela ocultação do facto e da informação ao Senado da violabilidade do sistema, e por um encadeamento de mentiras públicas apresentadas aos senadores e ao país através da imprensa. Na época os dois *rackers* ocupavam os mais importantes cargos no Senado: um era o presidente e o outro o representante do Governo.

Depois de descobertas a fraude e as mentiras, desencadeou-se um debate promovido pela Comissão de Ética do Senado que foi totalmente transmitida pela televisão. O interesse da população foi tal que as lojas de electrodomésticos sintonizavam o canal que transmitia a sessão e o público se aglomerava para assistir. Nas casas reuniam-se familiares e amigos para acompanharem os debates que depois se prolongava entre eles. De norte a sul, em todo o Brasil, o povo viu ou ouviu

falar da importância da ética na política. Em palavras mais simples, descobriu-se que «a pouca-vergonha, a trapaça, a mentira descarada» são crimes de lesa pátria quando praticados pelos representantes do povo nas funções para as quais foram eleitos.

Consciência de cidadania

Grande aula de cidadania que reforça a consciência popular de que deve participar sempre e exigir que os governantes actuem com decência e correcção. Os que não têm capacidade ou carácter para ocuparem os cargos públicos devem ser expulsos, cassados de acordo com a lei. Em meio a uma injustiça epidémica que destrói a sociedade brasileira, este episódio ocorrido no mais alto escalão da estrutura de poder político foi uma lufada de esperança democrática que animou o povo já tão desencantado com um sistema político viciado e elitista.

O ex-presidente do Senado, António Carlos Magalhães, é um oligarca da Baía onde pretende voltar a ser eleito Governador nas próximas eleições. Recebeu manifestações de desagravo, da elite local, pelo processo de cassação, as quais reuniram, para surpresa de muitos, nomes famosos como Zélia Gattai, casada com Jorge Amado, as cantoras Gal Costa e Maria Betânia, além de outros que se têm servido dos benefícios do velho sistema patriarcal escravagista representado pela actual oligarquia.

Para limpar a imagem da bela capital baiana o povo, trabalhadores e estudantes, foi às ruas em portentosa manifestação contra a elite. Eles não esquecem que naquela região a independência do jugo colonial foi conquistada na luta popular um ano depois do «grito do Ipiranga» de D. Pedro, em São Paulo, que assinalou o divórcio com a sua real família portuguesa. Eles não esquece-



ram as famosas palavras de Castro Alves, o poeta da libertação dos escravos. Eles não esqueceram que a bela e turística Baía se sustenta sobre os ombros de uma população oprimida pela miséria e os desmandos de uma elite que construiu um muro para ocultar do olhar dos visitantes uma favela onde escorre o esgoto aberto causando todo tipo de enfermidade. Eles não esqueceram que os actuais bajuladores do senador cassado, do partido reaccionário, despontaram como profissionais da cultura quando eram de esquerda e se apoiavam no povo sofrido utilizando demagogicamente as imagens de sofrimento em benefício próprio.

A repercussão da cassação dos mandatos dos prevaricadores foi formadora da consciência de cidadania para o povo brasileiro, e ainda mostrou que aqueles senadores e os que os defenderam não têm qualquer vislumbre de consciência. Nada sabem sobre o valor do decoro, o sentido da ética, o dever de cidadão, a responsabilidade de quem é eleito pelo povo. Não entendem de dignidade e de democracia. Esta é uma segunda aula em benefício da formação política nacional.

A coragem da oposição

A outra grande lição que o povo pode tirar da informação aberta de todo este

episódio foi de que os que militam na oposição estão, necessariamente, à esquerda. E mais, que enfrentam uma dura resistência da estrutura de poder elitista capaz de usar de fraudes e difamações, mentir falando em honra, até que surja uma frente popular para sustentar a dignidade nacional.

Dentre os senadores que lutaram bravamente pelo respeito à ética, em defesa da integridade do Senado, havia representantes de diversos partidos, até mesmo o do Presidente da República que teve de destituir o seu antigo líder e expulsá-lo dos seus quadros. O brio e o compromisso com os eleitores foi mais forte que a habitual conduta partidária. Viu-se, como quando ocorre uma revolução, que cada um deu o melhor de si e quem não tinha o que dar declarou-se «fiel ao dono oligarca». Os discursos, com ou sem a preparação jurídica, revelaram sentimentos de dignidade que surpreenderam entusiasticamente os brasileiros, reconfortando o optimismo e a esperança.

Todos os que lutam ou esperam uma mudança positiva no sistema político estão cansados de *engolir sapos* e aceitam desconsolados as necessidades de alianças que os políticos de esquerda são obrigados a fazer para participarem do cenário onde o debate político é travado. O prolongamento deste estado de coisas é desgastante e em nada ajuda para formar as novas gerações. É um *status quo* de aparente oportunismo que contraria os princípios revolucionários herdados de épocas mais saudáveis. A oportunidade que os representantes da oposição tiveram de levantar a voz e brandir as armas ideológicas numa batalha vitoriosa contra a impunidade de petulantes e prepotentes representantes da velha elite, fez ressurgir a confiança e o desejo de participar de uma luta que é longa mas chegará a bom termo.

O povo brasileiro é herdeiro de escravos africanos e imigrantes europeus que trabalharam duramente na construção nacional. Tem memória das lutas travadas para expulsar invasores e exploradores que pretenderam manter o domínio externo que suga a seiva desta terra regada com o sangue dos seus heróis. Hoje sabe que a elite detentora do poder político, económico e social, não passa de uma espuma da poluição global do planeta que só se mantém por conta de uma teia de leis e servidores empenhados em lustrar as botas do FMI e do império política do mundo. Aos poucos e com persistência, esta memória de um passado honrado que germina no âmago dos patriotas, brilhará como um holofote no fundo do túnel.

Um «mentirómetro», ostentado na manifestação do Rio de Janeiro promovida pelo PT, mediu a intensidade das mentiras proferidas pelas personalidades envolvidas no escândalo que abalou o Senado brasileiro



Religiões

• Jorge Messias

Os comentários trazidos pela grande imprensa à empolada nota do episcopado português registaram impressões convergentes. Alguma surpresa pelo tom violento do documento. Alguma discordância, por não ser daquele modo que uma igreja cristã deve falar. E alívio, também, pela verificação de que o novo discurso do poder eclesiástico corresponde melhor à surda informação que nos é dada pelo nosso inconsciente colectivo de que, na realidade, Portugal é tradicional feudo da Santa Sé. Tudo se justifica com uma mais que duvidosa herança cultural. «Então, até que enfim» - suspiram os observadores - «que os bispos voltam a falar como patrões do país.»

Estas constatações apressadas contribuem para desviar a atenção do leitor das causas concretas que terão levado a hierarquia portuguesa a alterar, neste preciso momento, o seu discurso normal. Porque afinal, nem o tom surpreende, nem as palavras dos padres têm de ser forçosamente cristãs, nem se deve aceitar passivamente a ideia de que Portugal



Os bispos engrossam a fala (II)

possa ser território fadado à dependência do Vaticano. Além disto, ao enfocar-se exclusivamente a importante nota pastoral, deixa-se na sombra a alocação do actual cardeal-patriarca, muito ao estilo daquela que, em 1989, João Paulo II proferiu em Singeverga e foi sinal de código para o desencadeamento da ofensiva final contra os regimes socialistas. Não tenhais medo, disse então o papa ao mundo católico. Façamo-nos ao largo, proclamou D. José Policarpo, num momento friamente escolhido entre os muitos que balizam os avanços e os recuos da experiência democrática nacional. Porquê, tanta agressividade? Porquê, agora?

O discurso do cardeal oferece uma gama muito variada de tonalidades. É texto que se aconselha vivamente a ler, numa posição de afastamento crítico e de objectividade. Percorre patamares diferentes, desde a afirmação do poder incontestável da igreja às ameaças, concretas ou veladas, a quantos ponham em causa esse poder ou que refutem a tese de que o Estado é incompetente para intervir na área dos interesses confessionais católicos mas que à Igreja assiste o direito de se pronunciar activamente em relação ao Estado laico. Protesta respeito pelos partidos políticos mas vai dizendo que eles terão de acatar a doutrina da igreja.

A instituição católica detém, sem qualquer dúvida, um poder determinante em Portugal. Manda na banca e no mundo financeiro enquanto conduz, através dos mais diversos canais, executivos políticos já previamente talhados à sua medida canónica. Domina a

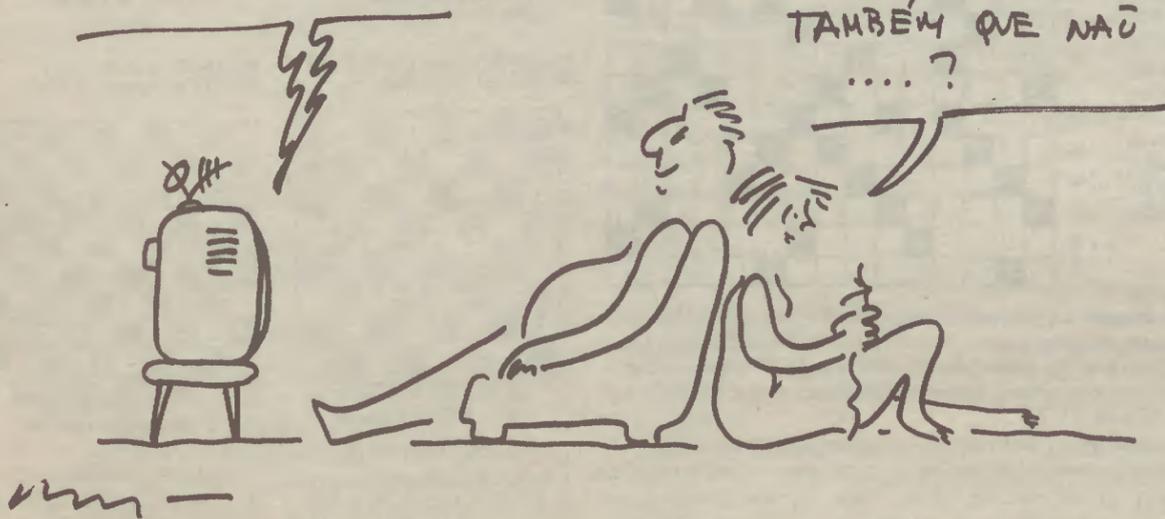
comunicação social e possui um crescente ascendente em áreas vitais como as da justiça, da saúde, da segurança social, das instituições sociais e caritativas, dos núcleos de desenvolvimento local, dos grupos de «independentes», em suma, nas estruturas axiais da sociedade civil. E gere, ainda, centenas ou talvez milhares de formações confessionais alegadamente não-lucrativas. Não nos restem, pois, dúvidas de que a hierarquia religiosa tem um plano e um calendário de mudança para Portugal que enquadrem e mobilizem, no momento exacto, todo o imenso potencial de que a igreja dispõe. Mas é neste ponto que surge o grande dilema e o problema central que o actual episcopado enfrenta. Onde está o povo crente disposto ao sacrifício? Onde estão os cruzados da fé? Que feridas irreversíveis causou, nos crentes, a própria igreja, ao identificar-se com o capitalismo? Porventura ninguém, nem mesmo D. José Policarpo, será capaz de responder positivamente a tais questões. A situação é complexa. O caso português, como é evidente, cruza-se com outros interesses e com outros problemas que se geram à escala mundial. Mas importa cumprir o calendário. Passou-se demasiado tempo em hesitações. Por poucas que sejam as garantias de êxito, é preciso avançar. Andou-se às voltas com as peripécias cénicas dos conservadores contra os progressistas. Esse tempo terminou. O Vaticano exige um novo impulso. E, assim: às vozes de comando do seu pastor, os bispos portugueses ora engrossam a fala ora se limitam a ciciar em surdina.

Cartoon

• Monginho

PAULO PORTAS DIZ
QUE O PS E O PSD
SÃO COMO O ALCOOL
E O TABACO... E'
SÓ VICIOS...!

COITADO DO RAPAZ
NÃO BEBE,
NÃO FUMA, SEPA'
TAMBÉM QUE NÃO
....?



Pontos Naturais

• Mário Castrim

Viagens

Viagem ao centro da Terra

- Tenho cócegas - disse a maçã.
- Estão a fazer-me cócegas na planta dos pés.

Era eu.
Principiava a minha primeira aventura submarina.
Viajava entre as ilhas de coral ou nebulosas em espiral.
O plâncton era tanto que daria para todos os famintos da Terra.
Ao longo dos meus braços sempre havia mais oceânico Pacífico.

O sumo em lata pode ser mais fácil.
Mas se queremos conhecer realmente o planeta é preciso descer ao interior da maçã.

Viagem através da pedra

Tive uma pedra redonda tão da beirinha do mar que toda aprendeu na onda o jeito de se enrolar.

Tive uma pedra de lava na distância a arrefecer se ao ouvido a encostava ouvia a Terra a bater.

Tive uma pedra perfume do regresso à velha casa ao chocar feria lume de raio, de astros e de asa.

Tive uma pedra de mó, tão ao ritmo do coração que se fechava no sótão a mudar o vento em pão.

Tenho uma pedra diamante. A Graça que nela passa! Beija o vidro e o vidro adiante abre, como quem abraça.

Viagem através do Partido

Liberdade.
Um nome de flor ou de voar.
Gota em qualidade de suor que apaga a fome e se põe a cantar.

Viagem através da vida

Adeus
Nem tempo de acenar um lenço resta

(o próprio tempo de dizer adeus já é perder-se a flor)

Vamos!
De pétala a pétala dançar

sem jamais conhecer se foi de vida ou se foi sonho a festa.

Literatura

• António Modesto Navarro

Quando um homem, operário e filho de operário, sai da sua terra e constrói a vida como o escritor que hoje temos connosco, bem podemos dizer, com alegria e fraternidade, que valeu a pena sofrer, lutar, voltar a lutar e a refazer a esperança, para hoje os termos aqui, ao livro e ao autor, sem ter cedido no que é essencial, a luta pelo saber e pela cultura que a todos cabe levar a cabo, na sua vida e na vida colectiva dos que sofrem e anseiam – porque só assim se muda e se transforma, só assim se conquistam direitos que, de outro modo, nos seriam negados por aqueles que gostam de esmagar, de reter e travar o curso da história e da libertação dos mais conscientes e desfavorecidos.

Este livro é um livro de sonhos, de histórias e de imaginação de quem viveu muito e vive intensamente o quotidiano. É um livro de contos com uma escrita ágil, um bom poder de síntese, uma ironia sempre latente, a que marca os optimistas e pessimistas quanto baste.



A lua alcoviteira de Manuel Viana

Pelo olhar, pela inteligência e pela sensibilidade de Manuel Viana, nós descobrimos outros mundos lá por fora e cá dentro, na nossa terra. Deixem-se levar pelo ritmo da escrita, que tem poesia e tem a capacidade de nos saber distanciar do que vemos e desvendamos, para melhor imaginarmos o largo e a história dos peixes voadores, o campo violento e apaixonado da ceifa, a viagem do marinheiro por Manila e a sua constatação de que «a miséria é a mesma para onde quer que se volte».

Mundos estranhos e imaginados, o roubo do rim ao jovem conquistador que sai «de ponto em branco» do navio, a memória do que era o fascismo tão pequenino e tão repressor na licença de isqueiros, as cegadas e a paródia de carnaval, numa crítica ao sistema e ao regime fascista logo reprimida e continuamente anotada pelos vigilantes da pide e do salazarismo cruel e persecutório.

Temos um «policia de corrida» bem esgalhado e satirizante, a vingança tremenda do maneta que se salvou do naufrágio, a «pêra e molho à bicha» do cinema de encanto dos velhos tempos. Temos 16 contos que nos trazem a vontade enorme de imaginar como se constrói e se eleva um homem que sai do largo abrigado da sua terra, que estuda, que aprende, aprende sempre, no navio, na coberta, na estação radionaval, que ensinou Português, Electricidade e Electrónica, Dactilografia e Morse na Escola de Comunicações da Armada, que leccionou Filosofia e Relações Públicas na Escola Secundária da Horta, que foi membro eleito da Assembleia do MFA, que evoluiu tanto e se fez a pulso, ainda por cima com esta coisa nada simples de ter ajudado a realizar Abril e de lhe ter caído em cima a vingança mesquinha dos cegos e espertos que não sabem o que é, nem merecem, a democracia que temos e defendemos, impedindo-o de progredir na carreira como era seu direito conquistado e com pro-

vas dadas, o que aliás terá acontecido a outros amigos e camaradas que temos connosco.

«A Pátria honrai que a Pátria vos contempla.» Creio que era isso o que estava inscrito num edifício do Corpo de Marinheiros, em 1963, quando ali entrei para ser apurado para os fuzileiros. Custou imenso tempo a perceber o que aquela frase queria dizer, na sua obnóxica e aparente profundidade. O que quer dizer para nós, no nosso código de honra de homens e mulheres democratas e revolucionários, é que a Pátria às vezes é honrada por ditos filhos que lutam, trabalham, estudam e libertam, mas a Pátria não toma devida conta do que se passa, contemplando mais facilmente os idiotas, os timoratos e cobardes face à mudança e à transformação, elevando-os tão alto e tão injustificadamente nos comandos, nos ministérios e prebendas, que se tornam rapidamente motivo de gaúdio, desprezo e chacota para a maioria.

Maioria que é o povo trabalhador e honrado de onde veio Manuel Maria Viana, Sargento-Mor da Marinha agora aposentado, depois de uma carreira que nos orgulha e enobrece, a todos nós, os herdeiros desses caminhos desbravados com suor, lágrimas e sangue, pontuados aqui e ali com esta alegria que nos toma em reencontros assim, de homens e mulheres de paz, de cultura e de futuro que somos.

Mais uma luz se ergue no nosso caminho de conquistas, de vitórias e derrotas. Essa luz é o livro de contos de Manuel Viana que hoje celebramos como se fosse, e é, um livro de todos nós, erguido e escrito passo a passo, com trabalho e com saber, com sensibilidade e com uma estética bem delineada e apurada. Ele representa mais um aceno de amizade e esperança no nosso caminho, a dizer que tudo é possível alcançar, a quem sonha e acredita, a quem resiste e constrói o Abril e o Maio da liberdade e do trabalho.

Felicidades para o livro e para o Autor, e até ao próximo livro e encontro, que bem os desejamos e merecemos.

Pontos Cardeais

Balsemão I

Como «semanário de referência» – modelo de rigor, independência, objectividade e etc. e tal –, o *Expresso* da passada semana entrevistou o patrão, Pinto Balsemão, ao longo de umas módicas 16 páginas da sua revista, com direito a capa e tudo, apesar de o próprio Balsemão afirmar na entrevista que «os conteúdos não se dominam».

É evidente que Balsemão pode sair as vezes que quiser nas páginas de um jornal que é sua propriedade desde a fundação. Ao fazê-lo – ou todas as vezes que o faz –, limita-se a seguir o exemplo (e vice-versa...) do seu correligionário Isaltino Morais, presidente PSD da Câmara Municipal de Oeiras que, no luxuoso boletim municipal que mensalmente a autarquia publica, aparece em rotundo colorido numa média de 20 a 30 fotos por número.

O problema é que o *Expresso* não é, aparentemente, um boletim municipal.

Como Balsemão também não é um presidente de câmara, mas patrão de um jornal com dimensão nacional, todos – patrão do semanário e jornalistas seus empregados – deveriam ter um pouco mais de cuidado para os leitores não ficarem sujeitos à constatação de que, pelo menos de vez em quando, o *Expresso* parece um boletim patronal...

grande jogador», é apenas proprietário de um «Porsche velhíssimo» mas, em contrapartida, «viaja imenso», o que não o perturba porque «trabalha bem em aviões e aeroportos». Além disso, afirmou coisas poderosas como «o público já fechou vários jornais em Portugal», «dentro dessa lógica de colocar como protagonistas [em programas de televisão] pessoas anónimas chegámos talvez a um extremo» mas «estamos ainda a ganhar se compararmos com programas como os de Howard Stern (que dá na SIC Radical) ou Jerry Springer», cujo afirma que no seu programa só entram coisas «outrageous» (que se pode traduzir por ultrajante ou indigno) «porque o mundo está cheio de coisas “outrageous” e é preciso mostrar que essas coisas existem».

Além disso, garante que «a história dos despedimentos na SIC» é «completamente prematura», a par de uns discreteamentos sobre os negócios da sua «holding», as suas memórias e mágoas políticas, a «sucessão» dos filhos na gestão do «império» e... a sua convicção de que, ao lhe chamarem «o Berlusconi português», isso constitui «um grande elogio ao senhor Berlusconi».

Abençoada entrevista. O que seria do País se não soubesse destas coisas todas...

Balsemão II

E que tem Pinto Balsemão de tão importante a dizer ao País para ocupar 16 páginas na revista do seu jornal?

Lemos e, em substância, concluímos que o inefável patrão do *Expresso*, da SIC e de um vasto império de comunicação à escala nacional quis esclarecer o País que é um homem rico mas não forreta, que toca bateria no escritório mas não faz mal porque a casa é isolada, joga golfe 60 a 70 vezes por ano mas isso não chega para dele fazer «um

Balsemão III

Finalmente, Balsemão confessa que dá imensas conferências, além de aulas na faculdade, embora não tenha tempo nem para ler (só consegue olhar para umas páginas antes de dormir), nem para ver televisão (embora tenha permanentemente vários monitores acesos e com o som desligado no seu escritório da SIC) nem sequer para ouvir música.

Então, como se informa, quando estuda e prepara as aulas e o seu corrupto de conferências?!...

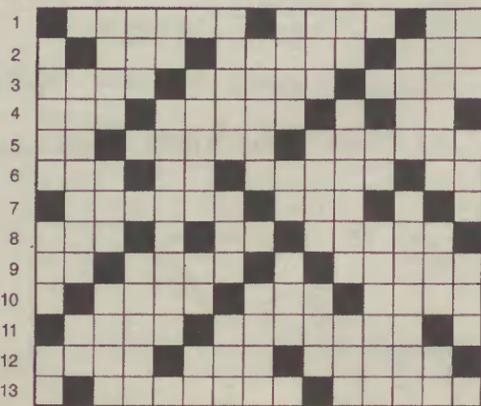
Palavras Cruzadas

HORIZONTAIS: 1 – Mensalidade; ajustar; milímetro. 2 – Estrela; dar ganidos; ruminante bovino empregado em serviços de lavoura, na alimentação do homem, etc. 3 – Qualquer instrumento de ataque ou defesa; cordel; olfacto excessivamente apurado dos cães e de outros animais. 4 – Elemento de formação de palavras, de origem grega, que exprime a ideia de novo; extensão de terra cultivada; a si mesmo. 5 – Antes de Cristo (abrev.); grito de entusiasmo ou saudação, sobretudo em brindes; pequena povoação de categoria inferior a vila sem jurisdição própria. 6 – Elogio; perversa; irradiar; aprovado (abrev.). 7 – Pedra preciosa azul; emissão de voz. 8 – Belo; manuscrito (abrev.); extrair. 9 – O espaço aéreo; cada uma das pequenas folhas que constituem o cálice; desprezível. 10 – Fruto da macieira; rio da Suíça que banha a cidade de Berna; jovial (ant.). 11 – Pequeno cubo, cujas faces têm pintas ou figuras, usado em certos jogos; cantar. 12 – Indicação de época, ano, mês ou dia em que se deu ou vem a dar-se um facto; calamidade; girar. 13 – Desfraldar as velas para a partida; rasoura.

VERTICAIS: 1 – Vulgar; estabelecimento particular ou dependência de hotel ou restaurante onde se servem bebidas alcoólicas; decilitro. 2 – Coser de novo ou muitas vezes; oferece. 3 – Cálculo a olho; antiga porcelana do Oriente; selva. 4 – Ecoa; vaticinar. 5 – Alumínio (s.q.); desaparecimento súbito. 6 – Criar; pêlo de alguns animais, em especial do carneiro; pedra de amolar. 7 – Diluir; patrão; grande massa e extensão de água salgada. 8 – Detestar; classe. 9 – Dólmen; aquelas; certamente. 10 – Itinerário; camareiros; sorrir. 11 – Dirigir-se; proferir em voz alta; coloração da face. 12 – Doutor (abrev.); confusão (pop.). 13 – Apoio; oculatas. 14 – Género de peixes teleosteos anguilliformes, de cor castanho-avermelhada e manchas amarelas; monarca; batráquio anfíbio aquático, anuro, da família dos ranídeos. 15 – Voz do gato; haste horizontal da charrua; debaixo de.

9 – Anta; as; mas. 10 – Via; altos; fr. 11 – Ir; clamar; cor. 12 – Dr. cegada. 13 – Bases; calaras. 14 – Moreia; rei; ra. 15 – Mio. 16 – Atrair; aula. 17 – Atrair; aula. 18 – Atrair; aula. 19 – Atrair; aula. 20 – Atrair; aula. 21 – Atrair; aula. 22 – Atrair; aula. 23 – Atrair; aula. 24 – Atrair; aula. 25 – Atrair; aula. 26 – Atrair; aula. 27 – Atrair; aula. 28 – Atrair; aula. 29 – Atrair; aula. 30 – Atrair; aula. 31 – Atrair; aula. 32 – Atrair; aula. 33 – Atrair; aula. 34 – Atrair; aula. 35 – Atrair; aula. 36 – Atrair; aula. 37 – Atrair; aula. 38 – Atrair; aula. 39 – Atrair; aula. 40 – Atrair; aula. 41 – Atrair; aula. 42 – Atrair; aula. 43 – Atrair; aula. 44 – Atrair; aula. 45 – Atrair; aula. 46 – Atrair; aula. 47 – Atrair; aula. 48 – Atrair; aula. 49 – Atrair; aula. 50 – Atrair; aula. 51 – Atrair; aula. 52 – Atrair; aula. 53 – Atrair; aula. 54 – Atrair; aula. 55 – Atrair; aula. 56 – Atrair; aula. 57 – Atrair; aula. 58 – Atrair; aula. 59 – Atrair; aula. 60 – Atrair; aula. 61 – Atrair; aula. 62 – Atrair; aula. 63 – Atrair; aula. 64 – Atrair; aula. 65 – Atrair; aula. 66 – Atrair; aula. 67 – Atrair; aula. 68 – Atrair; aula. 69 – Atrair; aula. 70 – Atrair; aula. 71 – Atrair; aula. 72 – Atrair; aula. 73 – Atrair; aula. 74 – Atrair; aula. 75 – Atrair; aula. 76 – Atrair; aula. 77 – Atrair; aula. 78 – Atrair; aula. 79 – Atrair; aula. 80 – Atrair; aula. 81 – Atrair; aula. 82 – Atrair; aula. 83 – Atrair; aula. 84 – Atrair; aula. 85 – Atrair; aula. 86 – Atrair; aula. 87 – Atrair; aula. 88 – Atrair; aula. 89 – Atrair; aula. 90 – Atrair; aula. 91 – Atrair; aula. 92 – Atrair; aula. 93 – Atrair; aula. 94 – Atrair; aula. 95 – Atrair; aula. 96 – Atrair; aula. 97 – Atrair; aula. 98 – Atrair; aula. 99 – Atrair; aula. 100 – Atrair; aula.

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15

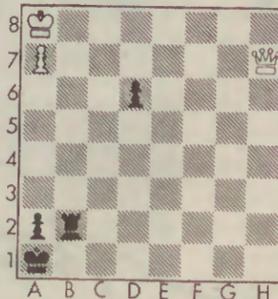


Xadrez

DCCC – 7 DE JUNHO DE 2001
PROPOSIÇÃO N.º 2001X18

Por: Jacob Kling
«Chess Player's Chronicle», 1847

Pr.: [4]: Ps. a2, d6 – Tb2 – Ra1
Br.: [3]: Pa7 – Dh7 – Ra8



Mate em 10 [dez] lances

SOLUÇÃO [N.º] 2001X18/J.K.

1. Dh1+, Tb1; 2. Dg4+, Bg4; 3. Dd4+, Bg4; 4. Dg1+, Tb1; 5. Dg7+, d4; 6. Dd4+, Tb2; 7. Dg1+, Tb1; 8. Dg7+, Tb2; 9. Dd4, Rb1; 10. Dd1#

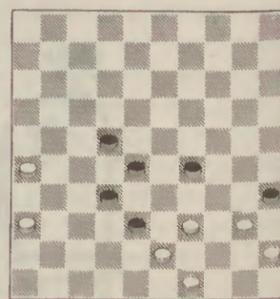
A. de M. M.

Damas

DCCC – 7 DE JUNHO DE 2001
PROPOSIÇÃO N.º 2001D18

Por: A. A. Polman
NL., 1957

Pr.: [6]: 22-28-29-32-35-38
Br.: [7]: 26-36-39-40-43-45-49



Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO [N.º] 2001D18/A. A. P.

1. 36-31, (35-33); 2. 49-44, (38x40); 3. 45x23, (28x19); 4. 31-27, (x); 5. 26x39 e.g.

A. de M. M.

Reuniões e outras actividades das organizações do PCP

ALHANDRA

Plenário de militantes: sábado, 9, às 15h30, no Centro de Trabalho.

ALMADA

Plenários de militantes, todos no dia 9, sábado: da freguesia do Feijó, da freguesia do Laranjeiro e da freguesia de Trafaria.

BARREIRO

Debate: "Julgados de Paz" – no Convento da Verderena, hoje, dia 7, às 21h, com Odete Santos.

Plenário Concelhio de Quadros para preparação das eleições autárquicas: dia 8 às 21h, no Centro de Trabalho Concelhio.

Almoço-convívio da organização de Santo André: na Quinta da Atalaia, dia 9.

CORROIOS

Plenário de militantes da freguesia sobre a situação política e as eleições autárquicas: sábado, 9, 15h, no Centro de Trabalho.

LISBOA

Reunião do Sector da Cultura Literária do S. Int. da ORL: quinta-feira, 7, às 18h30, no CT Vitória.

JCP/Lisboa – Reunião da Organização do Ensino Superior: sábado, 9, às 21h30, no CT Vitória, com a participação de Vasco Cardoso.

LOURES

Plenário de militantes da Portela, com entrega dos novos cartões do Partido: sábado, 9, 16h, com a presença de Adão Barata.

MOITA

Sarilhos Pequenos – Plenário de militantes, com a participação de Valdemar Santos: sábado, 9, 21h30, no Centro de Trabalho local.

PAÇO DE ARCOS

Plenário de militantes sobre a composição da lista para a freguesia, com a participação de Clarinda Nogueira: dia 11 às 21h30, na garagem junto às Bombas da BP (Rua da Alegria).

PORTO

Debate promovido pelo Sector Intelectual do Porto sobre a nova realidade da Sociedade de Informação: terça-feira, 12, às 21h30, no Centro de Trabalho da Boavista, com a participação de Rogério Reis e outros convidados.

PÓVOA DE SANTA IRIA

Plenário de militantes: no Centro de Trabalho, hoje, dia 7, às 21h30.

VIALONGA

Plenário de militantes da freguesia sobre a situação política e social: sábado, 9, às 15h, no Centro de Trabalho.

FÉRIAS EM PALMA DE MAIORCA

com viagem à volta da Ilha

8 dias – 19 a 26 de Julho (data alterada). Pensão completa.

Promovido pela

Comissão Concelhia de Almada do PCP

onde estão abertas inscrições

(Cam. Artur Cabrita, tel. 212752777)

FÉRIAS EM IBIZA

com viagem à volta da Ilha

8 dias – 17 a 24 de Julho. Pensão completa.

Promovido pela

Comissão de Freguesia da Penha de França do PCP

(Inscrições e informações:

Cam. Ivone Lima, tel. 218138119)

*

2002

1º DE MAIO EM CUBA

De 29 de Abril a 11 de Maio de 2002

Visitas a Havana, Arroyo Naranjo, Soroa, Valle Viñalles, Guamá, Aldeia Taina, Playa Giron, Cienfuegos, Trinidad, Santa Clara, Remedios e Varadero – Viagem promovida pelo SECTOR DE TRANSPORTES DA ORL (Inf. e inscrições: cam. José Amador, tel. 213307025, ou Centro de Trabalho Vitória)

Carlos Carvalhas em Estrasburgo

O Secretário-geral do PCP desloca-se na próxima terça-feira a Estrasburgo para um programa de contactos no Parlamento Europeu, estando previsto nomeadamente um encontro com Francis Wurtz, presidente do Grupo Confederado da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica, e a sua participação na reunião do Grupo.



Sábado, dia 9
– na ATALAIA

Almoço da célula da Tabaqueira
(Inscrições: Mário Rui, tel. 917885844,
e Custódio, tel. 919633201)

*

AVEIRO

Convívio promovido pela Comissão da Festa do Avante! da DORAV

Sábado, 9, a partir das 15h30,
no Centro de Trabalho da Feira,
com a participação de Augusto Flor



SINTRA
Juventude CDU

Debate: "Políticas de e para a Juventude": sábado, 9, 14h30, no salão da Junta de Freguesia de Algalva-Cacém, com a participação do Eng. Batista Alves, candidato à presidência da CM de Sintra.

Reunião da Coordenadora Concelhia de Sintra da JCDU: terça-feira, 12, 21h, no CT do PCP do Cacém.

Jantar-convívio com animação no dia 13 (ponto de encontro no CT do PCP do Cacém às 21h).
Inscrições: telef. 21 9142336.

VILA FRANCA DE XIRA

Festa-convívio no Jardim de Vila Franca, com a apresentação da candidatura CDU à Assembleia de Freguesia de Vila Franca de Xira: sábado, 9, 16h.

Festa-convívio na Castanheira (Ginásio Juventude da Castanheira), com apresentação pública dos candidatos CDU à Assembleia de Freguesia.

Alverca – Debate sobre vias de comunicação e transportes: sexta-feira, 8, 21h30, no Fórum Scala.

A-dos-Loucos – Encontro de eleitos da CDU com a população: sexta-feira, 8, 21h30.

S. João dos Montes – Encontro de eleitos da CDU com a população de Agrucla.



CDU apresenta candidatos

Com a participação do Secretário-geral do PCP

LOURES

Apresentação do cabeça de lista da CDU à Câmara Municipal Pavilhão Paz e Amizade – Sexta-feira, 8, 21h30

Intervenção de Carlos Carvalhas

Espectáculo com Grupo Ódagaita

Às 18h:

Arruada em Loures com o Grupo de Zés Peixeiros Unidos da Póvoa

PONTE DE SOR

Sessão pública de apresentação do candidato da CDU à presidência da Câmara Municipal Zona Ribeirinha de Ponte de Sor – Sábado, 9, 16h30

BEJA

Apresentação do cabeça de lista e de outros candidatos da CDU à Câmara e Assembleia Municipal Jantar no Pavilhão Municipal de Exposições – Sábado, 9, 20h30

GUARDA

Encontro Regional de Activistas da CDU sobre o Poder Local e as Eleições Autárquicas Auditório do Centro Cultural de S. Miguel – Sábado, 9, 14h30

ALENQUER

"Presta Contas" da CDU: esta semana na Merceana (Clube) – dia 8 às 21h, e no Auditório Damião de Góis – dia 9 às 14h30.

BARREIRO

"Presta Contas" da CDU no Barreiro: visita ao concelho de eleitos e outros quadros autárquicos, dia 9 a partir das 9h.

BRAGANÇA

Debate sob o lema "Construir a cidade e o concelho – Pensar Bragança": arquitectura, urbanismo, zona histórica; planeamento e desenvolvimento; ensino e política cultural. Com a participação do eng. João Lobo e de outros técnicos e especialistas, terça-feira, 9, às 21h30, no Aud. da Escola Augusto Moreno.

CALDAS DA RAINHA

Encontro concelhio da CDU, com a participação de Joaquim Barros, candidato à presidência da CM, e Carlos Rabaçal: dia 16 às 15h.

CASCAIS

Apresentação pública do candidato CDU à presidência da JF de Alcabideche, com a participação de Dinis de Almeida, candidato à presidência da CM de Cascais: no Montepio de Alcabideche, domingo, 10 às 15h30.

LOURES

Recolha de assinaturas para a campanha «Todos pelo Metro»: sexta-feira, 8, a partir das 12h no Largo 4 de Outubro.

Bobadela – Sessão-debate sobre Saúde: Centro de Dia da Terceira Idade de Bobadela, com a participação do médico Mário Jorge. – Plenário de activistas da CDU da Bobadela: dia 9 às 16h30 no Clube Recreativo Bobadelense.

MARINHA GRANDE

Encontro-debate "Pelo desenvolvimento da Marinha Grande", integrado no ciclo "Debates Poder Local 2001": sábado, 9, 15h, no Sport Operário Marinhense, com a participação de Armindo Miranda.

MOITA

Na Baixa da Banheira – Sessão pública sobre "Toxicoddependência – incidência na comunidade", com a participação de Vanessa Silva e dos médicos Filomena Andrade e Joaquim Judas: sexta-feira, 8, 21h30, no União Desportiva e Cultural da B. Banheira.

Em Vale de Amoreira – Debate público sobre questões autárquicas, com os autarcas João Almeida e Jorge Silva e Valdemar Santos: sábado, 9, 16h, no Cava.

Na Moita – Parque Municipal: Piquenique CDU, domingo, 10, às 13h.

Em Rosário – Debate sobre questões autárquicas, com a participação dos presidentes da CM e da JF e de Valdemar Santos: quarta-feira, 13, 21h30, Centro de Reformados do Rosário.

OEIRAS

Sessão pública de apresentação dos candidatos CDU à Assembleia de Freguesia de Porto Salvo: sábado, 9, 16h, na Soc. Instrução Musical de Porto Salvo, com a presença de Rosa Rabiais.

SEIXAL

"A política de emprego" – debate, da série que visa recolher "Contributos para o programa eleitoral da CDU/Seixal". Com a participação de Raul Machado, Fernando Marques, Graciete Cruz, Vicente Merendas, sexta-feira, 8, 21h, Independente Futebol Clube Torreense, na Torre da Marinha.

SETÚBAL

Convívio CDU, com a presença de Carlos Sousa e Odete Santos, primeiros candidatos da CDU à CM e à AM de Setúbal: sábado, 9, 17h, no Ringue Desportivo da Azenha. Animação musical com o grupo "Afrosamba".

ATVer

Em *O Último dos Duros*, Robert Mitchum aceitou o desafio de «reinterpretar» o detective Philipe Marlow, que Humphrey Bogart elevava ao estatuto de ícone do «filme negro». Cumpriu os mínimos o que, no caso, não é dizer pouco



Titanic

(Sexta-feira, 8.06.01, TVI)

Pegando numa ficção dramaticamente quase «impossível» (o espectador sabia, à partida, que não podia haver final feliz numa história que terminava em naufrágio), James Cameron apostou no tudo ou nada nesta recriação da célebre tragédia do *Titanic*: a reconstituição do gigantesco paquete teve aspectos faraónicos (por exemplo, a proa mereceu uma maquete praticamente em tamanho natural e o perfil de todo o navio para lá caminhou), o par amoroso foi escolhido a dedo (Leonardo DiCaprio e Kate Winslet), a plausi-



bilidade da história foi inteligentemente garantida ao transformar todo o filme no imenso *flash back* de uma sobrevivente, que recorda a história de amor que viveu na viagem fatal, os efeitos especiais mostram um naufrágio com avassalador realismo. Os resultados são conhecidos: a ficção de um desastre anunciado tornou-se num estrondoso êxito de bilheteira.

O Último dos Duros

(Sábado, 8.06.01, RTP-1)

Já dobrados os 50 anos, Robert Mitchum aceitou o desafio de (re)encarnar neste *O Último dos Duros* (e em mais uma ou duas fitas) o detective Philip Marlow, criação literária de Raymond Chandler, que Humphrey Bogart elevava ao estatuto de



O Nome da Rosa, um grandioso espectáculo de cinema e de cultura com Sean Connery numa grande interpretação, aqui em confronto com um não menos seguro F. Murray Abrahams

ícone no «policia negro» norte-americano. Apesar do flagrante contraste entre os dois actores (o enorme e bonacheirão Mitchum é quase a antítese do tenso e esguio Bogart), Mitchum não saiu enxovalhado da «aventura», embora não haja conseguido fazer tremer – quanto mais destronar! – o Marlow de Bogart. Aqui, Mitchum está bem acompanhado por Charlotte Rampling e John Ireland, entre outros, incluindo (a título de curiosidade) um jovem Silvester Stallone que, se ainda estava longe de ser a estrela da violência boçal, já evidenciava uma auspiciosa pobreza de recursos dramáticos.

Non ou a Vã Glória de Mandar

(Sábado, 8.06.01, RTP-2)

Dispondo de meios financeiros, técnicos e humanos invulgares e sem precedentes no panorama do cinema nacional, Manoel de Oliveira realiza em 1990 este *Non ou Vã Glória de Mandar*, uma superprodução à escala portuguesa, para apresentar um fresco sobre a própria história do nosso país, mas ironica e enigmáticamente seleccionando apenas desastres e derrotas militares. Um filme objectivamente grandioso, que continua a dividir gostos e opiniões.

Valores Familiares

(Domingo, 10.06.01, RTP-1)

Baseando-se numa peça de Noel Coward de 1951, *Valores Familiares* é uma comédia inglesa que ironiza sobre as presunções aristocráticas britânicas numa história que gira à volta de uma condessa (Julie Andrews, num regresso ao *plateau* muitos anos depois de *Música no Coração*) e da sua oposição ao casamento do filho com uma «plebeia» norte-americana, ainda por cima irmã da criada pessoal da aristocrática senhora. Divertimento para inglês (e norte-americano) ver(em).

A Vingança de Monte Cristo

(Domingo, 10.06.01, RTP-1)

Também no domingo, eis mais uma revisitação às aventuras do Conde de Monte Cristo, uma história de traição e vingança criada no século XIX por Alexandre Dumas e que o cinema não se cansa de contar, dada a popularidade que a obra conquistou no cinema. Desta vez o Conde é interpretado por um seráfico Richard Chamberlain contracenando com Tony Curtis, Trevor Howard e Donald Pleasance, numa produção britânica de 1975 que ficou longe de «dizer a última palavra» na encenação desta obra de Dumas.

O Nome da Rosa

(Terça-feira, 12.06.01, RTP-1)

Aqui está um caso em que se realizou com grande talento e êxito a sempre arriscada transposição para a tela de uma grande ficção literária. Numa produção à Hollywood mas com gestão de recursos milimétrica, o realizador francês Jean-Jacques Annaud fixou uma magnífica interpretação visual deste fabuloso romance de Umberto Eco (que, aliás, foi chamado a colaborar no guião), que nos conta uma desconcertante investigação criminal em plena Idade Média europeia, onde o detective é um monge franciscano (encarnado genialmente por Sean Connery) e as motivações criminosas a obscura e obscurantista censura inquisitorial da Igreja Católica, que até nos clássicos gregos via ameaçadoras heresias ao cânone católico fundamentalista que, na época, impunha na Europa a ferro e fogo.

Escolhendo um *casting* perfeito (deste a galeria de monges tortuosos e torturados ao feroz inquisidor superiormente interpretado por F. Murray Abrahams, passando pelo «detective» Sean Connery e o seu jovem ajudante e discípulo Christian Slater), *décor*s naturais de requintada e culta escolha (nomeadamente o mosteiro seleccionado para cenário da intriga) e aplicando um apuro formal com o talento que se lhe reconhece, Jean-Jacques Annaud fez desta produção europeia (Alemanha/França/Itália) um grande espectáculo de cinema e de cultura. A (re)ver e a gravar sem hesitações.

Quinta, 7

▶ RTP 1

07.30 Infantil/Juvenil
09.30 Praça da Alegria
12.25 Regiões
13.00 Jornal da Tarde
13.55 Emoções Fortes
15.30 Vidas Cruzadas
16.30 Privilégio de Amar
17.55 Quebra Cabeças
18.40 Ajuste de Contas
19.40 Regiões
20.00 Telejornal
21.05 Benny Hill
21.45 Elsa
22.15 Grande Informação
23.30 Bull
00.30 24 Horas
01.00 «Como Água para Chocolate» (de Alfonso Arau, México/1992, com Marco Leonardi, Lumi Cavazos. *Drama*)

▶ RTP 2

07.00 Hora Viva
09.45 Espaço Infantil-Juvenil
12.10 Euronews
12.30 Documentário
13.00 Loja do Cidadão
14.00 Esquadra de Polícia
15.00 Desporto – Ténis (Roland Garros)
17.00 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Andamentos
19.30 Mega Construções
20.10 Viver no Campo
20.40 2010
21.50 RTP Economia
22.00 Acontece
22.30 Jornal 2
23.00 Artigo 37
00.30 «Sol Enganador» (de Nikita Mikhalkov, Ru-Fr/1994, com Nikita Mikhalkov, Nadia Mikhalkov. *Drama*)

▶ SIC

08.00 Buérré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.10 A Próxima Vítima
15.30 A Viagem
16.20 New Wave
17.00 Ganância
17.30 Estrela-Guia
18.45 Um Anjo Cain do Céu
20.00 Jornal da Noite
21.00 A Minha Família é uma Animação
22.00 O Bar da TV
22.30 Porto dos Milagres
23.30 O Bar da TV
24.00 Noites Marcianas
02.00 Portugal Radical

▶ TVI

08.30 Tiro e Queda
09.30 Animação
12.15 Mulheres de A a Zé
13.00 TVI Jornal
14.00 Big Estrelas
14.30 Chiquititas
15.30 Batatoon
18.00 Olhó Video
18.30 Big Estrelas
19.15 Mulheres de A a Zé
20.00 Jornal Nacional
21.00 Olhos de Água
22.00 Crianças S.O.S.
23.00 Big Estrelas
24.00 A Bola É Nossa
01.30 Última Edição
02.20 Lin's
02.50 Profiler

Nota: A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição

Sexta, 8

▶ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
09.30 Praça da Alegria
12.25 Regiões
13.00 Jornal da Tarde
13.55 Emoções Fortes
15.30 Vidas Cruzadas
16.30 Privilégio de Amar
17.55 Quebra Cabeças
18.40 Ajuste de Contas
19.40 Regiões
20.00 Telejornal
21.05 Benny Hill
21.35 «Um Dia no Paraíso» (de Larry Clark, EUA/1998, com James Woods, Melanie Griffith, Vincent Kartheiser, Natasha Gregson. *Drama*)
23.25 Turnos de Risco
00.05 Histórias da Noite
00.35 Top Filme
01.10 24 Horas
01.40 «Origem Desconhecida» (de George Pan Cosmatos, Canadá/1983, com Peter Weller, Jennifer Dale. «*Thriller*»)

▶ RTP 2

07.00 Hora Viva
09.45 Espaço Infantil-Juvenil
12.10 Euronews
12.30 Programa não designado
13.00 Livres e Iguais
14.00 Esquadra de Polícia
15.00 Desporto – Ténis (Roland Garros)



Torneio de Roland Garros, o grande tema desportivo da semana

17.40 Espaço Infantil
18.30 Informação Religiosa
19.00 Pontos de Fuga
19.30 Mega Construções
20.20 Viver no Campo
21.00 Personagens
22.00 Acontece
22.30 Jornal 2
23.10 Dharma e Greg
24.00 Um Café no Majestic
01.00 Jazz a Preto e Branco
02.00 «Fim-de-Semana» (de Jean-Luc Godard, Fr-It/1967, com Mireille Darc, Jean Yanne, Valeria Lagrange. *Drama*)

▶ SIC

08.00 Buérré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.10 A Próxima Vítima
15.30 A Viagem
16.20 New Wave
17.00 Ganância
17.30 Estrela-Guia
18.45 Um Anjo Cain do Céu
20.00 Jornal da Noite
21.15 Malucos do Riso
22.00 Porto dos Milagres
23.20 O Bar da TV
24.00 Noites Marcianas
02.00 Cinemania
02.30 Coração Clandestino

▶ TVI

08.30 Tiro e Queda
09.00 Animação
12.15 Mulheres de A a Zé
13.00 TVI Jornal
14.00 Big Estrelas
14.30 Chiquititas
15.30 Batatoon
18.00 Olhó Video
18.30 Big Estrelas
19.15 Mulheres de A a Zé
20.00 Jornal Nacional
21.00 Olhos de Água
22.15 «Titanic» (de James Cameron, EUA/1997, com Leonard DiCaprio, Kate Winslet, Billy Zane, Kathy Bates. *Ver Destaque*)
01.45 Última Edição
02.35 «Mississippi Selvagem» (com Stephen Baldwin, Mickey Rourke, Sheryl Lee.)
04.35 Line's
05.05 Profiler

Sábado, 9

▶ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Top +
15.15 Bandas Fabulosas
15.40 Sem Filtro
18.00 Automobilismo – GP do Canadá (Fórmula 1)
19.00 Felicity
20.00 Telejornal
21.05 Sábado à Noite
22.40 Alves dos Reis
23.35 Lei Marcial
00.25 24 Horas
00.50 Máquinas
01.20 «O Último dos Duros» (de Dick Richards, EUA/1975, com Robert Mitchum, Charlotte Rampling, John Ireland. *Ver Destaque*)

▶ RTP 2

07.00 Euronews
09.00 Universidade Aberta
12.00 Iniciativa
14.00 Parlamento
15.00 Desporto 2
19.30 «Non ou a Vã Glória de Mandar» (de Manoel de Oliveira, Port-Esp-Fr/1990, com Luís Miguel Cintra, Diogo Dória, Miguel Guilherme. *Ver Destaque*)
21.00 Horizontes da Memória
21.30 Bombordo
22.00 Jornal África
22.30 Jornal 2



23.00 O Lugar da História
24.00 Bricom
01.40 «Thinner - Maldição» (de Tom Holland, EUA/1996, com Robert John Burke, Joe Mantegna. *Fantástico*)
03.30 Loja do Cidadão

▶ SIC

07.00 Zip Zap
11.15 Dá-lhe Gás
12.00 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
14.00 «Querida, Eu Encolhi os Miúdos» (de Joe Johnson, EUA/1989, com Rick Moranis, Matt Frewer, Marcia Strouman. *Comédia*)
16.00 «Um Polícia de Trazer por Casa» (de Paul Weiland, EUA/1994, com Billy Crystal, Daniel Stern, Bruno Kirby, Jack Palance. *Ver Destaque*)
18.20 Mundo Vip
19.00 Um Anjo Cain do Céu
20.00 Jornal da Noite
21.20 Malucos do Riso
22.20 Herman Sic
00.30 Mulher Não Entra
01.30 «Jogos Secreos 3» (de Gogory Hippolyte, EUA/1996, com Woody Brown, Rochelle Swanson, Brenda Swanson. *Erotico*)
03.30 Portugal Radical

▶ TVI

08.00 Animação
10.45 Top Rock
12.00 Mulheres de A a Zé
13.00 TVI Jornal
13.45 Contra-Ataque
14.45 4ª a Fundo
15.00 Big Estrelas
16.00 Caras Lindas
17.00 «Guerreiros da Virtude» (de Ronny Yu, EUA/1998, com Angus MacFadyen, Marley Shelton, Chao Li Chi. *Fantástico*)
19.00 Big Estrelas
20.00 Jornal Nacional
21.00 Big Estrelas
21.45 Super Pai
22.45 Mulheres de A a Zé
00.30 112
01.15 Lux
01.50 «Jogador Assassino» (de Tim Matheson, EUA/1995, com Corbin Bernsen, Ted McGinley, Maria del Mar. «*Thriller*»)
03.50 «Um Estranho na Cidade» (de Alan Wade, EUA/1997, com Christian Slater, Robin Tunney. *Drama*)



«Departamento de Homicídios»

Domingo, 10

▶ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Made in Portugal
15.15 Jag - Em Nome da Justiça
16.10 «A Vingança de Monte-Cristo» (de David Greene, R.Unido/1975, com Richard Chamberlain, Tony Curtis, Trevor Howard. Ver Destaque)
17.50 Automobilismo
- GP do Canadá



Gao Xing Jian, que o Nobel da Literatura de 2000 revelou ao mundo - domingo, «Artes e Letras»

20.00 Telejornal
21.10 Alves dos Reis
22.05 O Rosto da Notícia
00.10 Domingo Desportivo
01.05 24 Horas
01.25 «Valores Familiares» (de Eric Styles, R.Unido/2000, com Julie Andrews, Sophie Thompson, William Baldwin. Ver Destaque)

▶ RTP 2

07.00 Euronews
09.00 Programa Religioso
10.30 Missa
11.15 Horizontes da Memória
11.45 As Novas Reservas Naturais
12.30 Palácio de Cristal
13.30 Quem Sai Aos Seus
14.00 Desporto 2
18.00 «Dash e Lilly» (de Kathy Bates, EUA/1999, com Sam Sheppard, Judy Davis. Drama. Biográfico)
19.30 Parabéns, Shakespeare
20.30 Onda Curta
21.00 Simpsons
21.45 Artes e Letras (Gao Xing Jian, Prémio Nobel)
22.30 Jornal 2
23.00 Travessa do Cotovelo
00.15 «A Grande Parada» (de Chen Kaige, Fr-Jap/1986, com Wang Xueq. Drama. Histórico)

▶ SIC

07.00 Zip Zap
12.00 BBC Vida Selvagem
13.45 Primeiro Jornal
14.45 Popstars
15.45 «007, Aventura no Espaço» (de Lewis Gilbert, R.Unido/1979, com Roger Moore, Lois Chiles, Richard Kiel. Aventuras)
17.00 Futebol - FC Porto - Marítimo (Final da Taça de Portugal)
19.00 Um Anjo Caiu do Céu
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
22.00 O Bar da TV
24.00 «Céu em Chamas» (de David Warr-Smith, EUA/1999, com Eric Roberts, Jürgen Prochnow. Acção)
03.00 Portugal Radical

▶ TVI

08.30 Animação
10.00 Cerimónias Religiosas
13.00 TVI Jornal
14.00 Dawson's Creek
15.00 «Visões de Terror» (de Sam Pillsbury, EUA/1994, com Barbara Eden, Michael Nouri, Joan Pringle. «Thriller»)
17.00 «Mister Johnson» (de Bruce Beresford, EUA/1991, com Pierce Brosnan, Edward Woodward.)
19.00 Big Estrelas
20.00 Jornal Nacional
21.00 Super Pai
22.00 Olhos de Água
23.00 Big Estrelas
01.00 «Relatos de um Crime» (de Rowdy Herrington, EUA/1988, com Cuba Gooding, Tom Berenger, Mark Pellegrin. «Thriller»)
03.00 «O Silêncio dos Culpados» (de zziio Greggio, EUA/1993, com Dom DeLaise, Billy Zane, Shelley Winters. «Thriller»)
05.00 Os Últimos Paraísos na Terra

Segunda, 11

▶ RTP 1

07.30 Infantil/Juvenil
09.30 Praça da Alegria
12.25 Regiões
13.00 Jornal da Tarde
13.55 Emoções Fortes
15.30 Vidas Cruzadas
16.30 Privilégio de Amar
17.55 Quebra Cabeças
18.30 Pedra sobre Pedra
19.40 Regiões
20.00 Telejornal
21.05 Sorte Grande
22.15 Bastidores

22.40 Jogo Falado
23.00 Luís de Matos ao Vivo
00.15 Jogo Falado
02.00 24 Horas
02.30 «Gritos no Silêncio» (de Avery Crounse, EUA/1996, com Kathleen York, Karen Black, Ed Nelson. Comédia)

▶ RTP 2

07.00 Hora Viva
09.45 Espaço Infantil-Juvenil
12.10 Euronews
12.30 Pontos de Fuga
13.00 2010
14.00 Universidade Aberta
14.30 Uma Mulher de Branco
15.30 Parlamento
17.00 Informação Gestual
18.00 Espaço Infantil



«Jazz a Preto e Branco» - sexta-feira ao fim da noite na RTP2

18.30 Informação Religiosa
19.00 Rotações
19.30 Mega Construções
20.25 Viver no Campo
20.40 Por Outro Lado
22.00 Acontece
22.30 Jornal 2
23.00 Snoops
24.00 Artes de Palco - Ópera - «Aida», de Verdi
02.10 Andamentos

▶ SIC

08.00 Buérré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.10 A Próxima Vítima
15.30 A Viagem
16.20 New Wave
17.00 Ganância
17.30 Estrela-Guia
18.45 Um Anjo Caiu do Céu
20.00 Jornal da Noite
21.15 Porto dos Milagres
22.30 O Programa da Maria
23.30 O Bar da TV
24.00 Noites Marcianas
02.00 Portugal Radical

▶ TVI

08.30 Tiro e Queda
09.00 Animação
12.15 Mulheres de A a Zé
13.00 TVI Jornal
14.00 Big Estrelas
14.30 Chiquititas
15.30 Batatoon
18.00 Olho Vídeo
18.30 Big Estrelas
19.15 Mulheres de A a Zé
20.00 Jornal Nacional
21.00 Crianças S.O.S.
22.00 Olhos de Água
23.00 Big Estrelas
02.00 Última Edição
01.45 Pretender
02.50 Net
03.50 Strange World

Terça, 12

▶ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
09.30 Praça da Alegria
12.25 Regiões
13.00 Jornal da Tarde
13.55 Emoções Fortes
15.30 Vidas Cruzadas
16.30 Privilégio de Amar
17.55 Quebra Cabeças
18.30 Pedra sobre Pedra
19.40 Regiões
20.00 Telejornal
21.05 Benny Hill
21.30 Bastidores
22.30 «O Nome da Rosa» (de Jean-Jacques Annaud, Alem-Fr-It/1986, com Sean Connery, Christian Slater, Elya Baskin. Ver Destaque)
00.45 24 Horas
01.15 Top Video
01.45 «Doutor, Agora É que São Elas» (de Gerald Thomas, R.Unido/1969. Comédia)

▶ RTP 2

07.00 Hora Viva
09.45 Espaço Infantil-Juvenil
12.10 Euronews
12.30 Rotações
13.00 O Lugar da História
14.00 Uma Mulher de Branco
15.00 Artigo 37
16.30 Informação Gestual
17.40 Espaço Infantil
18.30 Informação Religiosa
19.00 Bombordo
19.30 Ficheiros da Ciência
20.20 Viver no Campo
21.00 O Triunfo dos Porcos
22.00 Acontece
22.30 Jornal 2
23.00 Conversa Privada
24.00 «Porque É que Bodhi-Dharma Partiu para o Oriente?» (de Yong-Kyun Bae, Coreia do Sul/1989.)
01.40 Rotações

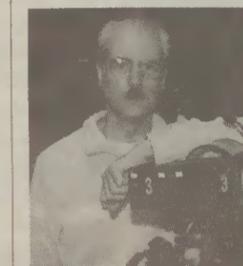
▶ SIC

08.00 Buérré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.10 A Próxima Vítima
15.30 A Viagem
16.20 New Wave
17.00 Ganância
18.00 Estrela-Guia

18.45 Um Anjo Caiu do Céu
20.00 Jornal da Noite
21.00 Esta Semana
22.30 Porto dos Milagres
23.30 O Bar da TV
24.00 Noites Marcianas
02.00 Portugal Radical

▶ TVI

08.30 Tiro e Queda
09.00 Animação
12.15 Mulheres de A a Zé
13.00 TVI Jornal
14.00 Big Estrelas
14.30 Chiquititas
15.30 Batatoon
18.00 Olho Vídeo
18.30 Big Estrelas
19.15 Mulheres de A a Zé
20.00 Jornal Nacional
21.00 Olhos de Água
22.00 Big Estrelas
01.00 Ally McBeal
01.30 Última Edição
02.50 Linc's
03.20 Profiler



«2001», conduzido por Vasco Trigo, é um programa de informação exemplar, onde o «fogo de vista» não cabe...

Quarta, 13

▶ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
09.30 Praça da Alegria
12.25 Regiões
13.00 Jornal da Tarde
13.55 Emoções Fortes
15.30 Vidas Cruzadas
16.30 Privilégio de Amar
17.55 Quebra Cabeças
18.30 Pedra sobre Pedra
19.40 Regiões
20.00 Telejornal
21.05 Benny Hill
21.30 Bastidores
22.30 «Batman e Robin» (de Joel Schumacher, EUA/1997, com George Clooney, Arnold Schwarzenegger, Uma Thurman, Chris O'Donnell. Aventuras)
00.40 Maiores de 20
01.10 24 Horas
01.40 «Mesmer» (de Roger Spottiswoode, EUA-Can-Alem/1994, com Alan Rickman, Amanda Ooms. Drama. Biográfico)

▶ RTP 2

07.00 Hora Viva
09.45 Espaço Infantil-Juvenil
12.10 Euronews
12.30 Andamentos
13.00 O Triunfo dos Porcos
14.00 Uma Mulher de Branco
15.00 Travessa do Cotovelo
16.30 Informação Gestual
17.30 Espaço Infantil
18.30 Informação Religiosa
19.00 Onda Curta
19.30 Ficheiros da Ciência

20.20 Viver no Campo
20.40 Livres e Iguais
22.00 Acontece
22.30 Jornal 2
23.00 Fenómeno
24.00 Sinais do Tempo
01.00 Departamento de Homicídios

▶ SIC

08.00 Buérré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.10 A Próxima Vítima
15.30 A Viagem
16.20 New Wave
17.00 Ganância
17.30 Estrela-Guia
18.45 Um Anjo Caiu do Céu
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
21.30 Porto dos Milagres
22.30 O Bar da TV
24.00 Noites Marcianas
02.00 Portugal Radical

▶ TVI

08.30 Tiro e Queda
09.00 Animação
12.15 Mulheres de A a Zé
13.00 TVI Jornal
14.00 Big Estrelas
14.30 Chiquititas
15.30 Batatoon
18.00 Olho Vídeo
18.30 Big Estrelas
19.15 Mulheres de A a Zé
20.00 Jornal Nacional
21.30 Super Pai
22.00 Olhos de Água
22.30 Tie Tac Milionário
22.45 Olhos de Água
23.00 «Loucura no Campo de Férias» (de Fred Gerber, EUA/1997, com Leslie Nielsen, Judge Reinhold. Comédia)
01.00 Última Edição
01.50 Linc's
02.20 Profiler

TVisto

Correia da Fonseca

Vamos falar de indecências?

Não gosto nada de me ver metido em ajuntamentos, e por isso é muito contrariado que me decido a alinhar este texto. É que já toda a gente (expressão esta que, já se vê, nunca deve ser entendida à letra) escreveu ou falou acerca de «O Bar da TV» e dos seus predecessores, os «Big Brother» I e II, eu próprio o fiz e suspeito que por mais de uma vez, pelo que seria ocioso e excessivo voltar ao assunto. Contudo, malhas que a televisão e seus impactos tecem, parece necessário fazê-lo. É que o clamor desencadeado por aqueles



programas, decorrentes de sensibilidades que se sentem agredidas e da flagrante violação de limites que apesar de tudo era costume ver respeitados, ganhou tal volume e extensão que ameaça tornar-se um

pólo exclusivo de concentração, de indignações, reclamações e críticas, como se não houvesse outras razões, e não menores, para críticas, reclamações e indignações perante o que a televisão tem sido em Portugal não nos últimos dez meses, mas sim nos últimos dez anos, para não se falar em prazos mais longos, como aliás bem se justificaria. É que nem todas as imoralidades praticadas pelas TV's têm a ver com sexo, e dispense-me de me aventurar pelo difícil traçar da fronteira entre moralidade e preconceito, nem residirá aí a tele-infâmia mais grave. Pelo que é imperioso que a nossa indignação não seja inteiramente consumida ao balcão de «O Bar da TV» com esquecimento de todo o resto. Como talvez, quem sabe?, seja o desejo de muita gente fina e de excelentes princípios.

Concretamente

Recapitemos uns tantos pontos que me parecem de extrema gravidade, alguns deles configurando autênticos crimes contra a saúde mental dos cidadãos e verdadeiras sabotagens do interesse nacional sem que, contudo, ninguém pareça ralar-se muito com isso:

- a televisão que nos fornecem ao domicílio faz a permanente promoção do desenrascanço individualista em aplicação do conhecido mandamento da modernização globalizada «lixai-vos uns aos outros»;
- em intenção da infância e da juventude, mas também com previsíveis efeitos formativos nos adultos, a televisão privilegia como espectáculo a violência nas suas várias formas, tónica esta que dá especialmente nas vistas na programação que se assume como infanto-juvenil, embora se saiba bem que garotos e jovens vêm tudo porque as condições concretas de visionamento no domicílio assim o impõem;
- a publicidade de que a TV é veículo privilegiado, com o poder de convencimento que a caracteriza, é porventura a primeira responsável pelo desvaivado consumismo que ocupa as cabeceiras de enorme parte da população portuguesa, em flagrante atentado contra os mais óbvios interesses do País no plano da Economia. Uma vez que o recurso às receitas publicitárias é forçoso, e também que a questão implicará porventura o direito à liberdade de expressão, impunha-se pelo menos a presença de rubricas que em «prime time» advertissem os portugueses para as consequências desse fenómeno no quotidiano comum. O silêncio nessa matéria redundaria em cumplicidade com uma prática antinacional, o que é grave pelo menos na estação de capitais públicos;
- de toda a programação televisiva, com raros e irrelevantes momentos de excepção, desprende-se um grande menosprezo pelos valores da cultura e um constante estímulo para que a população siga esse exemplo. A total supressão de programas de música de concerto, mesmo nas horas da madrugada para onde são deportadas as emissões de teatro, de ópera e de bailado, é disso um exemplo cabal, tornado chocante pela presença de concertos sinfónicos transmitidos em canais estrangeiros generalistas que a TV Cabo distribui aos seus assinantes. Quanto a livros de leitura, só lhes cabe uma fracção do pouco tempo concedido ao «Acontece», o programa de Carlos Pinto Coelho sempre de sobrevivência em risco.

Pensando bem

Finalmente, e na área da suposta isenção informativa, é preciso falar da prática de hostilização permanente, directa ou indirecta, pela agressão ou pelo boicote, dirigida contra o PCP e a esquerda que coerentemente se situa na área da sua prática. Em contraste, o apoio escandaloso a Paulo Portas, com uma câmara a transmitir ao País cada beijoca por ele deixada em feira ou mercado, e o transporte ao colinho das figuras do BE, ferem a elementar honestidade informativa. Afinal, tudo isto é violência, tudo isto é imoralidade, tudo isto é pornografia embora sem sexo. Pensando bem, talvez não seja por acaso que tanto se fala agora do sexo e só do sexo. Pensando bem, talvez seja o que convém.

A talhe de foice

• Henrique Custódio

Como diz?!...

A Lusoponte é o consórcio privado que explora as duas travessias rodoviárias do Tejo em Lisboa, concretamente as pontes 25 de Abril e Vasco da Gama. Fá-lo no quadro de um negócio começado por um governo de Cavaco Silva e prosseguido pelos de António Guterres, cujos pormenores e implicações o País continua a desconhecer. Ao certo, apenas se sabe que tanto a nova Ponte Vasco da Gama (construída pela Lusoponte no âmbito do negócio) como a adaptação da Ponte 25 de Abril à travessia ferroviária custaram ao País quase o dobro do previsto (e estamos a falar em muitas, mas mesmo muitas, dezenas de milhões de contos), sem que alguém fosse responsabilizado ou, sequer, houvesse uma investigação elementar ao desmando.

Previdente, a Lusoponte encomendou (leia-se pagou) um estudo de tráfego entre as duas margens do Estuário do Tejo, para obter a conclusão – «cientificamente» estribada, tá bem de ver – de que «não é viável» a anunciada ponte Chelas/Barreiro para travessia apenas ferroviária, sugerindo a alternativa de uma travessia rodoviária entre Algés e a Trafaria sob a forma de... túnel!

Estas novidades foram dados recentemente pelo **Diário Económico**, que acrescenta outros elementos também interessantes.

O estudo de tráfego encomendado pela Lusoponte chegou à conclusão de que a travessia ferroviária Chelas/Barreiro não era «viável» porque neste corredor existiria uma massa populacional de apenas um terço em relação ao corredor do actual operador da Ponte 25 de Abril, a Fertagus, que, por seu lado, está com um volume de passageiros bastante abaixo do previsto, «pelo que a actividade está a ser subsidiada pelo Estado». E as contas são simples: com um volume de passageiros de um terço, a travessia ferroviária Chelas/Barreiro daria ainda mais prejuízos, na douta opinião da Lusoponte.

Ficamos assim a saber que a Lusoponte se arroga do direito de fazer as contas do que interessa ou não à Área Metropolitana de Lisboa em matéria de transportes, ao mesmo tempo que a Fertagus está a ser subsidiada pelo Estado para não ter prejuízos. Ou seja: o Estado pagou a instalação de todas as infra-estruturas necessárias para a travessia ferroviária da Ponte 25 de Abril, deu de bandeja à Fertagus a exploração comercial da linha, mas esta, como os resultados económicos não foram os previstos, acaba a receber subsídios do Estado. Nada investiu, nada arriscou e não admite prejuízos, por isso os portugueses que lhe paguem as margens de lucro que esperava. Se assim é, onde está a vantagem de o Estado entregar a exploração desta travessia aos privados?

Todavia, este súbito interesse da Lusoponte sobre a «viabilidade» das travessias ferroviárias – que não têm a ver com a sua área de intervenção, que é rodoviária – tem outros objectivos.

Diz o **Diário Económico**: «Convém explicar que estes resultados assentam que nem uma luva à Lusoponte, porque isso alimenta a sua tese de que a melhor travessia do Tejo é rodoviária e no corredor Algés-Trafaria, sob a forma de túnel. Simplesmente, porque a empresa detém os direitos exclusivos para a construção e exploração das travessias rodoviárias no Estuário do Tejo.» Como diz que disse?

A Lusoponte «detém os direitos exclusivos» sobre as travessias a decidir ou a fazer no Estuário do Tejo?!...

Agora é a Lusoponte que decide a estratégia de transportes da Área Metropolitana? Governa o Governo? Manda no País? Domina o Estado? Quem a elegeu? Donde lhe vem a autoridade? Quem lhe concedeu «direitos exclusivos» em matéria de exclusivo interesse nacional? O Governo de António Guterres tem explicações urgentes a dar ao País.

Acidentes de trabalho e doenças profissionais atingem centenas de milhares de trabalhadores

PCP defende aumento das pensões

O PCP apresentou ontem o projecto de lei do seu grupo parlamentar sobre a revalorização das pensões por acidentes de trabalho e doença, numa conferência de imprensa com Jerónimo de Sousa, da Comissão Política, e a deputada Odete Santos.

Na ocasião, estes dirigentes comunistas denunciaram a intenção do Governo de «agravar as condições de vida dos trabalhadores e encontrar nos salários o bode expiatório da sua desastrosa política económica».

Paralelamente a esta situação, problemas tão graves como a sinistralidade no trabalho são secundarizados, apesar dos sucessivos acidentes e das mortes e incapacidades se verificarem quotidianamente e atingi-

rem centenas de milhar de trabalhadores.

Apesar de todas as estatísticas mostrarem que os trabalhadores portugueses são os mais mal pagos da UE, «o Governo lá vem com a velha tese de conter e desvalorizar os salários, como se estes fossem o alfa e o ómega da produtividade e da competitividade das empresas».

«A ser assim, pelo nível dos salários praticados, teríamos as empresas mais competitivas e produtivas da União

Europeia», comenta a Comissão Política do PCP.

A propósito da actual situação económica, Jerónimo de Sousa e Odete Santos apelaram a todos os trabalhadores para participar activamente na jornada de luta de hoje, organizada pela CGTP-IN, pela revalorização dos salários, pelos direitos sociais e contra a precariedade e a sinistralidade no trabalho.

Realidade negra

O projecto de lei do PCP pretende reparar as injustiças, mas não esquece que é necessária uma reforma de fundo que pas-

sará pela transferência das pensões por acidente de trabalho para a Segurança Social.

«Entretanto, é crucial que se elimine o princípio geral prevalecente de que mais vale reparar do que prevenir e que conduz a que estas situações dramáticas se transformem num negócio lucrativo para as

seguradoras», lê-se no documento apresentado em conferência de imprensa.

Em 1997, a Assembleia da República aprovou a revisão do regime jurídico de reparação por acidente de trabalho ou doença profissional. «Poderia ter sido um acto legislativo histórico, mas prevaleceu a pressão das seguradoras», acusa o PCP.

Mas qual é a realidade hoje? As pensões por acidentes ou doenças profissionais ocorridas antes da entrada em vigor do novo regime da nova lei não beneficiam de actualização anual.

Entretanto, as pensões relativas a desvalorizações inferiores a 30 por cento, nunca abrangidas pelas leis de actualização posteriores ao 25 de Abril, continuam sem qualquer actualização.

Por outro lado, as vítimas de acidentes de trabalho posteriores ao novo regime legal não têm direito ao subsídio de Natal.



Os lucros das seguradoras estão à frente dos direitos dos trabalhadores para os partidos de direita

Defender os direitos dos imigrantes

O PCP está a levar a cabo, até amanhã, uma semana de iniciativas em defesa dos direitos dos imigrantes.

Desde segunda-feira, militantes e dirigentes comunis-

tas têm realizado contactos com organizações sindicais e com associações de imigrantes. Uma atenção especial é dada à comunicação com trabalhadores estrangeiros,

designadamente através da distribuição de 17 mil folhetos em locais de trabalho ou de concentração de imigrantes. O documento, em português, inglês e russo, defende a unidade de todos os trabalhadores, na luta comum por melhores salários, contra a precariedade e por emprego com direitos.

Para o PCP, a novo decreto-lei sobre imigração é «uma solução precária» que, apesar de tudo, deve ser aproveitada pelos imigrantes. O PCP afirma que vai continuar a bater-se por um regime mais favorável, e recorda que propostas nesse sentido, levadas à Assembleia da República pelos comunistas, foram inviabilizadas pelo PS.

Os problemas dos imigrantes e a intervenção do Partido estiveram em discussão no sábado, durante uma reunião nacional de quadros, em Lisboa. A semana de acção em defesa dos direitos dos imigrantes encerrar-se-á com uma conferência de imprensa, para apresentar um balanço das iniciativas realizadas e uma perspectiva sobre o prosseguimento do trabalho nesta área.



Trabalhadores imigrantes e portugueses a mesma luta!

Immigrant workers, portuguese workers a common struggle!

PCP

Португальские трудящиеся и рабочие-иммигранты едины в своей борьбе!

Os projectos comunistas

Os dois projectos de lei do PCP apresentados na Assembleia da República (que serão discutidos no próximo dia 26) propõem a criação do Dia Nacional da Prevenção e Segurança no Trabalho e a revisão do regime jurídico de reparação dos acidentes de trabalho e doenças profissionais, procedendo à revalorização das pensões ao aumento do capital de remissão e a melhoria de outras prestações.

Como recordaram ontem Jerónimo de Sousa e Odete Santos, os acidentados e os vitimados por doenças profissionais têm sido sistematicamente esquecidos pelos sucessivos governos, fundamentalmente por «não quererem pôr em causa os grandes interesses das seguradoras».

«Repare-se que a direita – particularmente a direita mais populista, que aparentemente se preocupa com os reformados e os pensionistas – não tem uma palavra para essas centenas de milhar de trabalhadores na situação de infortúnio. Calam porque teriam de bulir com os lucros das seguradoras», acusam.

